

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Segunda Conferência Internacional do CORQI

- **Manifesto da Conferência**
- **Saudação aos trabalhadores da Catalunha**
- **Relatório apresentado à Conferência**



Catalunha

“Dossier: os marxistas e a República catalã”



Barcelona, 11 de Novembro de 2017:
750,000 manifestantes
“Somos República!”



**Nº 8- Novembro de 2017
4 euros**

Índice

Nota editoriais	página 3
Documentos	
Manifesto da segunda conferência internacional do CORQI	página 5
Saudação aos trabalhadores da Catalunha	página 10
Análise	
Relatório apresentado à segunda conferência internacional do CORQI (extractos)	página 12
Correspondências d'A Internacional	
Alemanha	página 25
Azânia/África do Sul	página 25
Bélgica	página 26
Benim	página 27
Brasil	página 27
Canadá	página 28
Chile	página 28
Estados Unidos	página 29
França	página 29
Haiti	página 30
Hungria	página 30
Itália	página 31
Morocos	página 31
México	página 32
Peru	página 32
Portugal	página 32
Togo	página 33
Turquia	página 33
Zimbabwe	página 34
Dossier	
Os marxistas e a República catalã	página 35

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor : Réveil ouvrier

34, rue Villiers-de-L'Isle-Adam 75020 - Paris (France)

Tiragem: 3 000 exemplares

CPPAP : 0618 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

Notas editoriais

No dia 14 de Novembro de 2017, “senadores americanos reuniram-se no Congresso americano para examinar se o presidente americano Donald Trump devia ser a única pessoa a poder lançar um ataque nuclear. Iniciou a audição o presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado americano, Bob Corker. No mês passado, Corker(...) manifestara a sua preocupação com a retórica ameaçadora de Trump, por poder arrastar os Estados Unidos “para a via da Terceira Guerra Mundial”. (...) Temem que, confrontado com uma provocação, Trump “reaja demasiado rapidamente”⁽¹⁾. No dia seguinte, “no Fórum de Halifax sobre segurança internacional, neste Sábado, o general da Força Aérea John E. Hyten, comandante do Comando Estratégico dos Estados Unidos (Stratcom), que controla as armas nucleares do arsenal dos Estados Unidos, declarou que não daria execução a uma ordem de Donald Trump se a julgasse “ilegal”⁽²⁾.

O problema não são — em todo o caso, não só — as características pessoais do presidente da principal potência imperialista mundial. Tão-pouco a pretensa “oposição” entre os dois partidos da burguesia norte-americana: o programa eleitoral da candidata do Partido Democrata ainda se orientava mais do que o de Trump para intervenções militares em todos os pontos cardeais.

O problema está em algo de bem mais fundamental. Neste final de Novembro de 2017, “a própria burguesia não vê saída. (...) A burguesia apercebe-se do perigo mortal que uma nova guerra representaria para a sua dominação. Só que ela é actualmente infinitamente menos capaz de prevenir a guerra do que o era na véspera de 1914”⁽³⁾.

Esta marcha para a guerra generalizada acaba de conhecer novas vicissitudes: pondo em causa os acordos em matéria nuclear assinados por Obama com o Irão, Trump tenta provocar novos conflitos, contra o Líbano e contra o Irão; enquanto isso, o seu emissário, Jared Kushner, trabalha activamente nos contactos entre o Estado de Israel, por um lado, e os sauditas e os emires, por outro⁽⁴⁾.

Esta marcha para novos conflitos armados, alimentada e provocada pelas ingerências das grandes potências imperialistas, com os Estados Unidos à cabeça, na Coreia, na Venezuela... prolonga e agrava as guerras e ocupações que duram há anos no Afeganistão, no Iémen, no Iraque, na Síria, na Líbia, no Mali, na República Centro-Africana, na República Democrática do Congo ou no Haiti.

Esta marcha para uma conflagração generalizada, cuja necessidade advém tanto das necessidades da indústria armamentista (entretanto uma das principais molas propulsoras parasitárias da economia capitalista) como da necessidade de desmembrar as nações, é reflexo da decomposição do sistema capitalista. São os principais especialistas da burguesia quem refere que o mundo se

encontra em vésperas de ver rebentar uma bolha especulativa cujas consequências serão ainda mais devastadoras do que a crise dita das *subprimes*, que estalou há dez anos.

Contra todos os corifeus da “reforma” do sistema capitalista chegado ao seu estágio de decomposição (imperialismo), o Manifesto adoptado por delegados de trinta países⁽⁵⁾ reunidos na segunda conferência internacional do CORQI afirma: “Não é possível recuperar o sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. As pretensas tentativas de reforma estão condenadas, na melhor das hipóteses, a falhar e a preparar as próximas derrotas da classe trabalhadora; ou, na pior das hipóteses — bem frequente — são o embrulho de planos de destruição e outras “mesas redondas” que servem para convidar os dirigentes das organizações operárias a participarem nos planos de destruição ditados pela classe capitalista. Independência da classe trabalhadora implica, em todo o lado, romper com o imperialismo e as suas instituições.”

E é essa, na verdade, a questão central. Sem as políticas de acompanhamento, de adopção ou mesmo de “co-construção” dos planos imperialistas pelas cúpulas que dirigem o movimento operário, a burguesia seria, por si própria, incapaz de sustentar tal ofensiva. Esta política das cúpulas expressa-se em todos os continentes e em cada país. Na Europa, acaba de se cristalizar na “cimeira social europeia” de Gotemburgo (Suécia), em que o presidente da Comissão Europeia se compraz em registar que nela participaram os “parceiros sociais”. Para fazer o quê? Para concordarem num “pilar europeu de direitos fundamentais”, em que se afirma, por exemplo, que “a flexibilidade [é] necessária aos empregadores”, e noutras “conclusões partilhadas”, com o fito de algar as organizações operárias às necessidades da exploração capitalista e suas instituições.

O mesmo problema se põe no que diz respeito ao envolvimento de determinados sectores das direcções das organizações operárias na “renegociação” dos tratados de comércio livre da América do Norte que, nos últimos anos, têm arruinado a nação mexicana, destruído a sua agricultura, servindo, do mesmo passo, para destruir centenas de milhares de empregos nos Estados Unidos. Conforme sustentam os militantes operários dos Estados Unidos e do México que estão a preparar a primeira sessão da conferência binacional “contra o Muro da Vergonha de Trump (na fronteira Estados Unidos-México), pela revogação dos tratados de comércio livre” (2 de Dezembro), aqueles dirigentes avançam com “emendas para melhorar o NAFTA. Mas o NAFTA não tem emenda. É um acordo patronal absolutamente sem ponta por onde se lhe pegue, é preciso revogá-lo” (reflexão citada pelo mensal operário nos Estados Unidos *The Organizer*).

Para quem, como nós, é partidário da reconstituição da IVª Internacional, romper com o imperialismo e as suas instituições, romper com esta política de acompanhamento é,

com efeito, o problema primordial, pois, como sublinha o Manifesto da segunda conferência internacional do CORQI: *“a luta de classes continua a ser o motor da história, [e] a classe trabalhadora precisa, mais do que nunca, de organizações independentes (partidos e sindicatos) (...) [já] que a tarefa central continua a ser construir o partido revolucionário para ajudar a classe operária a abrir caminho à vitória.”*

Sim, perante a proliferação da barbárie imperialista em todos os continentes, a luta de classes continua a ser o motor da história, a resistência da classe operária e das massas oprimidas procura abrir caminho. Esta luta de classes assume por vezes formas particulares.

Por exemplo, a forma do surto das massas na Catalunha, levantando as aspirações nacionais e democráticas contra a monarquia franquista, pilar da ordem imperialista no Estado espanhol e no Velho Continente. Estes acontecimentos vieram pôr em movimento centenas de milhares, milhões de anónimos, trabalhadores, desempregados, reformados, jovens... Leia-se, nomeadamente, neste número d’A Internacional, a *“Saudação aos Trabalhadores da Catalunha”* adoptada pela conferência do CORQI e um dossier que rememora as posições dos marxistas relativamente à República Catalã. Daí a importância da iniciativa tomada por militantes operários da Alemanha, França e Itália, a quem se juntaram muitos outros, por uma conferência operária europeia pela ruptura com a União Europeia, os seus tratados e a sua política, pela união livre dos trabalhadores e dos povos da Europa, desembaraçada de reis, exploradores e *“comissários europeus”*.

Este final de ano de 2017 é igualmente marcado, na África, pela crise no Zimbabwe. A demissão do presidente Mugabe tem sido amplamente comentada. Os comentadores têm, porém, feito silêncio sobre uma questão que distingue, contudo, a situação no Zimbabwe da da maior parte dos países de África: a do futuro da reforma agrária iniciada há quase vinte anos e que valeu aos quatorze milhões de habitantes do Zimbabwe tornarem-se alvo de sanções imperialistas impostas pelos Estados Unidos, pela Grã-Bretanha e pela França. Conforme explicam os camaradas da secção da IV^a Internacional no Zimbabwe: *“O Zimbabwe foi punido por ter tentado corrigir a injustiça histórica quanto à propriedade da terra, injustiça que beneficia a pequena minoria branca (4000 pessoas) em detrimento da maioria negra privada de terra (12 milhões de pessoas). Ao contrário do mito propalado pelos meios de comunicação ocidentais de que terá sido Mugabe a elaborar o movimento de reapropriação das terras para se manter no poder, o facto é que esse movimento foi dirigido pelos antigos combatentes (da guerra de libertação, NdR), que há muito a aguardavam, e pelos camponeses de Svosve e de Goromonzi que queriam as terras e enfrentaram Mugabe em 1997. Chefes locais juntaram-se-lhes e apoiaram-nos.”* (nº 4 d’A Internacional). Foi, portanto, a mobilização de milhões de negros sem terra que expropriou os fazendeiros brancos (obrigando o governo ZANU-PF a romper o compromisso feito nos *“acordos de Lancaster”* de 1979 de desistir de toda e qualquer reforma agrária). Esta mobilização revolucionária punha imediatamente o problema da expropriação das terras sem indemnização ou compra na Azânia/África do Sul vizinha, rompendo, portanto, com os acordos de 1994 (que garantem o

controlo das terras pela minoria branca) assinados pelos dirigentes do ANC e do Partido Comunista, ruptura com os acordos de 1994 que abriria, por seu turno, o caminho à República Negra.

Da Catalunha ao Zimbabwe, é toda a actualidade da revolução permanente que se manifesta. É a actualidade de Outubro de 1917, como têm sustentado numerosas organizações do CORQI em todas as partes do mundo, aproveitando o ensejo do centenário para organizar conferências e iniciativas. Numa dessas iniciativas, em França⁽⁵⁾, um camarada lembrava: *“Logo que regressa à Rússia, em Abril de 1917, Lenine tem uma preocupação constante, que manifesta de maneira variável segundo as circunstâncias: os trabalhadores têm que tomar nas suas próprias mãos a questão do poder e resolvê-la. Lenine martela: “O fundo do problema é saber que classe detém o poder”. Esta questão, a da classe que detém o poder — não do governo ou do partido político que detém o poder, nem de quem ganha eleições como salvador da nação — é o fundo do problema, embora hoje não estejamos numa situação revolucionária. Não podemos deixar de observar que todos os governos que se têm sucedido no nosso país, como em todos os países da Europa, seja qual for o seu rótulo político, são, na realidade, governos da classe capitalista. Testemunho disso são os actos que praticam. Nós sustentamos que a urgência não se resolverá enquanto a classe operária não se apoderar, seja de que modo for, dos meios de exercer o seu próprio poder, o seu próprio governo. (...) É nossa ambição ajudar a classe operária a criar condições para tomar o poder? É! Num futuro indeterminado, que demorará o tempo que demorar. Não nos tomamos pelo que não somos. Não somos a direcção da classe operária. Nem sequer pretendemos que a forma organizada que temos hoje seja a do partido que, amanhã, ajudará a classe operária. A nossa pretensão é simplesmente de que a nossa acção organizada tem por único objectivo ajudar a classe operária a resolver a questão do poder em seu proveito. (...)*

Daí o nosso apego à necessidade de partidos operários. Apego que reivindicamos. É uma questão de democracia política, mas é também a questão da existência da classe operária. Espero ter ajudado a convencer os camaradas de uma coisa: da grande actualidade de 1917.”

A Internacional

(1) Express.live, 17 de Novembro de 2017.

(2) 45^e Nord.Canada, 18 de Novembro. Quatro dias mais tarde, em Sotchi, Vladimir Putine referia que a economia russa tinha que ter a capacidade de a qualquer momento se pôr ao serviço da economia de guerra.

(3) A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da IV^a Internacional (Programa de Transição), Leão Trotsky, 1938.

(4) O chefe de estado-maior israelita Gadi Eisenkot declara, assim, no diário saudita Aylaf que *“a Arábia Saudita e Israel estão completamente de acordo na avaliação que fazem das intenções do Irão”* e que o Estado de Israel *“está disposto a partilhar com a Arábia Saudita as informações secretas de que dispõe sobre o Irão”* (16 de Novembro).

(5) Manifesto publicado neste número.

(6) Intervenção de Daniel Gluckstein na Jornada de Estudo organizada pela TCI, em Paris, no dia 4 de Novembro de 2017. .

Manifesto da Segunda Conferência Internacional do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

1 — **Trabalhadores, militantes e jovens de todo o mundo, a 2ª Conferência Internacional do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) acaba de decorrer em Paris (França), de 1 a 3 de Novembro de 2017, com a presença de delegados e observadores fraternos de 30 países⁽¹⁾.**

É sabido que a IVª Internacional nasceu em 1938 sob o impulso directo de Leão Trotsky. Nasceu em consequência das crises do movimento operário. Nasceu, na continuidade da Iª Internacional de Marx e Engels e da IIª Internacional que lhe sucedeu, daqueles que, nesta última, se recusaram a seguir os chefes da social-democracia que capitularam perante a guerra imperialista de 1914. Nasceu na continuidade daqueles que, com Lenine e Trotsky, intervieram para que a classe trabalhadora pudesse apoderar-se do poder em 1917, subsequentemente fundando a IIIª Internacional. Nasceu da luta daqueles que, com Leão Trotsky, se recusaram a seguir Staline e a sua política de estrangulamento da revolução mundial em nome da teoria falaciosa do socialismo num só país, cujo corolário foi a instauração do terror contra a classe trabalhadora na URSS e a transformação dos partidos comunistas em instrumentos de domínio da burocracia sobre o movimento operário mundial. Nasceu da luta daqueles que, com Leão Trotsky, recusaram a linha estalinista de sufocar a democracia operária e liquidar a propriedade social, a linha que, no final do século passado, acabou por precipitar a queda da URSS, entregue ao saque e à destruição às mãos de mafias de toda a índole, ligadas aos especuladores e às multinacionais.

2 — **Esta é a continuidade em que se inscrevem as organizações, grupos e militantes que compõem o CORQI. Mais perto de casa, as suas raízes estão na luta da maioria da secção francesa** que, em 1950/1953, se levantou, com Pierre Lambert, contra o desmembramento da IVª Internacional, consequência da adesão de facto de um amplo sector da sua direcção internacional à burocracia estalinista, quando estalavam, sucessivamente, a revolta operária de Berlim Leste e a revolução húngara dos conselhos operários. Contra o pablismo liquidacionista, com Pierre Lambert, afirmámos nessa altura que a luta de classes continuava a ser o motor da história, que a classe trabalhadora precisava, mais do que nunca, de organizações independentes (partidos

e sindicatos) e que a tarefa central continuava a ser construir o partido revolucionário para ajudar a classe operária a abrir caminho à vitória. Nos anos que se seguiram, recusámo-nos a seguir aqueles que alegavam que já se virara a página de Outubro de 1917, que já não tinha cabimento construir organizações operárias independentes e que, pelo contrário, era necessário dissolver as que os trabalhadores haviam formado na sua luta de classe, dissolvê-las no movimento dos *Indignados*, no *Podemos*, na *France insoumise* e outros *Occupy Wall Street*.

3 — **O Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional nasceu, em 2016, da luta de resistência travada ao longo de vários anos, na direcção da IVª Internacional reproclamada em 1993**, contra um sector desmoralizado que desistira da perspectiva da revolução mundial e se alinhava cada vez mais com os aparelhos contra-revolucionários, ao ponto de apoiar governos de colaboração de classes na África do Sul, ao ponto de apoiar aqueles que sustentam que a luta de classes deixou de estar na ordem do dia, em França como noutro lado qualquer⁽²⁾. Ao desistirem das tarefas da revolução mundial, ao retransmitirem para dentro da IVª Internacional as pressões que se exerciam sobre o movimento operário mundial para, após a queda da URSS, induzi-lo a acompanhar a sobrevivência do capitalismo em vez de combatê-lo, esses dirigentes falhados depararam, a todos os níveis da IVª Internacional e das suas secções, com a resistência dos militantes e organizações que permaneciam fiéis ao programa. Tentaram então proibir a discussão livre dentro da própria IVª Internacional. Foi nestas condições que nós constituímos este Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional, cuja primeira conferência se realizou em Turim (Itália) em Fevereiro de 2016 e cuja segunda conferência decorre em Paris em Novembro de 2017. Para nós, o programa da IVª Internacional está, sim, mais do que nunca na ordem do dia.

4 — **A nossa conferência internacional desenrolou-se num contexto de guerra, que tende a generalizar-se em todos os continentes: Afeganistão, Iraque, Síria, República Centro-Africana, Mali, etc. Quando não é guerra, é ameaça de guerra, contra a Venezuela, a Coreia ou o Irão. No mundo inteiro, em todos os continentes, os povos vêem-se mergulhados na agonia das guerras provocadas pelas grandes potências capitalistas no fito de se apropriarem das**

suas riquezas naturais, petróleo, gás, urânio ou diamantes. Por toda a parte, as guerras despedaçam e dilaceram nações, atirando povos uns contra os outros. Lançam dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças para os caminhos do êxodo, condenando-os às piores privações, quando não é ao estupro, à escravidão e, tantas vezes, à morte nas estradas do exílio. Nunca, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo chegara a tal grau de barbárie. Esta enxurrada de barbárie tem um significado de classe. Nem os trabalhadores, nem os jovens, nem os povos, nem os operários e camponeses têm interesse algum na guerra. A guerra é filha natural de um sistema capitalista baseado na exploração ilimitada da força de trabalho. Ela exige, pois, que trabalhadores e povos se levantem unidos, contra ela clamando *“Abaixo a guerra! Abaixo a exploração!”*. É neste terreno que os partidários da IVª Internacional se batem.

5 — A generalização das guerras, ameaçando a sobrevivência da humanidade, não cai do céu: é produto do impasse do sistema capitalista baseado na propriedade privada dos meios de produção. Este sistema atingiu o seu apogeu há mais de um século, o estágio imperialista que Lénine na altura definiu como aquele em que o capitalismo entrou definitivamente em putrefacção. Alguém se atreverá a dizer que não é assim, neste início do século XXI? A nossa conferência realizou-se em 2017, dez anos depois de rebentar a grande crise de 2007, a chamada crise das *subprimes*. Ora, hoje, Wall Street e as principais bolsas de valores do mundo estão outra vez batendo recorde atrás de recorde. A que preço? Ao preço da destruição de milhões de postos de trabalho na indústria e nos serviços. Ao preço do comprometimento, em todos os continentes, dos direitos e garantias da classe trabalhadora, ao preço do empobrecimento crescente de populações inteiras, privadas de todos os recursos e serviços públicos, quantas vezes reduzidas à mendicidade.

A classe dominante levanta o seu aparelho repressivo contra a mobilização da classe operária. Isso passa não só pela militarização das forças policiais, mas também pelo comprometimento de direitos democráticos fundamentais, como o direito de reunião, de manifestação e a liberdade de expressão. A este preço, a classe capitalista conseguiu, em dez anos, restaurar — e até ampliar — as suas margens de lucro. Contudo, os meios a que recorreu para superar a sua crise são exactamente os meios que preparam uma nova crise.

6 — Dez anos depois da crise de 2007, amadurece uma nova crise, ainda mais grave e devastadora do que a anterior. Os rios de capitais libertados pelos bancos centrais a pretexto de relançar a economia (*“quantitative easing”*, criação monetária artificial) apenas relançam... a especulação. Em apenas uma semana, no início deste mês de Outubro de 2017, o valor das acções cotadas nas bolsas de valores do planeta aumentou 800 mil milhões de dólares, resultando numa capitalização bolsista mundial de 88 biliões (milhões de milhões) de dólares, mais do que o PIB mundial! Este sistema em apodrecimento mantém-se única e exclusivamente graças a uma montanha de dívidas que não pára de inchar. A dívida total — a dívida acumulada de governos, empresas e agregados familiares — representa hoje mais do dobro do valor da produção mundial de bens e

serviços. Nos Estados Unidos, a dívida total das famílias é maior do que em 2008, ano em que o sistema bancário se desmoronou. Na China, o capital financeiro internacional tem incitado o governo a relançar a economia unicamente com base no endividamento, a fim de compensar a desaceleração da economia mundial: o endividamento das empresas do país duplicou em dez anos, enquanto a dívida total do país aumentou 70%. Na Europa, o endividamento das empresas aumentou 40% em dez anos. A esta gigantesca massa de dívidas acresce a dívida contraída junto do *“shadow banking”*, o sector financeiro não regulamentado, que, só por si, equivale a mais do que a produção mundial de um ano. Uma vez mais, os meios empregues para superar os efeitos de uma crise preparam as condições para o rebentamento da crise seguinte, a uma escala ainda maior. Foi já assim no caso da crise de 2007, produto diferido da política de baixas taxas de juros aplicada para jugular a crise de 2001 (a bolha da Internet). Assim, cada crise do sistema capitalista traduz-se pela destruição massiva de forças produtivas existentes e mais não faz do que preparar a crise seguinte, a uma escala ainda maior.

7 — A sucessão de crises económicas, financeiras e monetárias a cada vez menor intervalo é fruto da própria natureza do estágio imperialista do capitalismo, no qual este deixa de ser capaz de assegurar o crescimento das forças produtivas da humanidade. Em contraste, a sobrevivência deste sistema socorre-se, a nível nunca antes alcançado, de forças destrutivas das forças produtivas, como o são, em particular, a indústria do armamento e da guerra, a economia da Internet, a especulação e o recurso crescente à dívida. É a própria natureza do imperialismo que impossibilita a recuperação da economia mundial. As pausas temporárias dão-se no quadro mesmo do que os próprios dirigentes capitalistas apelidam de *“estagnação secular”*. No entanto, não há estagnação secular nenhuma. O que caracteriza o capital, como Marx escreveu, é *“o dinheiro que brota, medra, (tornando-se — NdR) como tal em capital”*. Na era do imperialismo em putrefacção — em que a possibilidade de desenvolvimento ilimitado (socializado) da produção de mercadorias que satisfaçam as necessidades vitais da humanidade choca com as relações de distribuição capitalistas (privadas) — o *“desabrochar sempre crescente de capital”* alimenta-se da destruição da principal força produtiva: a força de trabalho do produtor e o seu valor cristalizado no salário, nas garantias coletivas, nos regimes de protecção social, nas qualificações e em todas as conquistas dos trabalhadores. Porém, sendo a destruição da principal força produtiva também a destruição da principal força consumidora, esta contradição não se resolverá sem a socialização dos principais meios de produção e troca, dando a possibilidade à classe dos produtores de regular a produção de bens de consumo de acordo com as necessidades sociais e não em função do lucro. Isso tem um nome: socialismo.

8 — Inaugurado em Outubro de 1917, o século XX foi marcado por inúmeras tentativas de acabar com este sistema capitalista falido que arrasta a humanidade para a ruína. Em todos os continentes, a classe trabalhadora lançou-se repetidamente, pela sua luta de classe, ao derrube do capitalismo, à tomada do poder por órgãos representativos das massas exploradas e oprimidas,

designados, mandatados e controlados por elas. Nesse movimento, deparou-se, e continua a deparar-se, com obstáculos levantados pelas direcções tradicionais do movimento operário saídas da IIª ou da IIIª Internacional, ou por movimentos que se definem a si mesmos como “societais” ou “populistas”, rejeitando toda a referência de classe e medrando nas ruínas dos seus antecessores, levantados, pois, por aqueles cuja função é preservar a qualquer preço a ordem social vigente. Pela nossa parte, baseando-nos nos factos, afirmamos que a evolução da situação mundial neste início de século XXI verifica inteiramente o programa que serviu de base à constituição da IVª Internacional, o *Programa de Transição*. É em consonância com esse programa que queremos contribuir para resolver a crise de direcção revolucionária da classe operária: dela depende a solução para a crise da humanidade.

9 — Não é possível recuperar o sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. As pretensas tentativas de reforma estão condenadas, na melhor das hipóteses, a falhar e a preparar as próximas derrotas da classe trabalhadora; ou, na pior das hipóteses — bem frequente — são o embrulho de planos de destruição e outras “mesas redondas” que servem para convidar os dirigentes das organizações operárias a participarem nos planos de destruição ditados pela classe capitalista. Independência da classe trabalhadora implica, em todo o lado, romper com o imperialismo e as suas instituições: romper com o FMI, o Banco Mundial e a ONU, romper com instituições regionais como a União Europeia e os tratados de comércio livre da América do Norte ou América-Ásia, assim como com todos os tratados de “comércio livre”. A classe trabalhadora deve, em todo o lado, bater-se em plena independência contra todas as formas de subordinação ao imperialismo, começando por recusar o pagamento de uma dívida externa que não é dos povos e que, da África do Sul à América Latina e aos próprios Estados Unidos, da Europa à Ásia, mais não é do que o instrumento da pilhagem dos povos.

10 — A alternativa que Rosa Luxemburg outrora traçou entre “socialismo ou barbárie” tem candente actualidade. A barbárie já está em marcha. Só a classe operária, reunindo à sua volta todas as camadas oprimidas, tem capacidade para dirigir a luta para impedir a barbárie. Só poderá fazê-lo se a perspectiva traçada for a da socialização dos meios de produção, da comunitarização de todos os meios de produção e das riquezas produzidas, ao serviço de toda a humanidade. É a esta perspectiva que pode e deve subordinar-se a luta pela preservação da independência da classe operária. Essa é a perspectiva em que situam a sua luta as organizações e secções da IVª Internacional que, no âmbito do CORQI, trabalham pela sua reconstituição.

11 — Por que motivo organizaram ou organizam as organizações filiadas no CORQI, neste centenário de 1917, iniciativas que visam abrir a discussão sobre a actualidade de Outubro de 1917? Para nós, a actualidade de Outubro de 1917 é a actualidade da análise de Lenine do imperialismo lançado no caminho da decomposição do regime capitalista; é a actualidade da luta por romper com a burguesia; é o

entendimento de que, na era do imperialismo, nos países dominados, as reivindicações democráticas que ficaram por realizar não serão realizadas pelas burguesias nacionais, definitivamente submetidas ao imperialismo mundial, mas pela classe operária, realizando à sua volta a mais ampla frente unida anti-imperialista (incluindo eventuais sectores da burguesia e da pequena burguesia pontualmente desejosos de lutar pela soberania da nação, mas na condição de a frente unida anti-imperialista ser encabeçada pelo movimento operário), o que implica, em todas as circunstâncias, a independência do partido dos trabalhadores; é a recusa em participar em qualquer coligação do tipo frente popular, que atrela as organizações operárias à carroça da burguesia; é a afirmação de que só a classe trabalhadora, construindo os seus próprios órgãos de poder — sovietes, conselhos operários — é capaz de estabelecer a República Operária e a união livre das Repúblicas Operárias à escala de continentes inteiros e, mais ainda, a república universal dos conselhos operários. A actualidade de Outubro de 1917 é a actualidade da luta pela emancipação dos trabalhadores na continuidade das Iª, IIª, IIIª e IVª Internacionais. É, portanto, a actualidade da luta pela IVª Internacional e pela sua reconstituição, que tem por base a compreensão do carácter internacional da luta de classes, de que apenas a forma é nacional. Sob a bandeira da Internacional Operária, compete-nos a nós, por formas adequadas a cada situação nacional, trabalhar pela construção de autênticos partidos operários, partidos de classe independentes da burguesia e das suas instituições.

12 — Organizando-se por e para si, a classe produtora de riqueza tem na mão a chave da emancipação de toda a humanidade, abrindo uma perspectiva de emancipação de todas as camadas oprimidas e exploradas. É a luta da classe trabalhadora que trará resposta positiva à legítima reivindicação de liberdade, emancipação e soberania das nações oprimidas pelo imperialismo. É na luta da classe trabalhadora e com ela que a mobilização das mulheres e das mulheres trabalhadoras de todo o mundo pela igualdade de direitos será plenamente realizada. É na luta da classe trabalhadora e com ela que a legítima aspiração da juventude a um futuro, à liberdade, ao trabalho e à educação poderá encontrar resposta à altura das suas necessidades. É através do movimento da classe trabalhadora e com ele que as questões hoje colocadas à sobrevivência do ambiente encontrarão resposta e solução. Perante a destruição em curso às mãos do imperialismo em apodrecimento, a humanidade só encontrará soluções enveredando pela socialização dos meios de produção, permitindo a organização da produção de acordo com as necessidades da humanidade e não do lucro, combinando-a com medidas de protecção do género humano que vão lado a lado com o surto das forças produtivas, contra as teorias do “decrecimento” que, à pala da defesa do ambiente, promovem a destruição das forças produtivas em conformidade com as exigências da classe capitalista, principal responsável pelas ameaças que pesam sobre a humanidade.

13 — Na sua luta de classes de séculos, em todos os continentes e em todos os países, por formas variáveis de acordo com as condições nacionais, a classe trabalhadora

foi arrancando pela sua luta de classe conquistas, direitos e garantias. Nos interstícios da sociedade burguesa inseriu as suas próprias instituições proletárias: sindicatos, mutualidades, órgãos de protecção colectiva. A sua luta de classe leva-a, em cada etapa, a tentar agarrar nas suas organizações para organizar a sua luta independente e defender as conquistas antigas. Fiel à fórmula de Trotsky de que *“quem não é capaz de defender as conquistas antigas nunca conquistará novas”*, a IVª Internacional considera seu dever ajudar a classe trabalhadora a apoderar-se das suas organizações para lutar, ajudá-la a defender a independência de suas organizações e cada uma e todas as conquistas da classe trabalhadora.

14 — *“A crise da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária do proletariado”.* Esta afirmação central do programa de fundação da IVª Internacional acha-se totalmente verificada neste início do século XXI. Em todo o mundo, governos dirigidos por partidos que mergulham as suas raízes históricas no movimento operário — partidos originários da IIª Internacional, socialista e social-democrata ou oriundos dos partidos comunistas — ou de partidos nacionalistas pequeno-burgueses içados ao poder pela vontade das massas exploradas e oprimidas de pôr termo aos representantes directos da classe capitalista, acabam, não obstante, por fazerem seus os planos ditados pela classe capitalista. O desmembramento da URSS — fruto burocraticamente degenerado da revolução de Outubro de 1917 — acelerou este movimento. É o que se tem visto quando partidos socialistas e comunistas têm assento e participação em tantos governos europeus, artesãos do desmantelamento das conquistas dos trabalhadores e das conquistas sociais. É o que se vê na América Latina, particularmente no Brasil, onde os governos Lula/Dilma continuaram a pagar integralmente a dívida exigida pelos capitalistas e banqueiros. Quanto à Venezuela, a nossa defesa incondicional da Venezuela e do seu governo contra as ameaças do imperialismo não nos fazem esquecer que os governos Chavez e Maduro continuaram a pagar a dívida. Na Grécia, igualmente se viu o governo de Tsipras, eleito e mandatado para romper com o FMI, o Banco Mundial e a União Europeia, acabar por decidir aplicar os planos assassinos destes contra as massas. Na África do Sul, viu-se o governo levado ao poder após o fim do regime do apartheid entregar o país às multinacionais e recusar-se a dar a terra à maioria negra espoliada da sua terra. É em grandíssima parte por esta razão que, em todo o mundo, nos últimos vinte e cinco anos, a situação das massas trabalhadoras não tem parado de se degradar, as conquistas têm sido postas em xeque umas atrás das outras, piorando as condições de existência, enquanto as guerras se espalham. Nos países em que estão eles próprios no poder, os partidos tradicionais da classe capitalista só devem a sua sobrevivência à participação directa de partidos saídos do movimento operário em governos de “bloco central”. Foi o caso, até há pouco tempo, na Alemanha. No caso de Espanha, recebem mesmo o apoio de tais partidos sem participação.

15 — **A característica marcante da situação continua a ser a vontade de lutar das massas:** *“A orientação das massas é determinada, por um lado, pelas condições objectivas do capitalismo em putrefacção; por outro lado, pela política de*

traição das velhas organizações operárias. Destes dois factores, o factor decisivo é, bem entendido, o primeiro: as leis da história são mais poderosas do que os aparelhos burocráticos.” É um facto, hoje, que das grandes greves e protestos em Espanha e Portugal, na Grécia, em França, da revolução palestiniana que, setenta anos após a partição da Palestina, continua a erguer-se pelo direito à terra e à nação; dos townships da África do Sul, onde os trabalhadores negros e suas famílias ocupam a terra e exigem que ela seja dada à maioria negra, dando corpo à luta pela República Negra; à China, onde os trabalhadores, procurando organizar os seus sindicatos independentes, se defendem como classe operária e, assim, defendem igualmente a conquista que a propriedade social continua a representar e que a classe trabalhadora chinesa não quer ver entregue ao saque imperialista e ao desmantelamento; em todos os continentes, por todas as formas, apesar dos golpes sofridos, apesar da traição das velhas direcções, o que marca a situação é o imparável e contínuo surto das massas trabalhadoras, camponesas e jovens, procurando arrancar os seus direitos e defender as suas conquistas antigas. É neste movimento concreto e prático, que é o movimento da revolução que amadurece, que se inscreve a luta da IVª Internacional. É o combate dos negros dos EUA, que recusam os assassinatos policiais e lutam não só por que as vidas negras importem, mas por que acabe o sistema de opressão herdado da escravatura. É a luta do povo do Haiti contra a ocupação-pilhagem da ONU, etc.

16 — **Neste centésimo aniversário da revolução de Outubro de 1917, fiéis à luta dos bolcheviques face ao governo provisório, fiéis ao programa da IVª Internacional, nós reafirmamos que a IVª Internacional não tem lugar em nenhuma frente popular,** em nenhuma aliança que redunde em que partidos com origem no movimento operário participem em coligações governamentais com partidos burgueses, sujeitas às instituições da classe capitalista e encarregadas de aplicar os planos de ataque à classe operária. À frente popular de colaboração de classes opomos a frente única operária e, nos países dominados, a frente unida anti-imperialista, pela soberania da nação e pela democracia. Nenhum apoio aos governos que pagam a dívida, nenhum apoio aos governos que privatizam, nenhum apoio aos governos que fazem aplicar planos anti-operários!

17 — **Partidários que somos da IVª Internacional, estamos convencidos de que o programa desta, que mais não é do que a síntese do programa e da experiência de quase dois séculos de movimento operário e se insere na continuidade da Iª, IIª e IIIª Internacionais, é mais actual do que nunca.** No entanto, não pretendemos que a Internacional Operária Revolucionária de massas de amanhã nem que os partidos revolucionários capazes de ajudar as massas a abrir caminho à vitória em cada país se construirão na forma que é a forma actual das secções da IVª Internacional ou do CORQI. Por isso, sem deixarmos de lutar incansavelmente pela defesa do programa da IVª Internacional, pela construção de secções da IVª Internacional, intervimos, em cada país, ajudando a reagrupar, em formas adaptadas, todos os militantes apegados à independência de classe e que intervêm em defesa de uma representação política da classe operária fiel

aos seus interesses. Por isso, à escala internacional, fazemos parte integrante da Conferência de Mumbai, do Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, e ali intervimos pela independência de classe lado a lado com militantes de todas as tendências.

Trabalhadores, militantes e jovens, é nesta linha que vos apelamos a organizarem-se, em cada país, sob a bandeira da IVª Internacional, a construírem e reforçarem as suas secções filiadas no CORQI, a fim de lançar as bases e condições para a reconstituição da IVª Internacional, ferramenta indispensável para a vitória da classe operária!

Adoptado por unanimidade

Assinaram:

Afeganistão: Secção da IVª Internacional no Afeganistão.

Alemanha: Max Schumacher, Internationale Arbeiterkorrespondenz, secção alemã do CORQI; Günter Rex, Internationale Arbeiterkorrespondenz, secção alemã do CORQI

Azânia/África do Sul: Ashraf Jooma, secretário nacional da secção azaniana da IVª Internacional (AS-FI); Scelo Mthembu, Comissão Operária (AS-FI); Musa Kunta, comissário político (AS-FI); Mandla ka Phangwa, coordenador nacional (AS-FI), em nome da secção azaniana da IVª Internacional (AS-FI)

Bangladesh: Secção do Bangladesn da IVª Internacional.

Bélgica: Organização Socialista Internacionalista, secção belga da IVª Internacional

Benim: Rav, pelo Comité de Ligação dos Trotskistas do Benim (CLTB)

Bielorrússia: a delegação bielorrussa

Brasil: Organização Comunista Internacionalista (OCI, secção brasileira do CORQI)

Burundi: secção burundesa da IVª Internacional

Canadá: Paul Nkuzimana, pelo Comité de Ligação dos Trotskistas do Canadá

Chile: Grupo Trotskista Chileno

Coreia: Conselho dos Militantes da Coreia — Solidariedade.

Estados Unidos: Socialist Organizer, Secção da IVª Internacional nos Estados Unidos; Mya Shone, partidária do CORQI

França: Tendência Comunista Internacionalista, secção francesa da IVª Internacional (membro do CORQI)

Grã-Bretanha: Os partidários britânicos do CORQI

Grécia: Andreas, editor de *Ergatika Nea*

Haiti: Berthony Dupont, *Haïti Liberté*

Hungria: Os partidários da IVª Internacional

Índia: Grupo *Spark*

Itália: Secção italiana da IVª Internacional

Marrocos: Partidários do CORQI em Marrocos

México: Laura Alejandra Rivera Arrizu (CORQI-México); Raul Calleja Lacorti (CORQI-México); Luis Carlos Haro (CORQI-México)

Paquistão: secção paquistanesa da IVª Internacional

Peru: Grupo socialista internacionalista, secção peruana do CORQI

Portugal: Grupo “A Internacional”

Roménia: Constantin Cretan (a título pessoal); Ileana Cretan (a título pessoal); Ion Somonescu (a título pessoal)

Rússia: a delegação da Rússia

Sérvia: Jacim Milunovic, militante operário

Suíça: Wolfgang Eichenberger, convidado da Suíça

Togo: Steve, militante togolês da IVª Internacional

Tunísia: delegação tunisina

Turquia: Sosyalizm

Zimbabwe: Mafa Kwanisai Mafa, coordenador nacional, Memory Rudo Mpandawana, tesoureira, secção do Zimbabwe da IVª Internacional

**1, 2 e 3 de Novembro de 2017,
Saulx-les-Chartreux (França)**

⁽¹⁾ Os representantes de mais cinco países que tencionavam participar na conferência viram-se impedidos de comparecer.

⁽²⁾ Cf. texto publicado n’A *Internacional* nº 6, aprovado pela IIª Conferência do CORQI.

● DOCUMENTOS

Saudação aos trabalhadores da Catalunha

Nós, delegados vindos de trinta países reunidos na conferência do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI), saudamos o movimento dos trabalhadores, da juventude e do povo da Catalunha, que abriu uma situação nova à escala do Estado espanhol e de todo o continente.

Apesar da repressão, apesar da destruição de urnas, apesar da violência policial, no dia 1 de Outubro de 2017 centenas de milhares de pessoas mobilizaram-se e, pela sua mobilização, impuseram uma votação — cujo carácter maioritário é indiscutível — para instaurar a República.

Que significa a República?

República significa fim da monarquia, fim de todas as instituições opressoras de todos os povos do Estado espanhol, fim das instituições opressoras instauradas pela ditadura de Franco durante quarenta anos e prolongadas pela monarquia franquista por outros quarenta anos.

República na Catalunha é a porta que se abre para o processo constituinte que há-de outorgar ao povo — e, muito particularmente, à maioria constituída pelos trabalhadores das cidades e dos campos e pela juventude — o poder de decidir qual há-de ser o conteúdo social e as formas políticas da República.

República há-de ser, para os trabalhadores da Catalunha e de todo o Estado espanhol, a possibilidade de romper com os planos do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia, a possibilidade de romper com os planos da troika rejeitados por milhões e milhões de grevistas e manifestantes, primeiro em 2012 e depois, de novo, em 2014. É a possibilidade que se abre de fazer caminho para uma República cujo conteúdo social possa ser o de uma República operária.

República na Catalunha é a brecha que se abre para repúblicas em todas as regiões de Espanha, a brecha que se abre para a união das repúblicas livres de todo o Estado espanhol.

Trabalhadores, sabemo-lo bem: a classe social que mais interesse tem na proclamação da República e na queda da monarquia é a classe operária.

No dia 1 de Outubro, o povo manifestou a sua vontade

Como declarava, nos dias que se seguiram ao referendo, um dos comités de defesa do referendo e da república: “No

passado dia 1 de Outubro. o povo da Catalunha decidiu, em referendo, manifestar a sua vontade de se constituir como República independente e fê-lo sob condições de brutal repressão por parte da polícia nacional espanhola e da Guardia Civil. Em muitas secções de voto deste bairro, os habitantes tiveram que defender o seu direito de voto com o seu próprio corpo, tornando-se vítimas directas da violência policial, mas também actores directos do exercício da sua firmeza democrática, que deu a volta ao mundo. Dois dias mais tarde, no dia 3 de Outubro, uma greve geral contra a repressão e pelas liberdades paralisou o país, mobilizando massivamente a sociedade catalã, greve geral na qual — pois não pode ser de outra maneira — a classe trabalhadora se tornou na força social mais activa e decisiva.

Neste comité de defesa da república, entendemos que a greve geral deve continuar, pois é um instrumento importante de luta para os próximos dias e semanas, não só para nos defendermos contra as medidas repressivas do Estado, mas também para defender a República nascente e para lutar pela libertação dos dois Jordis, reféns nas mãos do Estado espanhol. (...)

Seguindo a palavra de ordem que lançámos no dia 1 de Outubro: “Organizemo-nos por um “sim” de classe”, propomo-nos contactar com as trabalhadoras e trabalhadores do bairro, a fim de associá-los à defesa da República e apoiar as suas lutas e reivindicações laborais. A nova República deve nascer, afinal, para resolver os graves problemas sociais de que sofremos e para podermos construir uma sociedade mais justa.”

A partir do dia 28 de Outubro foi a repressão brutal, a mando do governo Rajoy, em consonância com a natureza das instituições da monarquia. Repressão brutal apoiada e instigada por Trump, pela União Europeia e por todos os governos das grandes potências.

A União Europeia contra a República Catalã

A União Europeia e os capitalistas manifestaram claramente a sua hostilidade à República Catalã. Perceberam claramente que os seus interesses de classe estavam ameaçados pelo surto da mobilização de centenas de milhares de pessoas para derrubar a monarquia.

Perceberam-no perfeitamente e, com eles, percebeu-o toda a santa aliança dos dirigentes dos diversos governos dos países da Europa e da União Europeia.

Trabalhadores da Catalunha, trazemo-vos a saudação do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional.

Afirmamos que é uma vergonha os dirigentes das organizações que se reclamam da classe operária e do movimento operário terem-se erguido contra a proclamação da República Catalã, votando contra, nos casos em que tinham representação parlamentar; chegando, nalguns casos, a organizar, juntamente com a monarquia e com Rajoy, o recurso ao artigo 155º, que suspende as liberdades; e chegando, noutros, a legitimar novas eleições que, ao fazerem-se sob a bota das forças repressivas, mais não significam do que a vontade de apagar o resultado de 1 de Outubro; chegando, até, noutros casos ainda, ao cinismo de apelarem a lutar contra esta República, proclamada no dia 1 de Outubro, em nome de uma hipotética República que houvesse de vir no futuro.

Uma vergonha, quando a responsabilidade deles era apelarem, em toda a Espanha, a comícios operários com palavras de ordem de: *“Forjemos a unidade de todos os trabalhadores da cidade e do campo de todas as regiões do Estado espanhol para pôr cobro aos planos anti-operários ditados pelo FMI e pela União Europeia, por um processo constituinte que permita abater a monarquia franquista e instaurar repúblicas em todas as regiões e a união livre das repúblicas livres de todo o Estado espanhol”*; mas que não só se recusaram a organizar tais comícios, como, pelo contrário, fizeram campanha para virar contra os trabalhadores catalães os trabalhadores da Andaluzia, do País Basco, de Castela e das outras regiões.

Uma vergonha que, em todos os países da Europa, aqueles que encabeçam organizações operárias tenham virado as costas ao seu dever de solidariedade de classe com o povo catalão. Uma vergonha, continuarem a fazer tudo para isolar os trabalhadores catalães do conjunto da classe operária do Estado espanhol e de todos os países do continente.

Saudamos os trabalhadores da Catalunha

Saudamos os trabalhadores da Catalunha. Sabemos que a situação é difícil e que eles nada podem esperar dos

dirigentes que, depois de organizarem o referendo, reafirmaram a sua fidelidade à União Europeia e ao capital financeiro.

Mas também sabemos que, na mobilização, se têm constituído comités de defesa do referendo (CDR) e da República. Sabemos que alguns desses CDRs decidiram, custasse o que custasse, continuar a organizar a mobilização para defender as conquistas de 1 de Outubro.

Ontem, 2 de Novembro, às dezenas de milhares, manifestantes de todas as cidades da Catalunha proclamaram a sua indignação contra as prisões e a repressão, gritando palavras de ordem de denúncia do papel da União Europeia e apelando à greve geral.

Não toquem no povo catalão

Temos confiança em que o resultado de 1 de Outubro, afirmando a realidade da República da Catalunha, continuará, sejam quais forem as vicissitudes, a representar o primeiro passo, preparatório de outros.

Temos confiança na capacidade dos trabalhadores e dos jovens, na Catalunha como em todas as regiões de Espanha, de encontrarem a via de organização que lhes há-de permitir levar de vencida os seus direitos.

Garantimo-vos que o CORQI, parte integrante das lutas dos trabalhadores e dos povos pela sua emancipação em todo o mundo, estará ao vosso lado nesta luta decisiva.

Em todo o mundo, as suas organizações e militantes estão a participar e continuarão a participar em todas as acções de mobilização, exigindo:

“Não toquem no povo catalão! Libertação dos presos políticos! Fim dos processos! Viva a República Catalã!”

**Saulx-les-Chartreux
3 de Novembro de 2017, 13h30.**

● ANÁLISE

Relatório apresentado à segunda conferência internacional do CORQI (extractos)

Camaradas,

Antes de mais nada, queria recordar donde vimos e a continuidade em que nos colocamos.

Não aparecemos em Turim há 18 meses, embora o CORQI se tenha constituído formalmente em Turim nessa data. Reivindicamos representar antes a continuidade de quase duzentos anos de combate político organizado pela emancipação da classe operária.

Com o Programa de Transição, programa da IVª Internacional, reivindicamos a continuidade da Iª Internacional de Marx, Engels, Bakunin; a continuidade da IIª Internacional, em cuja fundação Engels participou; da IIIª Internacional, a Internacional Comunista, constituída na esteira da vitória da revolução russa. E, claro, a continuidade da IVª Internacional.

Permitam-me recordar alguns dos marcos desta continuidade em que se enquadra a realização de uma conferência do CORQI que não é, ainda, no estádio actual, congresso da IVª Internacional.

A IVª Internacional foi formalmente proclamada numa conferência de fundação, em Setembro de 1938, a poucos quilómetros daqui. Participaram nessa conferência representantes de onze secções, uma das quais — coisa que só bem mais tarde se veio a saber — representada por um agente provocador da GPU.

A conferência de fundação teve carácter de urgência. O seu principal inspirador, Leão Trotsky, estava convencido de que a Segunda Guerra Mundial estava iminente e de que o seu próprio assassinato estava programado. Era preciso, antes que deflagrassem acontecimentos de enorme alcance, cristalizar o que pudesse e houvesse de ser cristalizado, com um programa que assegurasse a continuidade do marxismo. O segundo congresso mundial realizou-se dez anos mais tarde, em 1948. Deu ensejo ao reencontro de camaradas separados pela guerra mundial, pela repressão e pelo assassinato de grande número de camaradas, tanto pelos nazis como pelos estalinistas. Os militantes que participaram no congresso tinham passado pelas maiores convulsões. Porém, este congresso ficará para a história como um congresso truncado, em que, nomeadamente, o balanço dos dez anos entretanto passados foi atabalhado em meia hora, apesar de terem vindo ao de cima grandíssimas questões teóricas e políticas.

Por exemplo, que posição na resistência nos países ocupados pelos nazis, a política militar do SWP nos Estados Unidos... Tudo isso foi relegado para debaixo do tapete para evitar uma discussão política. O resultado disso foi que o acordo conseguido nesse congresso de 1948 era em grande parte formal e que, no período seguinte, muitos dos participantes nesse congresso mundial, nomeadamente de França e da Grã-Bretanha, abandonaram, desmoralizados, as fileiras da IVª Internacional.

O terceiro congresso mundial, o de 1951, ficou marcado pelo rebentamento da crise pablista. Nesse congresso, Pablo tentou que as suas “*Teses*” passassem, teses que sustentavam que o mundo já não se dividia em classes, mas sim em “campos”, e que era preciso “escolher o nosso campo”, ou seja, no caso, o campo dominado pelo estalinismo.

Para utilizar a fórmula de Pablo, era preciso “*levar em conta uma situação em que o estalinismo seria obrigado, durante séculos de transição, a realizar o socialismo à sua maneira*”. Isso equivalia, naturalmente, a atribuir um lugar histórico positivo ao estalinismo e a pôr em causa as análises de Lenine sobre o imperialismo, tendo a consequência prática de nos convidar a fazer um “*entrismo profundo*” — na verdade, a dissolver-nos, capitulando, nas organizações dirigidas pelo aparelho estalinista.

A secção francesa organizou a resistência a esta revisão liquidacionista do marxismo. O fulcro dessa resistência foi o núcleo operário dirigido por Pierre Lambert. Bem mais tarde, juntar-se-lhe-iam os dirigentes do SWP dos Estados Unidos. Por muitos e variados episódios se tentou reconstituir as forças da IVª Internacional. Em 1963, como é sabido, o SWP dos Estados Unidos aceitou o que ficou conhecido como a “*reunificação sem princípios*”, de que nasceu o Secretariado Unificado. Sem princípios, por se fazer num terreno que acabava por ser o do pablismo, ao investir o cuidado de constituir alternativas à construção do partido revolucionário em todo o género de direcções pequeno-burguesas. Foram as ilusões sobre Castro, sobre as “*novas vanguardas*”, sobre Ben Bella na Argélia e muitos outros...

Nos anos sessenta e setenta, foi a longa e complexa luta por criar condições para a reconstrução da IVª Internacional. Passou por combinações, acordos, rupturas e cisões de todos os géneros. Alguns dos camaradas aqui presentes

participaram desses episódios, que não vou enumerar na íntegra.

No início dos anos setenta deu-se a constituição do primeiro CORQI — o Comité de Organização pela Reconstrução da IVª Internacional. Mais tarde, fez-se o comité paritário para a reorganização / reconstrução da IVª Internacional, baseado num acordo com os morenistas. Durante os anos oitenta, houve a IVª Internacional - Centro Internacional de Reconstrução, depois a IVª Internacional - Centro Internacional.

Nos anos de 1985-86, abriu-se a discussão sobre as condições que se exigiam para reproclamar a IVª Internacional, discussão que resultaria, em 1993, na conferência de reproclamação da IVª Internacional, quatro anos, portanto, após a queda do Muro de Berlim, dois anos depois do desmoronamento da URSS. A reproclamação, como alguns camaradas se lembrarão, sobreveio a uma discussão que se desenrolou ao longo de vários anos e de que resultou a adopção de dois textos, um deles intitulado *“Foi o programa da IVª Internacional verificado pelos acontecimentos?”*

Farei finca-pé neste documento porque nós somos marxistas, e os marxistas partem sempre dos factos, sejam quais forem as circunstâncias. Naquela altura, após a queda do Muro de Berlim e o desmoronamento da URSS, deu-se uma ofensiva sem precedentes da reacção à escala internacional, com especial incidência no movimento operário e repercutida pela cúpula dos aparelhos: o socialismo — definitivamente riscado do mapa; o capitalismo — *“inultrapassável horizonte”* da história. O único objectivo que o movimento operário se podia atribuir era *“humanizar”* o capitalismo.

Examinámos então com grande cuidado os factos, as tendências fundamentais da economia e da política à escala internacional. Analisámos as consequências previsíveis do desmoronamento da economia planificada na URSS e na Europa de Leste. A dedução que tirámos foi que não só a queda da URSS não abria um novo campo ao desenvolvimento e prosperidade do capitalismo, como, bem pelo contrário, iria marcar a aceleração do processo de putrefacção e destruição acelerada das forças produtivas, propiciando igualmente o que viríamos a designar por *“mafiosização”* da economia mundial.

Camaradas, os textos que na altura se escreveram podem-se ler, nomeadamente aquele documento, que não ganhou uma ruga.

Nesta conferência do CORQI, é com o mesmo método que devemos prosseguir a reflexão sobre as raízes da crise da IVª Internacional e sobre as nossas tarefas.

Mas, antes disso, permitam-me recordar as grandes datas que se seguiram à reproclamação.

Em 1999, reunimos o IVº congresso mundial da IVª Internacional, que restabelecia o fio da continuidade, 48 anos após o terceiro congresso. Em 2002, houve um Vº congresso mundial. Voltarei a falar dele mais à frente.

Pela minha parte, considero que a conferência de reproclamação e os IVº e Vº congressos mundiais foram verdadeiras conferências e congressos mundiais da IVª Internacional. Tenho alguma reserva quanto ao VIº congresso mundial, realizado em Dezembro de 2006, poucas semanas antes de o camarada Lambert ter caído doente.

Nessa altura, iniciara-se já a ofensiva contra as consequências da reproclamação da IVª Internacional. Ao reler os textos do VIº congresso mundial, vê-se que eles são limitados em comparação com o que foram a conferência de reproclamação e os dois congressos anteriores.

Depois de o camarada Lambert ter morrido, houve um VIIº e um VIIIº congressos, em Fevereiro de 2009 e na primavera de 2013. Nesses congressos, é preciso que se diga, as cartas estavam viciadas. Com efeito, pelo menos nós, aqueles de entre nós que participávamos nas instâncias da Internacional, podíamos aperceber-nos de que a discussão política estava, toda ela, bloqueada — vários camaradas aqui presentes são testemunhas disso. Para escrever um simples projecto de resolução para um congresso mundial, eram por vezes precisos dois a três anos de discussão, vários projectos, dar murros na mesa, exigir que se chegasse a uma conclusão. Vários membros da direcção da Internacional tinham, com efeito, um único objectivo: que as discussões não levassem a nada.

Muitos camaradas aqui presentes terão lembrança, nomeadamente, do VIIIº congresso. A ameaça — real, mas que não passava de uma ameaça — de intervenção imperialista americana na Argélia foi agarrada pelo núcleo liquidacionista já cristalizado para pôr em causa a ordem de trabalhos prevista e anular todas as discussões políticas, deixando um único ponto: como preservar a Argélia da intervenção imperialista.

Estávamos em 2013. Estamos agora em 2017. Não houve até hoje intervenção militar directa do imperialismo na Argélia, e ainda bem. Porém, a brusca interrupção da discussão no VIIIº congresso mundial prejudicou gravemente a possibilidade de desenvolver posteriormente uma discussão democrática na IVª Internacional.

O que eu estou a dizer pode ser facilmente verificado. Há textos. Se o lembro, é para dizer que é esta a nossa continuidade, com forças, fraquezas, crises. Somos a continuidade dos que nunca desistiram de reconstituir o quadro da Internacional.

Quando fomos expulsos da CCI, em condições que são bem conhecidas, no final do mês de Junho de 2015, estávamos politicamente preparados para a ruptura, pois a organização francesa andava às turras há anos. No plano organizacional, contudo, não estávamos preparados.

A nossa primeira iniciativa foi dotar-nos de um jornal, fiéis à posição de Lenine de que, para ser viável, uma corrente política se manifesta em direcção a toda a classe operária através de um jornal elaborado colectivamente, que saia regularmente e que dialogue sobre todas as questões da luta de classes.

Logo que o fizemos, pôs-se-nos imediatamente a questão da Internacional. Percebemos que as raízes da crise, tal como surgira em França, remontavam ao próprio fundamento da existência da IVª Internacional. Nós tínhamos, na maioria dos casos, sido formados na escola de Pierre Lambert, com quem alguns de nós trabalhámos estreitamente durante 30, 35, 40 anos. Entre as numerosas coisas que nos ficaram contava-se a convicção absoluta de que toda a corrente política, seja qual for o seu tamanho, que tenha a ilusão de que é começando por se construir ao nível nacional que se poderá depois ajudar à construção da Internacional, e ceda a essa ilusão, se perde irremediavelmente para a IVª Internacional.

O património da reproclamação não desapareceu

Nós começámos logo por dizer que não éramos uma organização “francesa”, mas a secção francesa do partido mundial da revolução socialista, e que por isso tínhamos de discutir sem delonga com os camaradas da Internacional, informá-los, unir forças. Isso explica que, apesar das dificuldades materiais, tenham passado apenas alguns meses entre a constituição da Tendência Comunista Internacionalista, no outono de 2015, e a realização da conferência constituinte do CORQI em Turim, em Fevereiro de 2016.

Foi, pois, em Turim, que lançámos as bases do CORQI, com documentos publicados n’A *Internacional* n° 1, que não acho necessário trazer de novo à colação.

Que dissemos nós em Turim? Começámos por qualificar o golpe cisionista desferido contra a IVª Internacional. Do mesmo passo, afirmámos, porém, que, apesar desse golpe, o património da reproclamação, o património da conferência de 1993 e do quadro político constituído nessa conferência não haviam desaparecido. Que património?

Primeiro, como já referi, a verificação, pelos acontecimentos, da pertinência do programa da IVª Internacional, base para a Internacional se poder homogeneizar e chegar à conclusão comum da necessidade de construir o partido revolucionário, quer à escala internacional quer em cada país.

O segundo elemento daquele património é a compreensão do laço indissolúvel — tanto no plano internacional como no plano nacional, tomando, evidentemente, formas variáveis de país para país — da relação entre a construção das secções da IVª Internacional e aquilo que nós temos designado por “*transição na construção do partido*”.

Por fim, tirámos de toda a experiência histórica da nossa corrente a compreensão de que uma internacional centralizada não se proclama estalando com os dedos. Na conferência de Turim, não dissemos: “*Somos a IVª Internacional*”, dissemos: “*É preciso reconstituir a IVª Internacional*” e isso passa por um trabalho longo e necessário, focado tanto na elaboração teórica como na discussão política e nas tarefas práticas de construção e organização.

Elaboração teórica, primeiro, para analisar as raízes da crise cisionista. Demorámos o tempo que foi necessário para publicar o documento reproduzido n’A *Internacional* n° 6, em que tentámos, o mais fielmente possível, dar conta do desenrolar dos acontecimentos que redundaram na cristalização, dentro da IVª Internacional, de um sector que ficou organicamente ligado aos aparelhos contra-revolucionários.

A elaboração teórica não se reduz, porém, a isso. Partindo daí, há-de permitir-nos definir quais são as implicações da aplicação prática do programa da IVª Internacional hoje, no ponto de vista das tarefas de construção e das palavras de ordem.

Nessa base, poderemos, na presente conferência, tentar avançar na discussão política, respondendo à seguinte pergunta: quais são as condições que tornam possível avançar para uma conferência de reconstituição da IVª Internacional, sabendo nós que, neste momento, essas condições ainda não estão reunidas?

Camaradas,

Ao falar de actualidade do programa da IVª Internacional, não se está a falar da actualidade de um dogma ou de uma espécie de bíblia em que cada frase deva ser incensada. Está-se a falar da actualidade do que fundamenta a sua análise, o seu método, as suas palavras de ordem. Poderiam resumir-se do seguinte modo os pontos mais salientes:

- Primeira afirmação: o programa da IVª Internacional faz suas as fundações do socialismo científico definidas por Marx, nomeadamente, n’*O Capital*, análise prolongada por Lenine n’*O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*. A saber, que a principal contradição do capital é o próprio capital, o fosso crescente entre a tendência para o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e a natureza limitada, não socializada (privada), da apropriação das mercadorias.

Todas as tentativas do capital para superar esta contradição redundaram, há um século, numa situação em que, impotente para continuar a desenvolver as forças produtivas, ele só sobreviveu à custa da sua destruição maciça, do desenvolvimento das “*forças destrutivas*”, para repetir a fórmula de Marx. Por essa razão qualificaria Lenine o imperialismo de “*época das guerras e das revoluções*” e afirma o programa de fundação da IVª Internacional que “*sem revolução socialista, a humanidade está condenada a soçobrar na barbárie, na decadência e na destruição*”.

- A segunda afirmação de maior monta do programa é a de que este sistema historicamente falido só sobrevive a si próprio por se encostar aos aparelhos que, na cúpula das organizações operárias, se passaram definitivamente para o lado da ordem burguesa. Principalmente os aparelhos saídos da social-democracia e da IIª Internacional, por um lado, e os saídos do estalinismo e da degenerescência da URSS, por outro lado; e, ainda, outros aparelhos de menor importância.
- A terceira afirmação do programa, que faz sobressair a sua actualidade, deriva das duas primeiras. A saber: que a construção de uma direcção revolucionária concentra em si mesma e por si só a solução para a crise que ameaça a humanidade inteira. A fórmula de que “*a crise da humanidade se reduz à crise da direcção revolucionária do proletariado*” implica, para nós, construir a Internacional e as suas secções, construir autênticos partidos revolucionários.

- O quarto ponto saliente do programa é a afirmação de que “*as leis da história são mais fortes do que os aparelhos burocráticos*”. Esta afirmação não é o reflexo de alguma espécie de optimismo irracional e mecanicista, segundo o qual os trabalhadores vencerão aconteça o que acontecer e a história acabará com a vitória dos “bons” sobre os “malvados”. Se assim fosse, não seria preciso construir partido revolucionário.

Esta frase não quer dizer que a classe operária tenha uma garantia de vitória, mas sim que, seja qual for a política dos aparelhos (inclusive quando ela leva a classe operária às piores derrotas), as leis da história, mais especificamente as leis da exploração capitalista — e as que com ela se prendem dialecticamente, ou seja, as da resistência à exploração — inevitavelmente surgem e ressurgem.

A luta de classes ressurgiu sob a bota da ditadura nazi na Alemanha apesar da derrota do proletariado alemão. Ressurgiu na Coreia do Sul nos anos oitenta apesar do terrível esmagamento sob a bota de uma ditadura militar. Ressurgiu no Chile apesar da ditadura militar que resultou da derrota infligida pelos aparelhos, com Allende. Os exemplos são múltiplos. O caso não é, pois, de estarmos perante o reflexo de um optimismo irracional, mas sim da compreensão de que as leis da resistência à exploração tendem a reconstituir permanentemente o movimento da luta de classes e, portanto, o movimento da revolução. A tarefa dos militantes que constroem o partido revolucionário é definir uma política ancorada na confiança absoluta na capacidade da classe operária para reconstituir, sejam quais forem as circunstâncias, as condições para a sua luta de classe, que os leve a implantar-se nessa luta de classe e a nela inscrever a construção do partido revolucionário.

- A quinta afirmação, que mantém toda a sua actualidade, é a de que não há lugar para a IVª Internacional em nenhuma frente popular, ou seja, que não há concessão possível a alianças com partidos representativos da burguesia nem com instituições representativas da burguesia. Contrapomos-lhes, sempre, a luta pela frente única operária, pela unidade da classe operária e das suas organizações para defender os seus interesses específicos numa base classista.

- O sexto aspecto do programa cuja pertinência me permito realçar é a necessidade de, em todas as circunstâncias, avançar com um sistema de reivindicações transitórias que ajudem a mobilizar as massas em preparação da tomada do poder. Cada um destes termos tem a sua importância. Qualquer reivindicação pode ser ou não ser transitória em determinado momento. Tudo depende do momento da luta de classes em que se enquadre e da alavanca que represente ou não para ajudar a mobilizar as massas. Os militantes revolucionários nunca consideram uma reivindicação por si mesma. Uma reivindicação “por si mesma” equivale, na melhor das hipóteses, por melhor reivindicação que seja, a “melhorar” a situação da classe operária no quadro do sistema capitalista.

Uma reivindicação há-de, assim, considerar-se na relação dialéctica que estabelece entre o ajudar à mobilização imediata por uma reivindicação imediata e a possibilidade, estribada no movimento iniciado, de aceder à reivindicação seguinte, ao elo seguinte da longa cadeia que faculta a compreensão da necessidade de a classe operária tomar conta do poder.

Isso exige que o partido revolucionário conjugue sempre agitação, organização e acção por reivindicações imediatas com propaganda sobre a questão do poder.

Uma das formas mais espectaculares e caricaturais que a ofensiva revisionista na secção francesa tomou nos anos anteriores a 2015 foi a da proibição de toda a formulação política que ultrapassasse a reivindicação imediata, chegando-se a denunciar como “amarelos” os que ousassem ligar a reivindicação imediata a uma perspectiva mais geral (concretamente, à luta pela ruptura com a União Europeia ou pela assembleia constituinte, que são palavras de ordem meramente democráticas, mas que,

enquanto palavras de ordem políticas, apareciam como 'a mais' em relação à reivindicação imediata de retirada desta ou daquela reforma do governo).

- Por fim, o sétimo aspecto: notar a atenção prestada pelo programa ao conjunto das reivindicações democráticas e, mais geralmente, às aspirações das camadas oprimidas, mesmo quando não se reduzem unicamente ao proletariado.

Refiro-me aqui à questão nacional, às reivindicações democráticas especialmente salientes na era que atravessamos, em que todas as conquistas democráticas são postas em xeque; à defesa da independência dos sindicatos; mas também à importância que o programa de transição atribui ao trabalho dirigido às mulheres trabalhadoras e à juventude.

Compreendendo que, embora nem todas as mulheres pertençam à classe operária, como tão-pouco todos os jovens, nem por isso as suas aspirações específicas — num dos casos ligadas à dupla opressão das mulheres, no outro à situação específica da juventude — podem encontrar resposta fora da relação com a luta da classe operária. Sem que deixem, porém, de exigir formas específicas de luta, de acção, de palavras de ordem, de mobilização.

Em França, passámos pela experiência de uma clique revisionista e liquidacionista que, centrando a sua atenção na aristocracia operária e nas cúpulas dos aparelhos, olhava com desprezo quer para o trabalho dirigido aos trabalhadores sem responsabilidades sindicais quer para o trabalho dirigido à juventude e às mulheres.

É um facto que, desde que se constituiu, a TCI demonstrou a sua capacidade para repor uma orientação correcta neste domínio.

Os sete pontos salientes citados a propósito da actualidade do programa da IVª Internacional são fruto de uma escolha arbitrária. Podiam-se citar outros. Não é uma lista exaustiva. Não somos dogmáticos. Se o programa da IVª Internacional não se achasse verificado e verificável pelos acontecimentos, não hesariámos em dizê-lo. Não hesariámos em analisar qual o elemento da situação económica e política mundial que o tornasse caduco.

Inversamente, sendo o programa válido, sendo ele o instrumento útil para lutar pela revolução proletária hoje, então temos que ser capazes de aferi-lo com recurso a factos e não à omissão de factos.

Todas as proposições que acabo de enunciar (tal como outras que poderia enunciar) acabam por vir dar à primeira delas, a que Trotsky designa de “*premissa económica da revolução proletária*”, reutilizando assim o ponto de vista de Lenine, que escrevera *O Imperialismo Estádio Supremo do Capitalismo* em 1915-16 (obra publicada na Rússia em Abril de 1917).

Se Lenine, em pleno desenvolvimento revolucionário, houve por útil publicar este escrito, foi por atribuir uma certa importância à análise que nele desenvolvera. No prefácio à sua reedição de 1920, escreve ele que ninguém se conseguirá orientar convenientemente na luta revolucionária sem ter assimilado o significado da passagem do capitalismo “ascendente” ao estágio do capitalismo putrefacto — o imperialismo — assim como ninguém conseguirá compreender o significado da traição da social-democracia

se não puser a descoberto as suas raízes, presas à evolução e degenerescência do capitalismo.

Camaradas,

O que esteve por trás da crise que se abateu sobre a Internacional, tomando a forma de uma integração nos aparelhos burocráticos (e, portanto, como seu corolário, tomando a forma da desistência de construir um partido) foi, de facto — não necessariamente no seu ponto de partida, mas na sua evolução — , o questionamento das bases mesmas do marxismo. Especialmente das leis do capital.

Em vésperas de uma crise financeira ainda mais destrutiva

Deixem-me só andar dez anos para trás. Há dez anos, em 2007, rebentava a crise dita das *subprimes*. Ela própria era consequência diferida das medidas tomadas para enfrentar a crise anterior, a crise de 2001 — quando a bolha especulativa da “economia da net” rebentou. Dez anos mais tarde, estamos hoje em vésperas de estalar uma crise da qual todos os observadores dizem que será ainda mais destrutiva, no plano económico, que a das *subprimes*.

O paradoxo (que não é aparente) é que, olhando para as estatísticas mundiais sobre a algo nebulosa matéria do “crescimento”, crescimento da produção e do consumo de mercadorias, até os observadores mais optimistas lhe atestam “*falta de vigor*”. Maneira delicada de dizer que não há crescimento. Há mesmo especialistas que falam de “*estagnação secular*” desde 1929, *grosso modo*, de produção e consumo a progredirem abaixo da população mundial. Formulação simultaneamente verdadeira e errada.

Verdadeira se se tomar como critério a produção de riqueza. Errada no ponto de vista do capital. No Livro I do *Capital*, na segunda secção, intitulada “*Transformação do dinheiro em capital*”, Marx escreve: “*O valor torna-se valor progressivo, dinheiro a desabrochar constantemente, a crescer e, como tal, capital. Sai da circulação, volta, mantém-se lá, lá se multiplica, volta a sair dela de novo acrescentado e recomeça, sem parar, a mesma rotação. Dinheiro que desova em dinheiro, dinheiro que se reproduz, eis a definição de capital*”. Tomando esta definição, não há “estagnação secular” alguma. O capital é mais do que nunca dinheiro “a desabrochar constantemente”.

Há poucos dias, o presidente Trump — que reduziu a arte da literatura política ao “tweet” de 140 caracteres — enviou o seguinte tweet: “*Os Estados Unidos ganharam 5,2 biliões (milhões de milhões) de dólares de capitalização bolsista desde o dia da minha eleição*”. É verdade. A bolsa de Nova Iorque voa de recorde em recorde (às vezes bate os seus próprios recordes várias vezes por semana). A capitalização bolsista mundial alcançou há poucas semanas o nível recorde de 88 biliões de dólares, o que equivale a mais do que o produto interno bruto mundial. Por outras palavras: as acções que se trocam e detêm nas praças bolsistas do mundo representam um valor superior a todas as riquezas produzidas no mundo em um ano.

Combustível especial deste processo é a dívida, cada vez mais avultada. Segundo um organismo oficial, o Institute of International Finance, o total da dívida mundial (adição da dos Estados, das empresas e das famílias) representará hoje

226 biliões de dólares, portanto mais de três vezes o PIB mundial. E continua a inchar. É sabido que a crise das *subprimes* deflagrou oficialmente nos Estados Unidos (na realidade, gatilho de um processo mais vasto) em virtude do uso abusivo de empréstimos forçados colocados pelos banqueiros e especuladores junto de famílias que já não tinham capacidade para reembolsar as habitações que compravam. Ora, a dívida privada nos Estados Unidos é hoje, de fonte oficial, superior ao valor que tinha na véspera da crise das *subprimes*. É ligeiramente inferior na parte que diz respeito à habitação, mas o crédito para compra de automóvel, estudos, despesas de saúde inchou significativamente. A população americana que se viu, assim, em situação de insolvabilidade em 2007 está hoje em situação virtualmente ainda pior.

Na ameaça que pesa sobre a economia mundial hão-de incluir-se os acontecimentos que se desenrolam na China. Nos últimos 25 anos, a China tem sido empurrada pelo capital financeiro para um caminho de desenvolvimento significativo das suas capacidades de produção. Compreende-se o interesse dos capitalistas em poderem dispor de uma mão de obra barata, sem sindicatos, etc. Porém, uma vez mais, a barreira do capital é o próprio capital. As capacidades de produção da indústria chinesa excedem cada vez mais as capacidades de absorção do mercado.

No intuito de evitar um colapso imediato e de permitir ao capital financeiro continuar a dispor de um mercado — treinado, embora, parasitariamente — o capital financeiro internacional tem incitado a China a endividar-se cada vez mais, sendo essas suas exigências cada vez mais repercutidas, em graus variados, pelos dirigentes chineses. A dívida total na China passou, em dez anos, de uma vez e meia o PIB a 2,5 vezes o PIB. Considerável, à escala da economia chinesa. Esta situação de endividamento crescente também se aplica, porém, a outros países. Não falo da África, da América Latina nem da Ásia. Sabemos há décadas do papel que a dívida externa ali tem desempenhado. Vejamos a Europa. A União Europeia assenta em três “critérios” de Maastricht. Um deles é que o endividamento público nunca possa ultrapassar 60% do PIB. Dos 28 países da União Europeia, esta restrição é respeitada em um ou dois. No resto, o endividamento tem explodido, sendo superior a 70%, ou mesmo 80% ou 90%...

Acrescente-se a isto o que se designa por “*shadow banking*”, os fenomenais empréstimos em sectores financeiros que não se enquadram em organismos de crédito oficiais. Nesta reflexão integro o recurso ao “*quantitative easing*”, um chorudo derramamento de capitais, por vezes reais, por vezes fictícios, que a Reserva Federal Americana começou a abrandar ligeiramente e que o Banco Central Europeu contempla abrandar — aterrorizado, porém, pelas consequências desse abrandamento. Os economistas falam muito de “*aterragem macia*”. Dizem eles que a economia mundial está drogada para além de todos os limites em dinheiro grátis, que é preciso começar pouco a pouco a fazer a cura de desintoxicação e, portanto, fechar um bocadinho a torneira do “quantitative easing”; porém, com muita preocupação, pois a economia já de si não vai lá muito bem, e se se parar de dar aos especuladores dinheiro gratuito com que especular, então não vai sobrar mais nada.

É evidente que o rebentamento da próxima bolha terá consequências terríveis. No entanto, pergunta-se: como é possível, numa situação de “estagnação secular”, despejar dia após dia dezenas de milhares de milhões de dólares suplementares nos mercados financeiros, os 5,8 biliões de dólares adicionais em que Trump se compraz? Na semana passada, a capitalização mundial ganhou 800 mil milhões de dólares. Onde vêm estas gigantescas massas de dinheiro? Não há vinte respostas possíveis. Todos os trabalhadores conhecem a resposta, pelo menos empiricamente: a supressão de postos de trabalho nos sectores havidos por insuficientemente rentáveis, as transferências para países em que os trabalhadores recebem salários baixos, as contra-reformas que destroem os sistemas de segurança social e os contratos colectivos, os estatutos e as tabelas salariais. Ontem o camarada Vasudevan indicou, na reunião do comité de acompanhamento do Comité Operário Internacional, um número da ordem de 90% da mão de obra do sector privado na Índia que se enquadra na “economia informal”. Nos próprios países imperialistas, as formas de trabalho que estão “em desenvolvimento” são o trabalho a tempo parcial, precário, sem garantias.

De maneira geral, a raiz deste inchaço acelerado dos fluxos financeiros nas praças bolsistas está no que se vai buscar ao valor da força de trabalho. N’*O Capital*, Marx distinguia entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa, dizendo que, à medida que o capitalismo se vai desenvolvendo, o instrumento cada vez mais privilegiado para ganhar partes de mais-valia é o recurso à mais-valia relativa, ou seja, a capacidade do capital de produzir em menos tempo as mercadorias consumidas pelo operário, o que lhe permite, sem reduzir a capacidade de consumo deste, aumentar a parte da jornada de trabalho que não lhe é paga.

Num livro escrito há mais de 15 anos, *Luta de Classes e Globalização*, havíamos demonstrado que os capitalistas procuram sempre, indubitavelmente, realizar mais-valia relativa, reduzindo o tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias consumidas pelo operário (razão por que a indústria se robotiza, mecaniza e informatiza cada vez mais). Na altura, distinguimos desta mais-valia relativa de tipo 1 uma “mais-valia relativa de tipo 2”, em que as partes de mais-valia arrancadas pelos capitalistas já não estão numa relação em que a capacidade de consumo do operário é preservada, antes amputando directamente essa capacidade de consumo.

Quando os salários diminuem e o tempo de trabalho se torna trabalho a tempo parcial imposto, quando as despesas de saúde deixam de ser reembolsadas, quando as horas extraordinárias deixam de ser pagas com suplemento, a capacidade de consumo da classe operária vê-se diminuída. Isso implica que a capacidade de absorção das mercadorias produzidas se vê reduzida. Os meios de que o capital se serve para tentar superar a sua crise são, como diz o programa de transição, meios que agravam a crise.

Não estará nisto a verificação do que Marx escreveu, creio, pela primeira vez em 1846-47, a saber que, chegando a um determinado estado de desenvolvimento, as forças produtivas tendem “a transformar-se em forças destrutivas — o maquinismo e o dinheiro”? Rosa Luxemburgo acrescentou a estes dois termos um terceiro, a “economia do armamento”.

Não estamos nós hoje numa situação de plena expansão destes três elementos fundamentais das forças destrutivas — o dinheiro, ou seja, a especulação financeira e bolsista, mais as manipulações dos bancos centrais, a produzir moeda de tolos; o maquinismo, portanto a utilização da internet como factor de desqualificação da classe operária via teletrabalho, pela sua atomização, pela substituição da força de trabalho humana pela máquina; a economia do armamento, que, por definição, se transforma em economia de guerra?

Não confirmam estes elementos à evidência que a sobrevivência do capitalismo através da dívida, da sobre-exploração, da destruição das conquistas da classe operária, da generalização das guerras, de nações despedaçadas, leva a humanidade à barbárie e à destruição? Que a afirmação do programa da IVª Internacional de que “sem revolução socialista, a humanidade fica ameaçada de desaparecer” é hoje, conseqüentemente, ainda mais verdadeira? E digo deliberadamente “a humanidade”, nela incluindo o género humano e o seu ambiente.

Aqueles que tentam erigir as questões ditas “ecológicas” em categoria separada da luta de emancipação da classe operária são manipuladores. Há mais de 150 anos que Marx e Engels escreveram que o sistema capitalista ameaça a humanidade como um todo, o homem e o seu ambiente. Isso não tem nada de novo. Sim, a humanidade vê-se hoje ameaçada pelos piores perigos, também no ponto de vista do seu ambiente. Não, porém, como consequência de maus hábitos de consumo, de se fazer mal a selecção do lixo ou de falta de respeito pela natureza, mas como consequência de um sistema capitalista que, para realizar os seus lucros, está disposto a tudo, mesmo a fazer desaparecer a humanidade. Esta questão não pode ser separada, e as respostas políticas têm que ser encaradas como totalidade.

Esta situação verifica o conteúdo do capitalismo, reduz a nada todas as pretensões à auto-reforma do capitalismo e todos os discursos sobre “humanização”. Tomem os camaradas o tempo para ler os discursos dos nossos governantes de há 10, 20, 30 ou 40 anos. Todas as contra-reformas têm sido justificadas com irem resultar numa “melhoria”; decerto, haveria um passo difícil, mas a situação depois melhoraria. Na realidade, em todos os continentes, em todas as matérias, essas contra-reformas têm criado condições para uma nova deterioração da situação da classe operária, para novos ataques. É assim em cada país: seja qual for o governo, ele pega nas contra-reformas no ponto em que o governo anterior as deixou e vai mais longe na destruição.

Isso põe uma questão: a da responsabilidade daqueles que, na cúpula das organizações operárias, têm como única preocupação preservar o sistema capitalista condenado. A questão central é, pois, a da construção da IVª Internacional.

A transição na construção do partido

Neste contexto, deixem-me dizer uma palavra acerca daquilo que nós temos designado por “transição na construção do partido”.

Tivemos ontem uma reunião do comité de acompanhamento do Comité Operário Internacional pela Internacional Operária. Alguns camaradas são membros da IVª Internacional, outros não, mas todos têm em comum

entenderem que a classe operária deve preservar a independência das suas organizações, tentando traduzir isso em campanhas conjuntas. Não vou fazer aqui o relato da reunião, que será enviado por escrito a todos os camaradas. Apresentaram-se propostas de campanha contra a guerra, pelos direitos das mulheres, contra a precariedade, etc. Sei, no entanto, que, nas nossas organizações, tem havido discussões sobre se as dificuldades em construirmos as secções da IVª Internacional não se prenderão com esta orientação de transição na construção do partido. É uma discussão absolutamente válida.

Não resta dúvida de que os que desistiram da construção do partido revolucionário por razões ligadas ao que explicámos no nº 6 d'A *Internacional* o puderam fazer camuflando-o com o pretexto da transição. Em França, durante anos, apresentou-se o eixo formado pela central de orientação reformista FO e pela central CGT dirigida pelos estalinistas como sucedâneo da construção do partido.

Porém, a necessidade de definir a transição na construção do partido revolucionário não é, ao contrário do que poderão pensar alguns camaradas, uma mania dos trotskistas franceses nem uma invenção de Pierre Lambert. Todos sabeis que Trotsky esperou por Julho de 1933, portanto pela derrota do proletariado alemão provocada pela política das suas direcções, seguida da aprovação desta orientação suicida pela direcção da IC, para considerar que a IIIª Internacional deixara de poder ser endireitada e que era preciso orientar-se para uma IVª Internacional. Um ano depois de realizar esta viragem, Trotsky, num texto de Setembro de 1934, respondeu à seguinte pergunta: como se formará, organicamente, a IVª Internacional. A resposta dele foi esta:

“Quem afirma que a IIª e a IIIª Internacionais estão condenadas e que o futuro é da IVª Internacional está exprimindo uma ideia perfeitamente correcta. Porém, por si mesma, essa ideia ainda nada revela: nem como, nem em que circunstâncias e prazos a IVª Internacional se constituirá. Ela poderá nascer, isso teoricamente não se pode excluir, da unificação da IIª e da IIIª Internacionais, de um agrupamento de elementos depurados e temperados saídos das fileiras de ambas no fogo da luta.

Pode formar-se também através da radicalização do núcleo proletário do Partido Socialista e da decomposição da organização estalinista. Pode constituir-se nos processos da luta contra o fascismo e da vitória sobre ele. Também poderá, no entanto, formar-se bem mais tarde, dentro de muitos anos, no meio dos escombros e das ruínas amontoados no seguimento da vitória do fascismo e da guerra. Para uns bordiguistas quaisquer [sectários ultra-esquerdistas, NdR], todas essas variantes, perspectivas e etapas não têm importância nenhuma. Os sectários vivem fora do tempo e do espaço, ignoram o processo histórico vivo. Por isso, o seu balanço é sempre o mesmo: zero. Os marxistas não podem ter nada que ver com essa caricatura de política.”

Camaradas,

Não é porque foi Trotsky quem escreveu isto que isto é correcto. Em minha opinião, porém, é profundamente correcto. A IVª Internacional ter tido de constituir-se em 1938 em circunstâncias históricas específicas não quer dizer que os militantes da IVª Internacional não procurem

constantemente ligar-se aos militantes, correntes, grupos e organizações que, na crise do movimento operário, se tentam libertar da tutela dos velhos aparelhos. Nós, IVª Internacional, agrupamo-nos com um programa que, como tentei demonstrar, pensamos dar resposta ao que hão-de ser os princípios da acção revolucionária nos nossos dias. Isso não implica, porém, que o partido revolucionário construído tomará, amanhã, a forma das nossas secções tal como hoje existem. Nós tentamos, pelo contrário, ligar-nos aos militantes e correntes de outras origens e com outro historial, na acção política, nesta integrando a discussão sobre o programa.

Isso pode passar por todas as formas. Trotsky evocou algumas delas, mas podem-se imaginar outras. Há, aliás, aqui camaradas cuja existência como secção da IVª Internacional se enquadra em contextos nacionais e formas muito diversas. A condição, para nós, é que a IVª Internacional preserve a independência sejam quais forem as circunstâncias, exponha a sua política no seu próprio órgão de imprensa, trabalhe em prol do seu próprio reforço e articule a sua posição em relação a todas as posições políticas em liça.

Uma referência à actualidade francesa: é sabido que os militantes do que resta da CCI optaram por entrar no agrupamento de Jean-Luc Mélenchon, La France insoumise. Em si mesma, é uma opção táctica que se pode discutir. Uma opção, a nosso ver, radicalmente errada, considerando o que a França Insubmissa é, mas não uma questão de princípio. Em contrapartida, torna-se, sim, questão de princípio a CCI ter entrado na França Insubmissa sem fazer a mínima declaração pública a explicar porquê, sem se distanciar minimamente desse agrupamento e da sua política. Ora, enquanto Jean-Luc Mélenchon multiplica declarações de grande hostilidade à existência de partidos e sindicatos, enquanto reivindica que a França Insubmissa não tem por base nenhum critério de classe, enquanto se opõe à República na Catalunha, não há uma linha de crítica da CCI a tais posições. Aqui já não é uma questão táctica, uma questão do foro da transição. É a diluição, é Pablo, é o atrelar-se aos aparelhos.

Entre os documentos que temos a adoptar encontra-se o texto que se publicou no nº 6 d'A *Internacional*. Foi um longo trabalho de elaboração. Quisemos pôr à disposição todos os documentos. Porém, não é propósito único, nem sequer principal, desta nossa conferência discutir as raízes da crise de 2015. Temos, claro, que chegar a acordo quanto a essa análise, poremos o texto à votação. No entanto, o mais importante, agora, é o que estamos a construir à escala internacional e em cada um dos nossos países.

Nessa óptica, temo-nos deparado com uma questão que não é nova para os marxistas, sob formas diferentes de um país para outro: a da relação entre a classe operária, as suas organizações, as direcções destas e a questão da frente única.

Realçávamos, no nº 6 d'A *Internacional*, que a forma que tomou a desistência de construir um partido, no caso da corrente revisionista liquidacionista, nomeadamente em França, foi o que se poderá designar por “idealização das organizações sindicais” e, sobretudo, idealização das respectivas direcções, tomadas por sucedâneos à construção de partidos.

Importa, a meu ver, repor uma apreciação correcta, seguindo uma fórmula de que o camarada Lambert gostava: “O contrário de uma posição errada não é necessariamente uma posição correcta”. Opor-se à idealização das organizações sindicais não significa que tenhamos que afastar-nos dos sindicatos, nem sequer do trabalho dos sindicatos a todos os níveis, de baixo para cima e de cima para baixo.

Talvez um dia venha a ser necessário voltar a publicar alguns dos textos que foram marcando a nossa história, por exemplo no quinto congresso da Internacional, em 2002, especialmente o relatório apresentado pelo camarada Pierre Lambert intitulado “A construção da IVª Internacional e das suas secções na luta pela frente única”, que saiu em *La Vérité*. Nele, ele focava a questão dos sindicatos do seguinte modo: “Os sindicatos não deixam de ser organizações de classe construídas para defender os interesses da classe, os seus interesses imediatos e os seus interesses históricos. Os interesses históricos da classe hoje, num período caracterizado pela alternativa “socialismo ou barbárie”, mais do que nunca exigem a independência das organizações sindicais. Não se pode, porém, deixar de observar que os sindicatos se têm desviado e continuam a desviar-se das suas tarefas.”

Vinco este aspecto. Nós defendemos a independência dos sindicatos não como princípio abstracto, mas num enquadramento em que, como Lambert diz (a meu ver, com razão), “os sindicatos se têm desviado e continuam a desviar-se das suas tarefas” de conservação da sua própria independência. Acrescentava ele: “A especificidade da situação em que eles lutam é que os dirigentes dos aparelhos servem, a maior parte das vezes, para impedir os sindicatos de desempenharem o seu papel”. Defender a independência dos sindicatos não é dizer: “o que os dirigentes fazem é formidável”. É apontar, quando se dá o caso, o papel negativo que eles desempenham e como o desempenham, impedindo os sindicatos de cumprirem as suas tarefas. Acrescenta Lambert: “Não obstante, enquanto não forem destruídos, como exigem o FMI, o BM e a UE, os sindicatos não deixam de ser sindicatos que, pela luta de classe, são indispensáveis à defesa dos direitos e conquistas.”

Este é, a meu ver, o equilíbrio a que temos que ater-nos, adaptando-o à situação de cada país. Os sindicatos continuam, sim, a ser o instrumento indispensável da luta de classes, e assim será enquanto não forem completamente destruídos. E, salvo excepção, eles não estão destruídos em lado nenhum. Não se pode, contudo, lutar pela sua independência sem lutar contra a política daqueles que, nas cúpulas, precipitam a sua destruição.

Naquele relatório, Lambert agarra num exemplo específico, o da CGT dirigida em 2002 pelo PCF saído do estalinismo. Escrevia: “Tem que se enquadrar a CGT francesa no aparelho estalinista em decomposição que a dirige. Considerar a CGT como sindicato integrado seria um erro. Porém, não o seria menos ignorar que, dentro da CGT, nas cúpulas do aparelho, existem forças que empurram a CGT para o caminho da integração.”

Na secção francesa, travou-se uma discussão. Estão os sindicatos em França a embrenhar-se na via da integração? Estão, e cada vez mais. E, se assim é, já estão integrados? Não. Temos que escolher entre a ala sindical que mais reivindica a integração e a que a pratica sem a reivindicar

ruidosamente? Temos que participar numa política de denúncia, aos berros, dos dirigentes, sem nenhuma perspectiva, ou ajudar os trabalhadores a agarrarem nos sindicatos para defenderem as reivindicações para que eles foram constituídos? Temos de reatar estas discussões.

Em 1922, sendo ele um dos dirigentes da IC, Trotsky polemiza contra determinados elementos do PC francês acerca da questão da frente única. Esses dirigentes — muito radicais nas palavras, mas que iriam capitular nos meses seguintes — diziam: Não precisamos de andar às voltas com os reformistas, pois temos uma CGT revolucionária e de luta de classes, porque raio havemos de discutir com gente que se juntou aos dirigentes contra-revolucionários? Responde-lhes Trotsky:

“A coisa mais perigosa na posição dos camaradas franceses é acreditar que não temos nada que ver com a CGT reformista. O movimento sindical engloba necessariamente proletários de todas as opiniões, de todas as tendências, procurando a possibilidade de lutar pelos interesses imediatos. Querer fazer uma cisão nos sindicatos segundo as tendências seria suicida.” Ora, a base em que ele se apoiava não deixava de ser a IC e os poderosos PCs de orientação revolucionária.

Recordo que a famosa Internacional Sindical Vermelha foi mais imposta pelos acontecimentos do que subjectiva e deliberadamente decidida pela direcção da IC. Para Trotsky, era preciso unidade de acção, obrigar os dirigentes reformistas a pronunciarem-se sobre a possibilidade de uma acção de luta de classes. É disso que devemos discutir. Em França, foi preciso discutir por várias vezes até conseguir chegar a uma concepção comum correcta. Todas as secções enfrentam esta questão.

Por exemplo, a constituição da nova central sindical na África do Sul, a SAFTU: ela resolve a questão da direcção revolucionária da classe operária? Não. É um trampolim para a independência de classe? É, de certo modo. Emancipa-nos de termos que continuar a dirigir-nos aos sindicatos membros da COSATU? Não. São questões complexas, que temos que discutir entre nós.

Os princípios comuns que temos de ter entre nós a respeito destas questões são estes:

- Primeiro: procurar sempre ajudar os trabalhadores a preservarem o instrumento sindical.
- Segundo: independentemente das vicissitudes, a corrente trotskista pronuncia-se sobre os problemas do movimento operário, especialmente na sua imprensa, com completa independência.
- Terceiro: a corrente trotskista ajuda sempre o movimento natural da classe operária para usar os sindicatos para lutar.
- Quarto: a corrente trotskista pode fazer acordos de compromisso, mas o compromisso acaba onde começa o comprometimento. A nossa política nunca se subordina a acordos de cúpula, sem prejuízo da possibilidade de fazer acordos desse tipo desde que estejam em consonância com o movimento geral da classe.
- Quinto: na luta de classes partimos sempre de baixo, partimos da situação dos trabalhadores sujeitos à exploração capitalista. Partimos da necessidade de ajudá-los a serem eles próprios a fazer ressurgir a sua luta de

classe, embora sem ignorar o que se passa nas cúpulas, nem se lhe subordinar.

A luta de classe começa por ser o surto da classe

Para o Programa de Transição, a luta de classe não se limita aos sindicatos. Os sindicatos são um instrumento de luta de classe. No entanto, também o partido o é, também o comité de greve o é, também o conselho de fábrica, também o soviete. Todas as formas de organização da classe operária são instrumentos de luta de classe. Fazer depender a intervenção na luta de classes exclusivamente do quadro sindical significa, quer se queira quer não, fazê-la depender da boa vontade dos dirigentes.

A luta de classe é, em primeiro lugar, o surto da classe por si própria, na oficina, na fábrica, integrando os sindicatos, mas sem lhes pedir licença.

Neste aniversário da revolução russa, é útil lembrar que ela começou, como todos sabemos, por manifestações de mulheres que não foram convocadas nem pelos sindicatos, nem pelo partido bolchevique. Foi fruto semi-espontâneo do surto das mulheres, apesar da oposição dos dirigentes, perante as atrozes condições da guerra, etc. Devia-se ter esperado pela luz verde dos dirigentes?

Feita a pergunta nestes termos, toda a gente vai responder: não, claro que não. Porém, no dia-a-dia, camaradas, hão-de os trabalhadores pedir licença aos dirigentes para entrar em greve? Hão-de aceitar que os burocratas de todas as tendências (incluindo os ex-trotskistas) oponham jornadas de luta interprofissionais, organizadas para dividir e esgotar as fileiras dos trabalhadores, à greve espontânea num dado sector ou fábrica?

Esta orientação supõe uma expressão política independente, um partido, portanto. Um partido constrói-se na luta de classes. Toma iniciativas na luta de classes. A questão da realização da unidade pelas reivindicações é, para os trabalhadores, uma questão política, que requer campanhas políticas e não uma política de pressão sobre as direcções. Se queremos construir, não podemos deixar de discutir estas questões.

Há uma razão primordial para que assim seja: nunca o capitalismo chegou tão longe no seu processo de decomposição e, portanto, nunca esteve tão dependente dos aparelhos. Os exemplos são numerosos: na Azânia-África do Sul, com Marikana e o que veio depois, a política do governo em funções, dirigido por organizações que lutaram contra o apartheid, e que não podia ser mais fiel às exigências da minoria branca. No Brasil, com o governo Dilma, na Grécia, onde Tsipras se fez eleger para romper com os memorandos do FMI e da UE, onde obteve o apoio de um referendo que o mandou para rejeitá-los e depois capitulou perante aquelas instituições. Foi o que se viu também em França, e em todos os países.

Camaradas,

O caso sem dúvida mais patente é o do que se está actualmente a passar na Catalunha. Não temos lá militantes, como não os temos no Estado espanhol. Mas somos militantes revolucionários. E compreendemos que quando os ventos da revolução sopram, nós somos parte interessada e temos que dizer que posição adoptamos.

Quando se deu a grande crise dentro do Secretariado Unificado (SU, pablista) nos anos setenta, não tinha ainda o SWP capitulado nos Estados Unidos, batia-se ainda com uma linha trotskista, um dos seus dirigentes, Joseph Hansen, escreveu um texto cujo título era, na essência: “As posições em liça sujeitas à prova dos nove da revolução portuguesa”. Hansen referia-se a que, a dada altura, os desacordos políticos se aferem pela posição concreta que uns e outros adoptam num processo revolucionário, na época a revolução portuguesa. Hoje, a Catalunha.

As posições desenvolvidas pelo centro revisionista, chamo a vossa atenção para isso, não derivam de um ponto de vista teórico específico sobre a questão catalã. Pelo contrário, visto como, nestas últimas semanas, eles têm feito o contrário do que escreveram durante muito tempo. A posição do centro revisionista, seja em França, na África do Sul, no Brasil, em Espanha ou em qualquer parte, é fruto das relações que eles teceram com os diferentes sectores dos aparelhos. Numa situação em que todos os aparelhos estão em crise, em conflito entre si, isso obriga a CCI a entregar-se a acrobacias políticas para passar do alinhamento por um sector ao alinhamento por outro, sobretudo quando esses sectores defendem posições diferentes.

Vejamos então a situação na Catalunha. A primeira questão é a do lugar das reivindicações nacionais e democráticas.

No século XIX, época do capitalismo ascendente, Marx e Engels consideraram como progressista a grande revolução francesa de 1789-93 e Robespierre. Na mesma categoria incluíam Cromwell e a revolução inglesa, mas também Lincoln, que, ao cumprir a unidade dos Estados Unidos, permitiu o crescimento da indústria e do proletariado. E mesmo, sem simpatia pelo regime de Bismarck, reconheciam-lhe o mérito de, não pela via da revolução, mas por intermédio de um regime autoritário, ter imposto a realização da unidade da Alemanha, permitindo, do mesmo passo, o seu desenvolvimento capitalista. Como haviam igualmente saudado a unidade italiana.

Por razões históricas, a Espanha não conheceu revolução burguesa. A burguesia espanhola nunca unificou a nação. É um facto. Aliás, a Espanha nunca conheceu a República, salvo durante 8 anos, e, aliás, logo após a República, conheceu a guerra civil e a vitória do franquismo. Há, assim, em Espanha, uma questão nacional não resolvida, especialmente no País Basco e na Catalunha. A posição dos marxistas é que somos incondicionalmente pelo direito das nações oprimidas a disporem de si próprias. Defender o princípio do direito à separação não quer dizer tomar posição a favor da separação. Ele é um princípio democrático.

Nos escritos de 1931 sobre a questão catalã, Trotsky diz: nós somos incondicionalmente pelo direito do povo catalão à autodeterminação, ou seja, pelo direito de se separar; acrescenta: creio que, no estádio actual, a melhor solução não seria a separação.

Em 2007, Lambert vai mais longe, escrevendo: “*Somos pela República catalã, ponto de partida para a união livre das repúblicas, etc.*”

Que aconteceu entre 1931 e 2007? Uma série de acontecimentos deu uma configuração diferente à questão nacional. Começamos por lembrar que, durante a revolução espanhola, entre 1936 e 1939, a vanguarda do proletariado espanhol, ou seja, o proletariado catalão, composto,

nomeadamente, por amplos sectores dirigidos por militantes anarquistas da CNT-FAI e por militantes do POUM, foi massacrada pelo aparelho estalinista, o que facilitou a vitória de Franco. A seguir, de 1939 a 1976-77, a ditadura de Franco esmagou todas as nações oprimidas, especialmente a Catalunha. Os catalães tinham que pagar a sua resistência obstinada ao franquismo.

Quando Franco caiu, podia ter havido uma solução que levasse em consideração as aspirações nacionais. Sucedeu o contrário. Franco impôs o quadro da monarquia centralista continuista, não concedendo nenhum direito às nacionalidades oprimidas. Os dirigentes do PSOE e os dirigentes do PCE, como os dos sindicatos, deram o seu aval a essa Constituição da monarquia franquista, assinando o pacto da Moncloa. Em consequência, bascos, catalães, etc. continuaram a sofrer a opressão da monarquia castelhana. Houve alguns arranjos autonómicos. Só que, depois, chegaram os planos da UE e do FMI, do BM. A Espanha foi sangrada pelos planos do capital. Os trabalhadores levantaram-se em duas greves gerais, em 2012 e em 2014: 11 milhões de grevistas, 3 milhões de manifestantes. No entanto, os aparelhos traíram a greve. Criou-se então uma situação em que o enorme descontentamento político e social se misturou com a frustração nacional e em que os trabalhadores e a população, que tinham procurado soluções no terreno da luta de classe, ficaram cada vez mais sensíveis à argumentação nacional.

Até ao dia 1 de Outubro de 2017. Pode-se ser a favor ou contra a separação. Mas os factos são factos. No dia 1 de Outubro, deu-se um referendo organizado pela Generalitat da Catalunha, dirigida pelos partidos burgueses. O governo central de Madrid mandou intervir a polícia e a Guarda Civil para destruírem metade das secções de voto e 2 milhões de boletins de voto e expulsar fisicamente os escrutinadores. Apesar disso, 43% do eleitorado foram votar, tendo 90% votado pela independência. Foi um voto maioritário.

Este facto criou uma situação nova. Nós somos sempre pela unidade da classe operária, pela unidade dos trabalhadores da Catalunha, da Galiza, da Andaluzia, de Castela. A proclamação de uma república na Catalunha é uma coisa boa ou uma coisa má no ponto de vista dos interesses da classe operária de todas estas regiões? É uma coisa boa, pois a monarquia ser derrubada na Catalunha é um apelo a derrubar a monarquia em toda a Espanha, abrindo caminho à República em toda a parte. É um apelo a iniciar o processo constituinte em toda a parte. Neste processo constituinte, a classe operária pode fazer ouvir a sua voz, as suas reivindicações e injectar na libertação nacional um autêntico conteúdo social.

Foi o que começou a manifestar-se embrionariamente nos comités de defesa do referendo em toda a Catalunha. A tragédia da situação em Espanha hoje é a tragédia do movimento operário espanhol. Os dirigentes não só assinaram o Pacto da Moncloa, como lutaram encarniçadamente contra o referendo, contra o resultado deste, em toda a Espanha, com todas as organizações políticas e sindicais sem excepção. Puseram-se do lado do rei contra a República Catalã. Aí incluído o PSOE, que chegou ao ponto de redigir, com o rei e o primeiro-ministro, a activação do artigo 155º da Constituição espanhola, que instaurou o estado de sítio na Catalunha. Aí incluído o PCE e Podemos, que, no

Parlamento da Catalunha, votaram contra a declaração de independência, na sexta-feira passada. Os dirigentes dos sindicatos fizeram campanha contra a independência.

Não houve, em toda a Espanha, um único comício operário massivo de apoio à República Catalã. Os trabalhadores foram anestesiados, neutralizados. Disseram-lhes que o que estava a suceder na Catalunha era contra eles. Também em França os dirigentes alinharam, todos eles, com a monarquia; fomos nós os primeiros a fazer um piquete frente à embaixada de Espanha.

Há às vezes camaradas que raciocinam por analogia em vez de dialecticamente. Houve camaradas, nas nossas fileiras e à nossa volta, em França, onde há uma tradição de República una e indivisível, fruto da grande revolução francesa, que ficaram chocados com a nossa posição: se somos pelo direito à independência da Catalunha, vamos ser pelo direito à independência da Bretanha ou da Córsega em França?

Camaradas, uma coisa não tem nada que ver com a outra. Cada situação histórica tem de ser considerada enquanto tal. Porém, quando uma nação é oprimida, se a condição para a unidade dos trabalhadores dessa nação com os trabalhadores das outras nações se realizar é a separação, os marxistas reconhecem o movimento de separação. Permitam-me dar dois exemplos históricos.

Em 1939, Trotsky escreve um texto sobre a questão da Ucrânia. Lembra que, em 1921, quando foi proclamada a Ucrânia soviética (a Ucrânia estava na altura dividida entre três países), os bolcheviques eram contra a separação da Ucrânia, porque a Ucrânia soviética era um pólo de atracção para todos os ucranianos, nomeadamente os que estavam sob dominação austríaca ou polaca. Eram a favor de que ela permanecesse no quadro da URSS, que respeitava os direitos nacionais dos ucranianos. Porém, escreve Trotsky em 1939, o aparelho do estalinismo esmagou os ucranianos durante anos e anos, tendo milhões deles morrido na grande fome. Eles foram mais oprimidos do que as outras populações da URSS. Pode-se lamentá-lo, acrescenta Trotsky, mas hoje o movimento de emancipação na Ucrânia começará pelo direito à separação. Enfraquecerá isso a URSS? A essa objecção Trotsky responde: é ao contrário: se o povo ucraniano decidir, soberanamente, proclamar a sua independência, ele procurará, soberanamente, a unidade com os povos da URSS, com quem se federará numa etapa ulterior. Será, contudo, um movimento livre. Se isso tem que passar pela separação, conclui, eu sou a favor da república soviética independente da Ucrânia.

Outro exemplo. Nós somos a favor da constituição de um partido operário negro nos Estados Unidos, componente de um Labor Party. Porquê? Porque os negros e, especificamente, os trabalhadores negros têm todas as razões e mais alguma para desconfiarem daqueles que, “querendo o seu bem”, os querem convencer que o seu bem passa pela integração em organizações conjuntas com os trabalhadores brancos.

Pode-se lamentá-lo, mas não são os negros os responsáveis de tal situação. Responsável é a escravatura, depois a traição ao acabar a guerra de secessão, a traição na época da reconstrução radical, a traição do movimento dos direitos civis e mais toda uma série de episódios que têm como resultado que, hoje, um militante operário negro mostrará reservas para com todos esses amigos brancos cheios de boa

vontade que o querem libertar por ele. Ele aspira à sua própria organização.

Nós, militantes da IVª Internacional, não temos reticências nesta matéria. É evidente que somos a favor da unidade da classe operária dos Estados Unidos, negra e branca. Compreendemos, contudo, que essa unidade não pode ser imposta. Que, a partir de um certo grau de opressão, a aspiração à unidade deve poder ser albergada soberana e livremente pelo sector mais oprimido. É isso que confere todo o seu alcance à palavra de ordem de organização negra independente, ligada ao Labor Party.

O que eu quero dizer com isto é que o caminho mais curto para a unidade da classe operária passa às vezes pelo direito à separação.

No que diz respeito à Catalunha, não temos a mínima ilusão sobre a direcção burguesa da Generalitat. Essa gente foi ultrapassada pela sua própria iniciativa, que, com as centenas de milhares que encheram as ruas e os comités de defesa, adquiriu uma potência que os pôs muito rapidamente na situação em que a sua principal preocupação passou a ser: como parar aquilo que nós próprios pusemos em andamento? E foi isso que eles fizeram logo que Rajoy disse: “isto tem de parar”. É natural. Na época do imperialismo, nenhum sector da burguesia está disposto a cumprir a mais elementar das tarefas nacionais. No entanto, foi a classe operária — as suas organizações, os seus sindicatos e os seus partidos — a grande ausente destes sucessos. Não ausente fisicamente, já que esses milhões de catalães que votaram e se manifestaram eram, no essencial, trabalhadores e jovens. Ausente como classe organizada, ao estar despojada das suas organizações.

Neste processo, diga-se com clareza que o POSI, a organização do “centro revisionista”, carrega uma responsabilidade significativa. O POSI é uma organização muito pequena, que anda há anos a ser atirada de um aparelho para outro, adaptando-se ora a um, ora a outro, a determinados aparelhos na Andaluzia, a outros no País Basco e a outros ainda na Catalunha. Era, não obstante, uma organização com laços, que podia ter actuado. Hipótese: se os militantes do POSI, em Madrid, ou na Andaluzia (onde têm forças) tivessem lançado um apelo a dizer: “*a República na Catalunha é a República aqui na Andaluzia, dirigimo-nos aos dirigentes da UGT e das CCOO, o nosso dever é convocar um comício operário de apoio aos catalães*”, teriam tido milhares de assinaturas, na Andaluzia como em Madrid.

Se as direcções sindicais tivessem recusado — o que é provável —, o POSI poderia ter tomado sobre si a responsabilidade de convocar esses comícios, salvando a honra do movimento operário. Isso teria significado que a classe operária na Catalunha não teria ficado isolada.

Em vez disso, não deram nenhuma consigna de voto antes do referendo; não tinham posição. Logo a seguir ao referendo, ignoraram o resultado, tomando posição “*por verdadeiras eleições livres*”, indicando, desse modo, que, para eles, o 1 de Outubro não fora um verdadeiro referendo nem fora livre. Era a linguagem de todos os aparelhos, do rei, do primeiro-ministro.

Evidentemente, quando o governo espanhol recorreu ao artigo 155º, eles condenaram a repressão. Contudo, na sua última carta semanal (*La Carta Semanal* do CC do POSI), a nº 651 de 29 de Outubro de 2017, condenam a declaração de

independência de 27 de Outubro adoptada pelo Parlamento catalão: “*É a declaração unilateral de independência uma saída favorável ao povo catalão? A nossa opinião é que não é. Essa declaração não é uma saída favorável ao povo catalão nem aos trabalhadores da Catalunha nem aos do resto do Estado*”. O argumento? Que os dirigentes da Generalitat se declaram favoráveis à UE (que surpresa, como se toda a gente não soubesse). Portanto, como são dirigentes favoráveis a uma política anti-operária, proclamar a independência seria aprovar a sua posição anti-operária. Concluindo com o grande discurso genérico: só o movimento operário detém a chave de uma saída positiva e, para isso, é preciso acabar com os monarquia. A única saída é a ruptura com o regime. É preciso que o povo imponha pela sua luta a República baseada nas suas reivindicações... Ou seja, no dia 1 de Outubro, seria de votar contra a independência no Parlamento catalão, em nome da perspectiva de uma República que houvesse de chegar não se sabe nem quando nem como, à escala de toda a Espanha.

Camaradas,

Nada de novo debaixo do sol. Kautsky condenava a revolução russa em nome da perspectiva da revolução mundial. Quantos pretensos socialistas e republicanos condenaram a Comuna de Paris por causa do seu isolamento. E quantos burocratas, em França como noutros sítios, condenam as greves particulares em nome do movimento de conjunto vindouro, que há-de vir... um dia!

Os revolucionários lutam com a sua classe, onde ela luta, nas condições em que ela luta. Toda a gente percebe que, com outra orientação, a classe operária teria podido dar à proclamação da República um conteúdo completamente diferente. Confuso e contraditório, com certeza, mas onde é que se viu os processos da revolução serem processos lineares? Em lado nenhum. A revolução russa começou com uma manifestação de mulheres controlada por ninguém, a Comuna de Paris começou como movimento de resistência à aproximação das tropas prussianas.

Porque adoptou a direcção do POSI uma política assim? Será porque estão contra a Catalunha? Não. A favor também não estão. Estavam, no entanto, ligados quer à direcção da UGT, quer à do PSOE, quer à dos partidos nacionalistas burgueses catalães. A partir do referendo, este triplo laço revelou-se contraditório. Foi preciso escolher. Escolheram a UGT e o PSOE. Logo, tinham que ser contra a República.

Em França, Mélenchon multiplicou declarações contra a Catalunha. Atreveu-se a declarar à Assembleia Nacional: “*A monarquia parece ter desistido de assumir o papel federador das nações que o franquismo lhe confiou*.” Quem conheça a história trágica e sangrenta da ditadura de Franco, que esmagou os povos pela tortura e pelo assassinato de militantes, pretender que o franquismo queria federar os povos e nisso falhou, confirma que Mélenchon não tem nada que ver com a classe operária nem com a democracia. Repita-se, os militantes da CCI que estão na França Insubmissa não escreveram nem uma palavra a distanciarem-se daquela declaração.

Camaradas,

Estamos muito longe de um debate de ideias. Estamos a falar de passar para o lado dos que esmagam os trabalhadores e os povos.

As questões que acabo de evocar remetem para a actualidade da revolução permanente, para a compreensão do lugar central que as tarefas nacionais e democráticas assumem na época do imperialismo — particularmente na era do imperialismo decomposto —, ainda que já só possam cumprir-se por intervenção do proletariado. É a mesma discussão que travaremos nesta conferência, por exemplo, acerca do momento da revolução palestina, da luta pela anulação da dívida externa e pela soberania das nações, da questão da terra e da reforma agrária tal como a põem, particularmente, os camaradas do Zimbabwe, da Azânia-África do Sul e de outros países.

Nós somos partidários da frente unida anti-imperialista, portanto da possibilidade de acordos pontuais até com sectores da pequena burguesia, e mesmo da burguesia nacional nos países dominados, desde que eles estejam empenhados, seja embora apenas num segmento limitado, na luta determinada pelas reivindicações democráticas e nacionais.

No entanto, condição para a frente unida anti-imperialista é a independência da classe operária. Condição para a frente unida anti-imperialista é a frente única operária, é a construção do partido operário revolucionário.

Essa é a questão que o camarada François de Massot foca nas suas notas publicadas num boletim preparatório desta conferência.

Para acabar: ao introduzir estes trabalhos, mencionou-se Outubro de 17. Para aqueles de vós que puderem, é-lhe consagrada uma jornada de estudos no próximo sábado em Paris.

Para nós, a actualidade de Outubro de 17 é, antes de mais nada, a luta para ajudar, sejam quais forem as circunstâncias, a classe operária a resolver a questão do poder. A questão do poder é a da luta pelo governo operário, da luta pela ruptura dos tratados de comércio livre, da União Europeia, da ONU. É a luta contra a guerra a todos os níveis.

É conhecida a fórmula de Marx que diz: *“Não chamamos comunismo a um ideal ao qual tender, mas ao movimento concreto que suprime a actual ordem das coisas.”*

A actualidade de Outubro de 1917

A actualidade de Outubro de 17 é a actualidade d’*O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo, das Teses de Abril* de 1917, que recusam qualquer compromisso com o governo de frente popular, que põem na ordem do dia o governo da classe operária e as medidas que esse governo há-de tomar.

Uma conclusão resulta daí: o ponto de partida da nossa reflexão é a nossa actividade, virada para a classe operária como totalidade.

É, portanto, antes de mais nada, construir as nossas secções. Não me mandataram para fazer um balanço de actividades. Mesmo assim, deixem-me dizer-vos que, na actividade dos grupos, organizações, núcleos que constituem o CORQI, que são nalguns casos secções inteiras da IVª Internacional que aderiram ao CORQI, noutros casos partes dessas secções, há qualquer coisa que está a fazer caminho, que é a busca, por todas as formas possíveis, da expressão das nossas posições em publicações. Há bocado, os camaradas peruanos deram-me a colecção dos jornais deles, que eu só tinha visto na

internet. É um jornal digno desse nome. O ponto de partida da política independente é a forma de nos exprimirmos. Pouco importa que, em alguns países, se tenha um semanário e noutros um jornal mensal, ou um simples boletim. O que importa é a regularidade da nossa expressão política. Não começamos a exprimir-nos determinando-nos pelo que os outros dizem, mas pelo que nós, pela nossa parte, temos a dizer sobre a situação dos trabalhadores, dos jovens, dos camponeses, pelas propostas que formulamos e pelas acções que propomos.

Isso implica que não nos possamos determinar em relação a “tudo o que mexe”. Há avatares múltiplos de pretensas políticas de resistência. Houve os Fóruns Sociais, os Indignados, o Occupy Wall Street, o Nuit Debout, a France Insoumise. Amanhã haverá outra coisa. É natural. A única opção que resta aos aparelhos, ao imperialismo em decomposição é tentar lançar o isco, os faz-de-conta, aparências de resposta que dêem noutros tantos becos sem saída.

Temos que discutir fraternalmente com todos os que são atraídos por esses movimentos. Não fechar nenhuma porta, mas sem nos adaptarmos. Partir do que somos, da compreensão do carácter central da classe operária e das suas organizações, sem considerar que, como dizia uma fórmula que já conheceu horas de glória em França, *“tudo o que mexe é vermelho”*. Há montes de coisas que podem mexer sem serem vermelhas.

Queria acabar com uma referência a debates que, embora antigos, não perderam pertinência. Num congresso da secção francesa, há uma quarentena de anos, um jovem militante (ainda hoje membro da nossa corrente) tinha proposto uma emenda a uma resolução em que o camarada Lambert referia ser ao realizar os nossos objectivos de construção, ao levar a cabo as nossas campanhas políticas, ao levar à prática as nossas iniciativas, em suma, ao construir-nos, que nos equipamos para ter uma orientação correcta na luta de classes.

O jovem camarada disse, com certo fogo, que não concordava, que o redactor queria, sem dúvida, escrever: *“É através de uma intervenção correcta na luta de classes que nos equipamos para construir o partido.”* Daí nasceu uma discussão importante, cujo relato foi publicado em *La Vérité*. Como é que vamos ter uma orientação correcta na luta de classes, portanto nas greves, nos sindicatos? Onde é que a vamos tirar? De um diálogo com o aparelho? Dizendo: o aparelho faz isto, está mal, portanto o que há a fazer é aquilo? Não. Começa-se por definir a nossa posição independente como militantes trotskistas: como é a situação, quais são as necessidades das massas? Quais são as reivindicações? Como articulá-las? Com que formas de acção avançar? Com que palavras de ordem políticas? Com que campanhas? Uma vez feito isto, escreve-se no jornal, nos panfletos, toma-se a iniciativa de formar comités, conferências.

É daí que se tira uma orientação correcta na luta de classes. Porque foi definida a partir da situação da classe operária e a partir do programa. Na secção francesa, estamos em boa posição para saber que qualquer outra orientação, que tire a política do diálogo com os aparelhos e não com as massas, acaba sempre, inevitavelmente, no mesmo sítio: nos braços dos aparelhos. Foi com isso que rompemos.

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

Alemanha

Die Internationale Arbeiterkorrespondenz

Órgão da secção alemã do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional, Setembro de 2017

O Porque publicamos esta correspondência? Porque, “sejam quais forem as circunstâncias, seja qual for a tática de construção adequada a cada país, um modo de expressão trotskista independente é um princípio absoluto, que não admite excepção” (Pierre Lambert: *Alguns problemas da reconstrução da IVª Internacional e da construção das suas secções na situação mundial actual*, 1984). Essa é a razão por que



passamos a publicar, como órgão da secção alemã do CORQI, *Die Internationale Arbeiterkorrespondenz*, em alternância com *A Internacional*, revista do CORQI. A direcção do SPD à volta de Martin Schulz oferece à burguesia os seus serviços de sócia para o novo Bloco Central. A classe operária e a juventude não aceitarão que o

imperialismo e os seus auxiliares destruam as instituições do movimento operário dentro do Estado burguês, os seus partidos, sindicatos, sistemas de segurança na doença, cooperativas. “No mundo inteiro, a profunda crise do movimento operário, que se tem agravado nestes últimos vinte e cinco anos, leva centenas de milhares de militantes a fazerem esta pergunta: como havemos de lutar? Com que política? Apoiados em que agrupamentos?” (E. Kazan. “Da France Insoumise e da sua política”, *A Internacional* nº 7, Agosto de 2017, p.13)

Camaradas de vários sindicatos, alguns deles membros do SPD, redigiram um texto que abre, antes das eleições parlamentares, uma discussão que não se concluirá após as eleições. (...) O texto saiu n’*A Internacional* nº 7. O texto serve para abrir uma discussão que ultrapasse as eleições legislativas. Nele se lê, a partir, nomeadamente, das eleições regionais de Março e Maio de 2017: “As derrotas eleitorais reflectem com toda a clareza a rejeição da linha da direcção do SPD, primeiro com Gabriel, a seguir com Schulz. A abstenção massiva nos bairros operários põe em relevo que, na Alemanha, quando a direcção do SPD se submete — com acompanhamento “crítico” regular de partes das direcções sindicais — ao Bloco Central (a Grande Coligação SPD-CDU)

e leva à prática a política anti-social deste, expressão da aplicação dos regulamentos e directivas da União Europeia, a classe operária fica sem representação política. (...) Nesta situação, há duas opções:

— *Pode-se defender a opinião, como fazem alguns que se dizem “de esquerda”, de que os trabalhadores “nada têm a esperar... destas eleições para o Bundestag”, pois a grande maioria da classe operária e da juventude “já não reconhece no SPD a representação política dos seus interesses”, procurando antes, em greves organizadas pelos sindicatos, conseguir vitórias contra a ditadura do mecanismo anti-dívida pública (“travão”) e de “redução dos custos do trabalho”.*

— *A nossa posição é outra. Vemo-nos numa situação que se agudiza sem parar (destruição de salários, contratos colectivos, conquistas, sistemas de segurança social, pobreza, pobreza na velhice...). Nós dizemos: os trabalhadores alemães ainda não fecharam o “capítulo SPD”! Perdas de salário real, explosão de trabalho precário, milhões e milhões presos ao sector de baixos salários são factores que dão cabo das pensões e causam a pobreza dos idosos!*

A luta pela defesa do valor da força de trabalho, pela abolição da precariedade e por uma aposentação digna desse nome, unindo a população trabalhadora e a juventude em torno de uma linha por um governo que faça uma política operária, não passa ao lado do SPD; é, ao contrário, o que determina a discussão e as reivindicações de amplos sectores de militantes do SPD — e do eleitorado “clássico” do SPD, especialmente nos sindicatos (...).

Azânia/África do Sul

Black Republic

Congresso de reconstituição da secção azaniana da IVª Internacional, 16 de Setembro de 2017

Extractos do “Relatório sobre a situação azaniana”, pelo camarada Mandla ka Phangwa

Nós situamo-nos na continuidade das teses de 1935 de Leão Trotsky, que afirmavam nomeadamente: “A República Sul-Africana será, antes de mais nada, uma república negra (...). Mudando radicalmente a revolução vitoriosa não



apenas as relações entre as classes, mas também as relações entre as raças, assegurando aos negros o lugar no Estado que corresponde ao seu número, a revolução social na África do Sul revestirá igualmente carácter nacional.” Os arquivos históricos mostram que a política trotskista exerceu influência de maior na política deste país. Nós demos forma à política deste país. Os elementos estalinistas levantaram-se, porém, contra todo este património.

Há anos que temos uma secção e temos procurado fortalecê-la. Existir a secção essencialmente dentro do Socialist Party of Azania (SOPA) foi tanto uma benção como uma maldição. Havia quem se pretendesse trotskista, mas alardeava tendências estalinistas, surtindo efeitos nefastos na secção. Os estatutos da secção não estavam à altura. Assistimos à liquidação do SOPA através de vários processos não estatutários, neles se incluindo aquilo que se tem designado por *BCM Unity* (Unidade do Movimento da Consciência Negra)

Enquanto comité de organização do CORQI, escrevemos uma carta aberta em que pomos em xeque as bases políticas deste “processo unitário”, contraditórias com dezoito anos de continuidade política.

A formação do SOPA teve motivação política; constituía um progresso relativamente à política da AZAPO. O SOPA acrescentava um conteúdo classista à filosofia do Movimento da Consciência Negra. No Movimento da Consciência Negra, os nacionalistas estreitos não compreendiam Steve Biko quando ele se pronunciava por uma sociedade igualitária, achavam que Biko era um nacionalista, que nunca se pronunciara a favor do socialismo. O nacionalismo estreito não é capaz de trazer soluções à crise com que nos confrontamos em África. (...)

A crise na Azânia resulta dos acordos de capitulação de 1994. Os movimentos de libertação mostraram que não se batiam pela libertação do povo negro nem pela reconquista da terra, mas sim para se integrarem na máquina do Estado do apartheid que diziam combater. Herdámos um sistema corrupto. Os acordos eram igualmente corruptos. 1994 não teve nada que ver com a libertação do povo negro, mas sim com a libertação dos mercados (...).

Tecnicamente, a secção foi liquidada: nem interveio nem tomou a palavra sobre os problemas do movimento operário, nem sobre a dívida do apartheid, nem sobre o problema da terra e da nacionalização (...). Reconstituir a secção significa também dissipar a cortina de fumo que foi corrida, sobretudo com a “corrupção”, o “capital monopolista” e tudo isso. O capital monopolista não é, na realidade, senão o capitalismo! Os que querem manter o *statu quo* contentam-se em usar nomes fantasistas só para não terem de reconhecer a crise dos acordos da CODESA⁽¹⁾. Agora que alcançaram o seu objectivo de classe, querem apagar as chamas da revolução. Os revolucionários de antigamente agora procuram proteger os seus interesses. É tudo para proteger o que ganharam de 1994 em diante. (...)

É necessário um partido dos trabalhadores negros na Azânia. Há que tecer laços com o movimento operário organizado. Os sindicatos NACTU, COSATU e a confederação FEDUSA assinaram um acordo vergonhoso por um salário mínimo de 3.500 rands, nível proposto por Ramaphosa. É a demonstração de que estamos frente a uma crise de direcção no movimento operário organizado, (...) Temos que

avançar com uma tática de frente única baseada num acordo de recusa da dívida do apartheid, de ruptura com o imperialismo, de expropriação das terras sem indemnização. Faltou, no passado, a vontade de fazê-lo. (...)

Ao celebrarmos o centenário da revolução de Outubro de 1917, em que a reivindicação era de terra e a paz, nós, enquanto povo negro, estamos sujeitos a uma pobreza tremenda — e não há paz. Pobreza e paz não combinam! Assistimos, no KwaZulu (a região mais pobre do país, NdR), a como, para obter uma posição, as pessoas se matam entre si, empurradas pela pobreza.

Para concluir, o país está vivendo uma crise em que se dá um realinhamento das forças reaccionárias reformistas revisionistas que tentam desviar-nos do nosso caminho e fazer-nos perder de vista a verdadeira luta do classe operária. Face aos problemas da nossa sociedade, rejeitamos a pretensa “revolução por etapas” e lutamos pela revolução permanente: nenhuma colaboração com as forças imperialistas. Não há compromisso possível.

⁽¹⁾ Isto é, a Convenção por uma África do Sul democrática, acordos entre o regime de apartheid e a direcção do ANC em 1994, pelos quais a direcção do ANC e a direcção do Partido Comunista salvaguardaram os interesses da minoria branca (Nota d’A *Internacional*)

Bélgica

Boletim do Comité Unité

Eenheidscomité

Outubro de 2017

Que o governo Michel caia! Pela unidade dos trabalhadores e dos seus sindicatos com esse objectivo! Há três anos que o governo Michel, actuando às ordens da Comissão Europeia, ataca todos os direitos e regalias dos trabalhadores e dos jovens. A sua política anti-social, que agrava todas as medidas que têm vindo a ser tomadas nas últimas décadas para aumentar os lucros dos capitalistas, é amplamente rejeitada. Há três anos que os trabalhadores esperam que as suas organizações sindicais adoptem um plano para deter os ataques do governo Michel e fazê-lo, por conseguinte, cair.

Ora, em vez de tal plano, os responsáveis sindicais são de opinião que este governo poderá mudar de política. Trabalho inútil! A mobilização pela greve nacional de 10 de Outubro mostrou que os trabalhadores estão prontos a lutar pelas suas reivindicações. Tem-se levantado a questão da unidade entre os trabalhadores dos serviços públicos e os do sector privado. A necessidade de unidade na acção entre todos os sindicalizados ocupa o foco das preocupações. Ao fim de três anos de governo destruidor dos nossos direitos sociais e democráticos, basta! Não há nada a esperar deste governo. Por exemplo, nada justifica a presença dos sindicatos no Comité Nacional das Pensões. Mais cedo ou mais tarde, o governo quererá obrigar os sindicatos a aceitarem a aposentação por pontos, dando-lhe, assim, uma perigosa caução. Para começar, pede-se aos sindicatos que aprovelem os objectivos de uma “reforma” das pensões. A vocação das organizações sindicais não é darem o seu acordo a



modalidades de aplicação das medidas do governo. Quem não vê que este governo já só sobrevive graças à atitude “prudente” das cúpulas sindicais? Ele conta igualmente com a divisão entre os trabalhadores do Norte e do Sul do país. Pela sua parte, os trabalhadores estão no seu pleno direito de exigir que os seus sindicatos apelem, unitariamente e com absoluta clareza, à mobilização para nos desembaraçar da coligação reinante. A queda de Michel seria uma derrota infligida à União Europeia e primeiro acto do restabelecimento do nosso contrato de trabalho, dos nossos estatutos, da nossa Segurança Social. Criaria uma relação de forças capaz de impedir qualquer outro governo de levar a efeito os ditames da União Europeia. O objectivo de derrube do governo tem que ser o objectivo dos sindicatos, da base até à cúpula. Os sindicatos agregam milhões de trabalhadores e jovens. Organizemo-nos para ajudar a dar expressão a esta exigência.

Benim

Le Bulletin du Golfe

Boletim dos militantes da IVª Internacional (CORQI) do golfo do Benim, Outubro de 2017

Greve no sector da saúde. Desde que chegou ao poder, em Abril de 2016, o regime do presidente Patrice Talon não pára de multiplicar actos que todos os dias exasperam os trabalhadores e o povo, não deixando a menor dúvida sobre o futuro desastroso que este regime lhes reserva (...). Entre as medidas tomadas pelo governo no sector da saúde figura a privatização (...). Como se isso não bastasse, o poder criou uma comissão de reformas para o sector da saúde. A comissão trabalhou sem contemplar as reivindicações dos trabalhadores do sector (...). Alguns aspectos do relatório escondem mal as intenções do governo: criação de uma super-estrutura



denominada Autoridade Reguladora do Sector da Saúde (ARS), que substituirá, por exemplo, o ministério da saúde nas transferências de funcionários do sector (...). Perante esta situação, um colectivo de sindicatos do sector da saúde apresentou, no dia 24 de Agosto de 2017, no seguimento de assembleias gerais realizadas nos departamentos de 4 a 11 de Agosto de 2017 e de um *sit-in* que se lhes seguiu, uma moção por uma greve de advertência, que foi amplamente seguida (...). Desde o dia 13 de Setembro, os funcionários da saúde estão, aliás, a observar quarenta e oito horas de greve todas as semanas, renováveis por recondução tácita. Com a moção, o colectivo exige:

“1. A disponibilização (...) do relatório da comissão de reformas do sector da saúde. 2. A denúncia pura e simples da decisão de criação de um comité técnico de aplicação das ditas reformas. 3. A criação de um comité que agrupe representantes dos actores sociais e das diferentes corporações, a fim de estudar a fundo o relatório da sub-comissão das reformas e apresentar propostas subsequentes. 4. Satisfação imediata por uma comissão interministerial de todas (...) as reivindicações já estudadas das greves.”

De momento, o governo faz orelhas moucas; no entanto, esta atitude do poder corre o risco de agravar a situação, já que o movimento tem sido muito seguido em todo o território nacional, e o colectivo ameaça passar, nas próximas semanas, a setenta e duas horas de greve semanais.

Brasil

Tribuna dos Trabalhadores

Organização Comunista Internacionalista (CORQI), Outubro de 2017



Neste 3 de outubro, aconteceu no centro do Rio de Janeiro um ato em defesa das estatais brasileiras e pela Soberania Nacional. O evento reuniu 10 mil pessoas e marcava os 64 anos de fundação da Petrobras. Em sua intervenção Lula denunciou o governo Temer: *“Não é possível abdicar da indústria naval, da Eletrobras, do BNDES, da Casa da Moeda. Essa gente está vendendo tudo...”*

Horas depois, a resposta do governo veio do ministro da Fazenda, o banqueiro do BankBoston Henrique Meirelles, que, referindo-se à privatização de 4 hidrelétricas da CEMIG e áreas de Petróleo, foi taxativo:

“Foram um sucesso. Existem dúvidas, mas sempre mostramos confiança. Eles atraíram investimentos de diversas origens. E tem muita coisa a vir na área de privatização”

A cada dia de governo Temer há ainda *“muita coisa a vir na área de privatização”*, inclusive a privatização da Petrobras, do Banco do Brasil, que já foram anunciadas ao mercado, deixando a bolsa de valores ouriçada.

O governo ilegítimo de Temer (...) é um governo rejeitado por 97% dos brasileiros e enfrenta atualmente, na Câmara de Deputados, um segundo pedido de afastamento do cargo por fortes evidências de corrupção. O que falta fazer então para impedir que ele venda (entregue, é mais apropriado!) a investidores estrangeiros as riquezas e o patrimônio público da nação?

A resposta está numa Nota subscrita por mais de uma centena de militantes petistas – a maioria de Curitiba – remetida aos Senadores do PT a respeito da condenação de Aécio Neves (...) onde diz a respeito de Temer: *“Neste cenário, onde entra como elemento de primeira grandeza a nova denúncia que pode afastar Temer da presidência, e que já tramita na Câmara dos Deputados, consideramos como tarefa fundamental do partido apresentar uma saída democrática para a crise instalada nos atuais poderes (todos eles com imensa rejeição popular), levando em conta dar a palavra ao povo. Por isso, estaremos nas ruas por “Fora Temer” e “Diretas já”, apresentando a saída de uma Constituinte Soberana por uma profunda reforma política no país”*.(sublinhado nosso)

A Executiva Municipal do PT de Curitiba aprovou que o partido deve procurar o PCdoB, PSOL⁽¹⁾ e entidades democráticas e populares para a realização de um evento amplo e unitário por FORA TEMER, ELEIÇÕES DIRETAS JÁ para o mês de outubro, antes da votação do afastamento de Temer na Câmara dos Deputados.

É um bom exemplo do que pode ser reproduzido no país inteiro. Afinal de contas, a defesa da soberania nacional exige o fim imediato deste governo golpista a serviço do imperialismo e das multinacionais.

(1) O Partido Comunista do Brasil e o Partido Socialismo e Liberdade são partidos que reclamam situar-se “à esquerda” do PT.

Canadá

Bulletin de liaison

Comité de liaison des trotskystes du Canada CORQI (Outubro de 2017)

No quadro da luta pela reconstituição da IVª Internacional no seguimento da crise que rebentou na Internacional para liquidá-la política e organizativamente, militantes trotskistas do Canadá reuniram-se em Montreal no dia 15 de Julho de 2017. Trocaram impressões sobre a situação política no Canadá no contexto da crise do imperialismo, os elementos e causas da crise da IVª Internacional e as tarefas que daí decorrem para a reconstituição da organização. A discussão, que teve por base relatórios de camaradas, deu os seguintes resultados (...). No contexto dos conflitos inter-imperialistas, o Canadá veio a assinar um tratado comercial com a União Europeia, que se encontra em vigor desde Setembro de 2017. Este tratado é uma ameaça para a agricultura e para a indústria, em virtude da introdução em massa de produtos europeus, e contra a classe operária e as suas conquistas. (...) O Canadá alinha-se com as posições do capital financeiro americano nas guerras por este promovidas (participação em ataques aéreos, formação, apoio logístico...), por exemplo na Síria e no Iraque. Ainda assim, a análise da situação política, para definir a nossa intervenção, deve passar pelo exame da questão nacional no Quebec e da luta de classes no Canadá (...). À opressão nacional da população francófona sobrepõe-se a questão social. (...) É evidente que nem a burguesia canadiana no seu conjunto nem a burguesia do Quebec podem resolver a questão nacional no Quebec. Esta tarefa compete ao proletariado, ao proletariado “francófono” e “anglófono” de todo o Canadá, pondo em xeque a ordem federal ligada à coroa (ou seja, à monarquia britânica - NdR) e sujeita ao imperialismo americano e trazendo para a ordem do dia a união livre dos povos do Canadá em todas as suas componentes: anglófona, francófona, autóctone e imigrante, cabendo a elas definir a forma e o conteúdo da democracia e as relações entre elas, assentes na ruptura com os imperialismos britânico e americano. As lutas de classe dos trabalhadores do Canadá têm conseguido impor ao Estado federal conquistas substanciais para todos os trabalhadores deste país, pelo seu carácter comum: seguro de desemprego (1940), cuidados de saúde, segurança no trabalho, abonos de família e de maternidade (desde 1970), guarda de crianças, aposentações... Os laços entre os Estados Unidos e o Canadá reencontram-se igualmente no terreno da luta de classes dos



trabalhadores nos dois países. O movimento operário canadiano constituiu-se em estreita relação com o movimento operário nos Estados Unidos. Em muitos sectores, há federações conjuntas de trabalhadores dos Estados Unidos e do Canadá. (...) A luta dos trabalhadores vê-se, também, neste caso, confrontada com obstáculos levantados pelas direcções. (...) A luta pela satisfação das aspirações nacionais, sociais e democráticas dos povos do Canadá implica a construção da representação política independente da classe operária, abrindo a perspectiva da Assembleia Constituinte nas diferentes partes do país para acabar com o regime de propriedade privada dos meios de produção, base da exploração e opressão e vector de guerras pelo mundo fora. Recai na IVª Internacional a responsabilidade de ajudar esta luta.

Chile

Tribuna

Boletim do Círculo pela Soberania e Justiça Social, Outubro de 2017

Eleições presidenciais de 19 de Novembro de 2017. A Frente Ampla, com a sua candidata, Beatriz Sánchez, é uma coligação de treze organizações, políticas, sociais e ONGs (...). Como se há-de caracterizar a natureza da Frente Ampla (FL)? Independentemente da consciência que dela possam ter os aderentes e militantes das organizações que a compõem, a FL é uma frente popular, pois o Partido Liberal do Chile, partido da burguesia chilena, está representada nela. Este partido explica as suas posições na sua página internet: “Em documento em sete pontos ontem enviado à direcção nacional da coligação, o Partido Liberal (...) dá a conhecer a sua posição sobre a linha para afrontar a segunda etapa da campanha para lidar com a eleição de Novembro, advertindo desde já contra os perigos de fazer a candidatura da jornalista virar à esquerda (...). Entre os pontos mais polémicos do programa (...), que suscitam igualmente resistências no Partido Liberal, figura a ideia de expropriar 20% da propriedade de todas as empresas estratégicas com sede no país. Outro ponto que o PL tenta assegurar é um compromisso de gradualismo das reformas, de modo a não pôr em causa o crescimento económico e o empreendedorismo.” (16 de Julho de 2017). É, no caso, um sector minúsculo, fantasmático, da burguesia, que procura, no entanto, dentro da FL, conseguir que esta não se comprometa com a luta pelas reivindicações que correspondem às necessidades da maioria da população. É o que eles chamam virar a coligação “à esquerda”. No mais, o PL empenha-se, apesar das suas forças, em organizar um trabalho sistemático para tecer alianças na FL que sirvam para alcançar os seus objectivos. “Paralelamente à elaboração do documento, os dirigentes do PL começaram a mobilizar os vários actores do colectivo no intuito de organizar, dentro da FL, um pólo não de esquerda, mas progressista, que promova a diversidade, a não-esquerdização do sector e várias propostas programáticas.” (16 de Julho de 2017).



É, com formas novas, uma frente popular, cujo objectivo central é sufocar a mobilização social que se manifesta, focada na candidatura de Sanchez e Mayol, contê-la no acatamento do regime político estabelecido, acarretando a desilusão e, no seu seguimento, a derrota dessas aspirações. Tudo em nome de possíveis alianças com o centro e do “progressismo”.

Beatriz Sanchez aparece como a candidata de vários sectores da população que procuram organizar-se para lutar no terreno das reivindicações da maioria (...).

Estados Unidos

The Organizer

Publicado por Socialist Organizer, secção da IVª Internacional nos Estados Unidos, Outubro de 2017

Os políticos do Partido Democrata e os dirigentes sindicais dizem-nos que é preciso lutar a todo o custo contra o esforço de Trump para destruir o DACA⁽¹⁾. Em conformidade com esta orientação, os dirigentes democratas Nancy Pelosi e Chuck Schumer fizeram um acordo com a administração Trump que poderá eventualmente preservar o DACA e a lei DREAM⁽²⁾ em troca de medidas mais restritivas e sanções contra os imigrantes sem papeis. Os jovens imigrantes sem papeis da região de San Francisco Bay Area indignaram-se com a atitude de Pelosi de aproveitamento da angústia dos 800.000 beneficiários do dispositivo DACA como moeda de troca com Trump para um acordo que reduz à sua expressão mais simples os direitos dos seus pais e da sua comunidade. Esses jovens fizeram ouvir a sua voz, alto e bom som, contra Pelosi, na conferência de imprensa desta de 18 de Setembro, gritando palavras de ordem como *“Lutamos pelos onze milhões, sem excepções!”* Numa declaração, o movimento de jovens *California Youth Immigrant Justice Alliance* pronunciou-se nos seguintes termos: *“Exigimos a adopção de uma verdadeira lei DREAM que dê aos jovens imigrantes a possibilidade de obter a cidadania, uma lei desembaraçada de disposições como a militarização das fronteiras e de dispositivos legais de restrição da liberdade de movimento, que ameaçam a vida de 11 milhões de habitantes membros de várias comunidades que se encontram neste país sem papeis.”*

Mensagem que se aplica igualmente à luta contra a política patronal de “livre comércio”. A direcção da AFL-CIO apanhou o comboio das negociações em andamento, avançando com emendas que, espera, melhorem o NAFTA. Ora, o NAFTA não tem emenda. É um acordo patronal que não tem ponta por onde se lhe pegue; é preciso revogá-lo. Não, a administração Trump, que quer impor uma lei dita *Right to work* ao nível federal, não pretende conceder aos sindicatos um acordo melhor, que proteja os direitos dos trabalhadores e dos sindicatos — e respeite a soberania do México e do seu povo. No dia 14 de Agosto, o conselho sindical da AFL-CIO de São Francisco votou uma resolução que afirmava a independência sindical em relação ao patronato nesta matéria vital. (...)



É uma questão de vida ou de morte para o movimento operário, que tem que actuar como movimento autenticamente independente tanto na rua como nos locais de trabalho, bater-se para conseguir as reivindicações que reflectem as necessidades e aspirações da maioria trabalhadora e dos nossos aliados nas organizações populares e não reivindicações arranjadas para agradar a uma ou outra secção da classe patronal.

Do que precisamos é de um movimento operário independente que não subordine os seus interesses e as necessidades da classe operária aos ditames dos políticos de um ou de outro dos grande partidos políticos, porquanto esses políticos, com raríssimas excepções, já provaram repetidamente que obedecerão sempre à classe patronal. (...)

Na realidade, a construção de um partido político assente no movimento operário organizado já se devia ter cumprido. A vós, leitores e simpatizantes, pedimos instantemente que se juntem a nós e dêem a conhecer, connosco, esta perspectiva nos vossos sindicatos e organizações populares.

(1) Dispositivo de apoio federal para ajudar os imigrantes clandestinos menores chegados com menos de dezasseis anos de idade.

(2) Lei que, sob certas condições, atribui cartão de residente permanente a alguns menores chegados ilegalmente aos Estados Unidos.

França

Tendência Comunista Internacionalista

Resolução adoptada pela direcção nacional reunida em 12 de Novembro de 2017 (extractos)

No plano político, faz-se a união sagrada em torno do acatamento do calendário eleitoral: as eleições europeias de 2019, depois as eleições de 2021 e 2022. Para todos eles — France insoumise (grupo de Mélenchon, NdR), Partido Socialista, Partido Comunista Francês — é preciso que o quinquenato de Macron chegue a termo, que as instituições se mantenham, tudo fazer para evitar que se abra, em França, uma brecha comparável à que se abriu na Catalunha.



Os quadros e militantes operários que, em todos os domínios, vêm os seus dirigentes participarem na concertação com o governo sobre todas as contra-reformas por este iniciadas interrogam-se cada vez mais sobre o significado das jornadas de luta. A porfia dos dirigentes em se sentarem à volta da mesa de “co-construção” das contra-reformas, em cima da qual jaz um roteiro governamental focado na destruição dos direitos e regalias, leva-os a considerar que estas jornadas de luta, longe de organizar a luta contra o governo, representam, quando muito, uma súplica que lhe é dirigida para que ouça as aspirações dos trabalhadores. Repita-se: este processo de integração não pode ir até ao fim. É o que se reflecte, nomeadamente, em as organizações sindicais, embora assíduas à mesa da concertação, nem sempre assinarem necessariamente as suas conclusões, decidindo mesmo, por vezes, sair de tais quadros de concertação.

Se, na luta de classes quotidiana, os trabalhadores continuam a voltar-se para as suas organizações sindicais para conseguir as suas reivindicações, já quanto à cúpula das confederações, vêm-nas cada vez mais numa posição caracterizada essencialmente pela concertação com o governo.

A manifestação de Barcelona (750.000 no dia 11 de Novembro “pela República” — NdR) é também um indicador da vaga revolucionária que amadurece em França. As greves, o desenrolar da luta de classes em torno das reivindicações concretas e práticas continuam a desenvolver-se em todos os sectores. A qualquer momento, uma luta específica, um incidente fortuito pode acabar numa explosão que se generalize. Porém, no estádio actual, a questão da centralização não se põe de maneira imediata, contrariada pela marcha larvar para a instauração de um regime corporativista.

Esta situação alimenta nas organizações um processo de decomposição extremamente perigoso, que ameaça o que o movimento operário constituiu e prepara rupturas do tipo SUD, Cobas. Há forças que jogam deliberadamente nesse sentido dentro das organizações operárias, com o respaldo, no plano político, da polémica lançada por Mélenchon. (...)

Nesta situação, qual deve ser a orientação dos militantes trotskistas? Nas organizações operárias, os militantes recusam e continuarão a recusar a meter-se em aventuras: aventuras, como as tentativas de alguns de apresentar conflitos internos do aparelho como oposições de orientação; aventuras, como tentar fazer de conta que determinadas resoluções dizem o contrário do que realmente dizem, por exemplo quando aplaudem a concertação; aventuras, como todas as tentativas de desagregação e divisão das organizações sindicais. Os militantes revolucionários lutam constantemente para ajudar os trabalhadores a agarrarem nos seus sindicatos para ganhar as reivindicações.

Uma ampla camada de trabalhadores e militantes interroga-se e procura o caminho da luta e da saída política.

Esta pode às vezes afigurar-se-lhes confusamente, mas a procura não pára. Esta situação dá o quadro para a adopção, nesta reunião da direcção nacional, de todas as medidas para ganhar a conferência de 2 de Dezembro. (...)

A Mesa Nacional do POID, que acaba de se reunir, discutiu, concluindo pela necessidade e possibilidade, como um dos lances centrais, de ganhar para a participação nesta conferência 250 a 300 militantes e delegados operários não ligados ao POID.

Ganhá-los como reflexo da sua consciencialização de que a política do governo exige acção política para acabar com ele, não se podendo ficar à espera de 2022.

Haiti

Haiti Liberté

O semanário *Haiti Liberté* publica a intervenção do delegado haitiano à conferência do CORQI, de que se reproduzem seguidamente extractos, 8 de Novembro de 2017

Os operários das fábricas sub-contratadas têm manifestado, nos meses mais recentes, o seu repúdio, exigindo melhores condições de trabalho e reclamando um salário mínimo razoável de, pelo menos, 800 gourdes por dia, em vez do salário de miséria, de escravatura, de 300 gourdes, que não convém em absoluto às necessidades fundamentais das massas populares haitianas, que na sua maioria se debatem na precariedade. Estes trabalhadores aproveitaram a ocasião para denunciar a decisão do governo Moïse-Lafontant de aumentar os preços dos produtos



petrolíferos, que afectarão consideravelmente, por ricochete, o custo de vida. Em vez de melhorar as condições de vida da classe operária, o governo preferiu anunciar, no dia 31 de Agosto passado, a perspectiva de saída de 12.000 funcionários da administração do Estado, seguindo as recomendações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Os trabalhadores acabaram por não conseguir mais do que 35 gourdes de aumento, passando o seu salário de 300 a 335 gourdes, o que equivale a 5,27 dólares ou 4,53 euros. O comboio deste governo não pára em nenhuma estação, de tal maneira se lança cega e triunfalmente na sua política de destruição completa de todas as conquistas sociais do povo haitiano, mesmo as de menor importância. No início do mês de Outubro, publicou uma lei de finanças para o ano fiscal de 2017-18 que o povo qualificou de criminosa e celerada. Pior, quando as massas populares descem à rua para manifestarem a sua cólera, são reprimidas. Desde o dia 5 de Outubro, mais de 40 jovens militantes estão detidos na penitenciária nacional. Todas as instituições financeiras internacionais aprovaram esta lei, mandando que o regime continue no mesmo espírito, visto considerarem que vai pelo bom caminho. O projecto deles, agora, é emendar a Constituição, permitindo que as forças obscurantistas internacionais legalizem a sua exploração dos recursos mineiros do país. (...)

A Minustah deixou o solo nacional sem por isso o abandonar, sendo substituída por uma força de polícia, a Minujust, que estava já presente no território haitiano. Além da epidemia de cólera, a Minustah deixou-nos uma outra devastação: pela violação ou pela exploração da situação precária das nossas jovens, os soldados da Minustah que sobre elas praticaram abusos sexuais deixaram-nos muitas crianças, filhos sem pai da Minustah. É, na realidade, do interesse da classe operária de hoje construir a unidade internacional, destruindo esta sociedade de classe que continua a manter os trabalhadores na pobreza e na precariedade. Uma sociedade sem exploração continua a ser a única alternativa política válida que serve os interesses da classe laboriosa. No entanto, poderemos superar todas estas provas amargas até à vitória se transformarmos todas as nossas fraquezas em força, uma força política, económica, militar, irresistível,

vitoriosa. O que a luta hoje nos pede não são apenas homens e mulheres dignos e dinâmicos, mas organizações, partidos operários e camponeses capazes de tomarem o poder e conduzirem-nos pelo bom caminho do socialismo democrático e revolucionário. Será preciso recordar-vos, camaradas delegados, que no mês de Setembro de 1938, em Paris, 21 delegados vindos de apenas 11 países mudaram o curso da história, criando essa organização internacional que é a IVª Internacional. Cabe-nos hoje a nós, desempenhar o nosso papel histórico, sempre com a missão de continuar esta obra imensa face ao inimigo comum dos povos: o imperialismo americano. Solidariedade com o povo catalão! Solidariedade com o povo irmão e o governo legítimo da Venezuela! Viva a luta organizada dos povos! Viva a unidade de todos os oprimidos do mundo! Viva a luta da classe operária internacional!

Hungria

Munkás Hírlap

Outubro de 2017

Há luta de classes na Hungria? A Hungria caracteriza-se pelas mesmas tendências de todos os outros países da União Europeia, estando, por conseguinte, dependente das exigências da UE: redução dos défices, reembolso da dívida, restrições orçamentais, destruição dos direitos dos trabalhadores, liquidação dos serviços públicos (ensino, saúde, transportes públicos, esfera social, etc.), apoio incondicional ao capital internacional. Segundo dados do início de 2017, o governo pagou directamente 51.600 milhões de forints (167 milhões de euros) a sete multinacionais pela criação de 6.386 postos de trabalho, sem contar outras regalias. Estas multinacionais vêm, depois vão-se embora (veja-se a Nokia



ou a Opel, que nestes dias despediu 100 trabalhadores precários deslocados e projecta continuar os despedimentos). O governo sujeita-se totalmente às disposições da política da União Europeia, consignando constitucionalmente as regras de convergência (critérios de Maastricht).

O que aparece na imprensa internacional como “oposição” à UE, a questão dos migrantes: o governo recusa acolher 1.300 refugiados, mas vende a 18.000 pessoas, a 300.000 euros por cabeça, o direito de se instalarem na Hungria. O dinheiro foi parar a sociedades off shore próximas do governo. O objectivo fundamental do governo Fidesz-KDNP (os dois partidos da coligação governamental) é desenvolver nos seus próprios círculos uma burguesia compradora ao serviço das multinacionais — razão da aparente contradição com a União Europeia. Contudo, de cada vez que se oferece o ensejo, o governo declara que quer permanecer na UE, e esta, o mesmo (...) O governo — tal como todos os outros governos da UE — procura por todos os meios quebrar a luta de classes. Nestes últimos dias, propôs um “acordo de parceria” a um único sindicato (o sindicato amarelo Conselho dos Trabalhadores), com exclusão dos outros. (...) Enquanto o governo gaba ruidosamente o crescimento do emprego,

numerosas pequenas e médias empresas e multinacionais reduzem-no e fecham fábricas. Apesar de intimidações significativas, o sítio szakszervezet.hu relata numerosas iniciativas e preparativos de greves e manifestações (metropolitano, limpa-chaminés, motoristas de autocarros da capital, professores, condutores de ambulâncias), mas também greves reais (Audi, Mercedes, caminhos de ferro, empregados da Tesco, dentistas, funcionários, trabalhadores da ópera) por aumentos de salários, contratos colectivos — e esta lista é só do mês de Agosto para cá. (...)

Itália

Tribuna libera

Semanário publicado por militantes de todas as tendências empenhados nas lutas nacionais e internacionais dos trabalhadores, Outubro de 2017

No momento em que encerramos o presente número, foi proclamada a República da Catalunha. Basta olhar para as imagens do povo que aplaude, uma por uma, os votos da declaração do Parlamento catalão para compreender que assistimos a um verdadeiro movimento de massas, em vários aspectos revolucionário, que põe em causa, de cima abaixo, as instituições hipercorruptas e reaccionárias da monarquia. (...) A proclamação da República na Catalunha abre uma brecha no dispositivo herdado do franquismo, brecha por onde podem internar-se com as suas reivindicações os povos de Espanha e, atrás deles, todos os povos. É um povo inteiro que, uma vez mais, se arroga o direito de derrubar as instituições quando estas são um instrumento para o esmagar.



É isso que os aterroriza, em Bruxelas, Washington, Paris, Berlim, Roma. Eis, assim, a UE. Ela foi a favor da desintegração da Iugoslávia à força de bombardeamentos quando isso interessava o capital, a favor da desagregação das nações, promotora da “Europa das regiões” quando era para impor a destruição das conquistas e direitos.

Agora, de repente, opõe-se à independência da Catalunha pela única razão de que essa independência, reatando com a tradição da luta dos povos de Espanha, envia uma mensagem à Europa inteira: rebelar-se é possível.

Não há dúvida de que, na Catalunha como em todos os movimentos deste tipo, as aspirações conscientes se misturam com as que são inconscientes, havendo também, nesse magma, as posições dos partidos catalães de capitalistas, que procuram dialogar directamente com a UE para aplicar a política desta. Qual é o fulcro da questão? Neste magma, o levantamento popular traz consigo, para os capitalistas, o risco de abrir o conteúdo social da independência (...).

Por isso todos os governos e todos os partidos de Espanha ficam aterrorizados e tomam posição pelo “respeito pela Constituição”, pelo “diálogo”. “Diálogo”? Com Rajoy, que manda a Guardia Civil contra o povo e aparelha os seus navios frente a Barcelona? Eles têm medo da República. Quem não tem medo, em contrapartida, são os jovens, os trabalhadores catalães, os milhões que descem às ruas, os

comités de defesa do referendo que acabaram por impor a República (...).

Uma coisa é certa, também em Itália, neste fim de legislatura assinalado por uma crise nunca vista das instituições, com leis eleitorais que nada têm que ver com democracia, com a crise da banca, com a explosão dos partidos: da Catalunha chega um sinal claro: a saída não virá desta ou daquela combinação eleitoral ou reciclagem de um político, nem sequer de alguma impossível “recuperação” no âmbito da UE, mas da mobilização unida para nos desembaraçarmos de todas as leis e medidas reaccionárias dos últimos vinte e cinco anos.

Marrocos

Tribune des travailleurs

Outubro de 2017, nº 1 (nova série)

Porquê esta nova série da *Tribune des travailleurs*? (extractos do editorial) *“Os trabalhadores deste país necessitam de um boletim político que lhes forneça informações operárias, ajudando-os, desse modo, a usá-las, a dispor de ferramentas que lhes permitam compreender a sua situação para poderem agir.”*

“Para os iniciadores deste jornal”, prossegue o editorial, o conjunto destas lutas operárias e democráticas *“só pode ser levado a cabo na luta pela eleição de uma Assembleia Constituinte soberana que rompa com as potências estrangeiras, o FMI, o Banco Mundial e as potências imperialistas e colonialistas”*. A *Tribune des travailleurs* é *“um boletim internacionalista que se põe desde logo do lado dos explorados e oprimidos da África e do mundo inteiro, luta pela fraternidade entre os trabalhadores e os povos, pela paz, contra as guerras imperialistas e as intervenções armadas do imperialismo americano e outros, as intervenções da ONU, da União Africana, etc. Os iniciadores deste boletim subscreveram e fazem, por isso, seu o Manifesto de Mumbai contra a guerra, a exploração e o trabalho precário e apoiam a luta do Comité Operário Internacional seu iniciador”*.



O editorial conclui: *“A publicação desta nova série da Tribune des travailleurs dá-se num momento crucial para os trabalhadores e o povo deste país. Primeiro a Intifada⁽¹⁾ em Al Hoceima e no Rife, que os responsáveis deste país e de outros procuram fazer degenerar e empurrar para um beco sem saída; o início das aulas de 2017-18 nas escolas e universidades, com a aceleração dos ataques apontados à destruição da escola e do ensino públicos, ataques que, nomeadamente, se agravaram com o recrutamento de milhares de professores em regime de contrato a prazo no ensino público, o que o governo só conseguiu graças à assinatura das direcções sindicais (FDT, CDT, UNTM, UMT). Nós, iniciadores deste boletim que se enquadra na continuidade do boletim do mesmo nome lançado em 2001, militantes operários de diferentes correntes do movimento operário deste país, propomo-vos uma ferramenta de debate e de luta por uma Assembleia Constituinte livre e soberana, pela democracia e pelo socialismo. Dirigimo-nos a todos os*

militantes, independentemente da sua filiação política: os vossos artigos, críticas, etc., são bem-vindos, no respeito da democracia operária.”

(1) Intifada: levantamento popular.

México

Transicion

Boletim publicado pelo Comité CORCI-Mexico, Setembro de 2017

Pouco depois do 11 de Setembro, a administração de George W. Bush mobilizara-se para reforçar a “segurança fronteiriça”, o que veio a redundar na adopção do *Secure Fence Act* em Outubro de 2006, criando um muro fortificado e um encerramento virtual (com detectores de movimentos e câmaras espalhadas por 700 das 1.990 milhas que separam o México dos Estados Unidos). A construção da barreira fronteiriça foi acompanhada por uma política de expulsões em massa, caracterizada por incursões e rusgas nos locais de trabalho.



Durante os oito anos da administração Obama, mais de 3 milhões de pessoas do México e da América Central foram deportadas. Centenas de pessoas morreram de insolação nos desertos ardentes de Sonora e do Arizona, durante esse mesmo período, a tentar conseguir uma vida melhor para as suas famílias. Muitos mais foram assassinados por “vigilantes”, cujos crimes tantas vezes têm ficado impunes. Actualmente, Donald Trump, com uma atitude abertamente racista que usa os migrantes como bodes expiatórios, acusando-os de todos os males de que a economia norte-americana sofre, propõe construir um muro a todo o comprimento da fronteira e elevar o número de deportados para mais de 700.000 por ano, mais do dobro do valor alcançado pela administração Obama (...).

Este “muro da vergonha”, como lhe chamam dos dois lados da fronteira, é o fruto de mais de vinte anos de políticas de livre comércio impostas pelos Estados Unidos (TLCAN, em inglês NAFTA - NdR) e do Acordo de Livre Comércio com a América Central e a República Dominicana, especialmente, que têm destruído a economia do México, transformando uma nação soberana numa grande *maquiladora*⁽¹⁾ da exploração e num ponto de passagem para as grandes multinacionais. Estas políticas têm forçado milhões de mexicanos e de centro-americanos, camponeses, trabalhadores e jovens, a fugir para os Estados Unidos na esperança de encontrarem maneira de alimentar as famílias (...).

O “muro da vergonha” e o TLCAN representam um assalto contra a soberania e contra o povo do México, mas também contra os trabalhadores e comunidades inteiras dos Estados Unidos, onde se têm destruído empregos a tempo inteiro com regalias sociais, onde os sindicatos têm sido desmantelados sob a ameaça dos patrões de fecharem e deslocarem as fábricas para países com salários mais baixos a sul da fronteira (...). Enquanto isso, no México, Peña Nieto (presidente mexicano) nomeou Luis Videgaray ministro dos negócios estrangeiros. É ele o homem que irá “renegociar” o TLCAN. Videgaray é o homem da Wall Street no México (...).

Desde que foi governador do Estado do México, ele levou à prática todas as contra-reformas que têm destruído a nação mexicana no interesse dos bancos, dos Estados Unidos e seus associados mexicanos (...).

Mais do que nunca, trabalhadores e jovens precisam de se unir por sobre a fronteira numa luta independente para derrubar o “muro da vergonha”, parar o TLCAN, parar com todas as políticas decorrentes do projecto de “comércio livre” das multinacionais e revertê-las. Temos os mesmos interesses, e as lutas que travamos em defesa dos nossos direitos de trabalhadores são as mesmas. Para promover esta luta transfronteiriça, nós, abaixo-assinados, sindicalistas e activistas, dirigimo-nos às nossas irmãs e irmãos de ambos os lados da fronteira, pedindo-lhes que apoiem este apelo e o promovam o mais amplamente possível nas nossas organizações de trabalhadores e comunidades.

(1) Fábrica gerida em sub-empregada.

Peru

El Organizador

Tribuna livre para a classe operária e o povo, Novembro de 2017

Organizou-se, na cidade de Arequipa, uma projecção-debate de homenagem ao centenário da revolução bolchevique de Outubro de 1917. Ela fez-se apesar da tentativa de sabotagem dirigida por um dirigente do SI-TRAMUN (sindicato dos trabalhadores municipais), que, ao



saber que a sede do sindicato tinha sido cedida para a celebração do centenário da revolução russa, alugou as mesmas instalações para uma festa de jovens. Terá sido o isco do ganho a fazer a sua lei, ou foi um acto voluntário para

malograr a iniciativa? Em todo o caso, sob pressão nossa, foram obrigados a ceder-nos uma sala adjacente, bastante pequena, em que mal cabia uma vintena de lugares.

Atmosfera calorosa. Entre os assistentes, notou-se a presença de dois jornalistas da rádio comprometidos com as lutas populares, uma dirigente de base do Valle de Tambo, jovens estudantes, professores, donas de casa.

Durante os preparativos, antes da exibição do filme *Dez Dias que Abalaram o Mundo*, pediu a palavra o jornalista de rádio Salvador Muñoz, conhecido em Arequipa pelo seu compromisso com as lutas populares. Na sua intervenção, pediu a unidade de todos os revolucionários para pôr fim aos males do capitalismo.

Após o filme, seguido com muita atenção, um dos organizadores resumiu o conteúdo, valorizando os papéis desempenhados por Lenine e Trotsky em cada um dos momentos do processo revolucionário e destacando a validade e o vigor da revolução russa para a revolução socialista mundial.

Em relação ao Peru, denunciou a política traiçoeira que mantém a CGTP no Acordo Nacional de Governação, apelando a romper este acordo, que servia apenas para apoiar o Estado e um governo corrupto e pró-imperialista. Vários participantes tomaram depois a palavra, apelando à

unidade na luta pelo socialismo, salientando as personalidades de Lenine e de Trotsky e a importância da revolução russa. Duas intervenções merecem especial destaque: a da camarada de Tambo, que apelou aos líderes para que “*não esmoreçam na luta contra a Tia María*” (uma mina de cobre a céu aberto, NdR); e a de uma jovem que, depois de felicitar os organizadores do evento, citou o poeta Bertolt Brecht dizendo:

“Há homens que lutam por um dia e são bons. Há outros que lutam por um ano e são melhores. Há alguns que lutam por muitos anos e são muito bons. Mas alguns entre eles lutam a vida toda, e esses são essenciais.”

E acrescentou: “*Vocês são essenciais.*” A encerrar a noite, um jovem estudante cantou duas canções: *La Hierba de los Caminos* e *Comandante Che Guevara*.

Portugal

O Trabalho

Boletim publicado pelo grupo A Internacional, Outubro de 2017

Está em discussão pública o Orçamento de Estado 2018. O governo promete governar para contentar os

investidores, satisfazer as “metas” do défice, aplicar as “reformas” mandadas pela UE. Portanto: diminuir o défice; e pagar a dívida. Lamentavelmente, não sobra nada para satisfazer as reivindicações dos trabalhadores, como os

enfermeiros em luta, médicos e muitas outras categorias estão a notar... Satisfazer os enfermeiros custaria “ao país” 126 milhões de euros, diz a administração. Os juros da dívida custam “ao país” algo mais de 8 mil milhões/ano: sessenta e tal vezes mais... Na sua recente visita a Portugal, o FMI reconheceu em “*tom elogioso (...) que*

Portugal realizou um progresso notável (...). Em particular (...) ao nível da contenção da despesa pública (...) O FMI defende que o Governo aplique no próximo ano medidas que resultem num ajustamento estrutural primário de 0,5% do PIB, cerca de 950 milhões de euros, baseada numa reforma duradoura da despesa pública (...). Portugal definiu um caminho ambicioso de consolidação para a factura com os salários públicos nos anos entre 2017 e 2021, escreve o Fundo, recordando que no Programa de Estabilidade o Governo comprometeu-se com uma redução da factura com salários de 11,3% do PIB em 2016 para 10% em 2021”.

Para fazer tudo isto, o presidente do PS, C. César, diz que conta com BE e PCP, dentro e fora do Parlamento. Mas a troco de quê? Podem BE e PCP aceitar que os trabalhadores tenham muita razão em tudo, mas, infelizmente, não levem nada, pois “*não dá?*” (...) Importante, importante, é que os deputados do PS, do BE e do PCP revoguem a legislação laboral dos governos anteriores! Importante é descongelar carreiras, aumentar salários de miséria, repor a contratação colectiva! Não é isso que tem de exigir claramente a direcção da CGTP? E exigi-lo de maneira que se perceba? Isto é, na rua, na greve unida até à satisfação das reivindicações?

O busílis é mesmo este: ou se contentam Bruxelas, os usurários e os “investidores” (numa palavra, o capitalismo); ou se contentam os trabalhadores. Tem toda a razão o



governo em dizer que é impossível contentar ambas as partes. O que põe tudo bastante fácil: no fundo, cada força política só tem que dizer quem quer contentar: os trabalhadores? Ou os capitalistas? O resto segue. Porém, tanto o PCP como o BE dizem que, negociando este orçamento, se pode ir mais longe nas políticas sociais. Os trabalhadores e os militantes saberão tirar conclusões. Têm razão os enfermeiros, os médicos, os funcionários, todos os trabalhadores que exigem as suas reivindicações. Eles e só eles mostram a saída.

Togo

Le Bulletin du Golfe

Boletim dos militantes da IVª Internacional (CORQI) do golfo do Benim, Outubro de 2017

Confrontados com a repressão das manifestações de 19 e 20 de Agosto últimos, todos os partidos da oposição apelaram à população para que se manifestasse contra o regime (...). Nos dias 6 e 7 de Setembro, os togolezes saíram à rua aos milhares, numa dezena de cidades. Os activistas da IVª Internacional (CORQI) intervieram neste movimento, apelando à manifestação com as suas próprias palavras de ordem. Distribuíram, ainda, um panfleto do seguinte teor.



“Abaixo a ditadura! Cinquenta anos bastam!

Abaixo o imperialismo! Os recursos da nação são para a nação!

Que os frutos do trabalho sirvam para satisfazer as necessidades dos trabalhadores e do povo!

Ninguém pode hoje negar que os trabalhadores e o povo togolês manifestam, em todo o território, uma rejeição total do regime ditatorial mais do que cinquentenário (...). Em nome de uma dívida que não é do povo togolês, executam-se planos de ajustamento estrutural (PAS) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, acarretando:

— a liquidação de muitas empresas estatais, com milhares de despedimentos,

— a venda ao desbarato de outras a empresas de países imperialistas (Bouygues, Bolloré, etc.), acarretando também despedimentos,

— o descomprometimento do Estado de serviços devidos à população: saúde, educação, etc.

— a assinatura de todos os acordos de livre comércio benéficos para os países imperialistas, impedindo assim o país de se desenvolver.

A todos estes males, que acarretaram o desenvolvimento de um desemprego colossal, não oferecendo futuro para a juventude, crescem os problemas advindos do uso do franco CFA (franco das colónias francesas de África) como moeda do nosso país. (...) Não se sublevaram os trabalhadores e o povo togolês por quererem um regime democrático e:

— que o país seja libertado do imperialismo, que não seja assinado nenhum acordo desfavorável aos trabalhadores e ao povo togolês

— que parem definitivamente todos os planos impostos pelo imperialismo

— que todos os recursos da nação voltem para a nação

— que os frutos do trabalho sirvam para satisfazer as necessidades dos trabalhadores e do povo e não para enriquecer uma minoria?

Todas essas questões merecem a nossa discussão.

Lomé, 14 de Setembro de 2017.”

Turquia

Sosyalizm

Correspondência dos editores

Os dirigentes da região autónoma do Norte do Iraque, nomeadamente Barzani (chefe do governo regional do Curdistão iraquiano — NdR), convocaram um referendo sobre a independência — apenas para desistir da mesma independência que haviam acabado de plebiscitar nas urnas.

Lembre-se que o povo curdo é composto por 40 milhões de mulheres e homens (que vivem nos territórios da Turquia, Síria, Iraque, Irão e países do Cáucaso do Sul) e que só conseguiu ter o seu próprio Estado uma vez na história, por menos de um ano (de 22 de Janeiro a 16 de Dezembro de 1946). O povo curdo é um povo oprimido. Qualquer trabalhador consciente deve reconhecer o direito imprescritível do povo curdo a dispor de si mesmo. No ponto de vista dos interesses regionais do imperialismo (nomeadamente o americano), é bem possível que essa aspiração do povo curdo seja capturada e aproveitada para fins imperialistas.



O apoio explícito de Israel ao referendo de Barzani, bem como o discreto apoio dos Estados Unidos, são disso prova evidente.

Mas esse “apoio” é pura hipocrisia da parte dos dirigentes de Israel, que negam ao povo palestino o direito que afirmam defender para os curdos do Norte do Iraque.

Além deste “apoio”, um “Estado” curdo como o que concebe Barzani só poderia existir em forma idêntica aos mini-estados saídos da ruptura da ex-Jugoslávia, como a Bósnia e Herzegovina, e nada mais.

Um mini-“Estado” cuja única função seria vender petróleo barato às multinacionais imperialistas!

A resolução democrática das aspirações do povo curdo na Turquia exige a luta unida pelo levantamento do estado de sítio, o cancelamento dos decretos-leis, a libertação dos deputados e prefeitos do HDP⁽¹⁾ e acabar com todas as medidas que ainda agora mantêm os curdos como cidadãos de segunda classe.

Em termos mais gerais, a realização do direito do povo curdo a dispor de si mesmo só pode ser contemplada pela via da constituição de um Curdistão livre e unificado, numa federação dos povos livres do Médio Oriente.

(1) Partido Democrático dos Povos, que se reivindica dos direitos do povo curdo.

Zimbabwe

Chimurenga Vanguard

Publicado pela secção do Zimbabwe da IVª Internacional, Setembro de 2017⁽²⁾

A campanha “Ninguém toque no Zimbabwe!” está a ganhar terreno. Aprazem-nos os esforços envidados pela IVª Internacional após a conferência de Mumbai para montar uma campanha de apoio à petição “Ninguém toque no Zimbabwe!”, que se tem cumprido em países imperialistas como a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos.

A secção do Zimbabwe da IVª Internacional, do CORQI, tomou a iniciativa — elemento de peso na luta contra as sanções contra o Zimbabwe — de publicar *Chimurenga Vanguard*, boletim em que é traçada a história das lutas do Zimbabwe pela sua sobrevivência quando o país se defrontou com guerras económicas lançadas pelas nações imperialistas aliadas contra ele. Os Estados Unidos e a União Europeia afirmam que as sanções impostas ao Zimbabwe o foram em resposta a violações dos princípios democráticos pelo governo do presidente Mugabe.

A verdade histórica é, porém, que essas sanções foram essencialmente dirigidas contra o movimento que queria a

libertação total do Zimbabwe, depois da decisão tomada pelas nações ocidentais de desnaturar deliberadamente o programa de reforma agrária lançado em 2000 como forma de colmatar o fosso económico e social cada vez mais largo que separava os zimbabwenses brancos, que controlavam os meios de produção, e os zimbabwenses negros, relegados para as terras áridas e montanhosas atribuídas às tribos desde o período colonial. Os zimbabwenses negros debatiam-se na pobreza devido às consequências da luta de libertação e da política económica executada pelas nações ocidentais, como os programas de ajustamento económico estruturais.

Os Estados Unidos e a União Europeia não tiveram o mínimo escrúpulo quando a Grã-Bretanha renegou o seu compromisso de fornecer verbas para comprar terras de agricultores brancos à cabeça de fazendas comerciais.

O mundo inteiro ficou surpreendido ao ver aqueles que, em vez de culpar a Grã-Bretanha, se fizeram seus cúmplices, punindo os zimbabwenses com sanções económicas, justificando-as com acusações falsificadas de violações de direitos humanos(...) É mais do que tempo que as sanções cessem, porquanto elas são prejudiciais ao SADC (comunidade para o desenvolvimento dos países da região da África Austral) e a outros países. O que explica este apelo a deixarem de sangrar a economia do Zimbabwe.

(2) Chimurenga significa “rebelião” em língua shona. Este número é anterior aos acontecimentos de Novembro de 2017 que culminaram na demissão do presidente Mugabe.



Dossier

Os Marxistas e a República Catalã

Em toda a Europa, todos os governos, as instituições europeias e todos os aparelhos dirigentes dos partidos que se reclamam da classe operária declararam-se em oposição à decisão tomada pelos trabalhadores, pelos jovens, pela esmagadora maioria do povo catalão de romper com a monarquia franquista e de proclamar a República catalã.

Todos eles querem apagar o referendo de 1 de Outubro e a votação de 90% favorável à independência e à República. Todos eles qualificam de “ilegal”, “unilateral” e “não autorizada” a proclamação da República de 27 de Outubro, que as massas impuseram aos dirigentes do governo catalão. Como se algum acto de ruptura, desde a república dos libertos de Espártaco a Outubro de 1917, passando pela grande revolução francesa de 1789-1793, tivesse podido dar-se mediante autorização e homologação do Antigo Regime e no respeito da sua “legalidade”!

Face a este unanimismo da reacção, ao amontado de inverdades derramadas dia após dia, hora após hora, no fito de abafar o movimento revolucionário das massas catalãs, a redacção d’A Internacional achou útil coligir algumas tomadas de posição e escritos marxistas sobre a questão nacional na Catalunha.

Leiam-se, nomeadamente, os extractos de cartas e notas de Trotsky no debate que trava, designadamente, com Andreu Nin, mas também a fórmula encontrada pelo camarada Pierre Lambert em 2007 numa discussão com militantes trotskistas do Estado espanhol, e vários documentos e resoluções mais recentes publicados pelo Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional.

A Internacional

Trotsky e a questão catalã

“A revolução que começou em Espanha veio despertar com mais força do que nunca todas as questões, incluindo a das nacionalidades.”

Numa carta aos camaradas de Madrid (17 de Maio de 1931), Trotsky escreve: “O papel dirigente — na fase actual — da pequena burguesia no movimento de emancipação nacional, como, em geral, em todo o movimento democrático revolucionário, introduz inevitavelmente neste último numerosos preconceitos de variada índole. Oriundas desses meios, as

ilusões nacionais infiltram-se igualmente entre os operários. É esta, presumivelmente, a situação de conjunto na Catalunha e talvez, até certo ponto, na Federação Catalã. Mas o que acabo de dizer não apouca de forma alguma o carácter progressista, democrático-revolucionário da luta nacional catalã contra a suserania espanhola, o imperialismo burguês e o centralismo burocrático.

Não podemos perder de vista nem por um instante que a Espanha, toda ela, e a Catalunha, como parte constituinte deste país, são actualmente governadas não por nacional-democratas catalães, mas pela burguesia imperialista espanhola, aliada a latifundiários, velhos burocratas e generais, com o apoio dos nacional-socialistas.

Toda esta confraria opina que, por um lado, as servidões das colónias espanholas são para manter, assegurando, por outro, a máxima centralização burocrática da metrópole; o que implica querer o esmagamento dos catalães, bascos e outras nacionalidades pela burguesia espanhola.

Na fase actual, atendendo às combinações de forças de classe em presença, o nacionalismo catalão é um factor revolucionário progressista. O nacionalismo espanhol é um factor imperialista reaccionário. O comunista espanhol que não entenda esta distinção, que faça de conta que a ignora, que não a ponha em primeiro plano, que se esforce, pelo contrário, por diminuir a sua importância, arrisca-se a fazer de agente inconsciente da burguesia espanhola e a perder-se de uma vez por todas para a causa da revolução proletária.

Onde está o perigo dasilusões nacionais pequeno-burguesas? Está em poderem dividir o proletariado de Espanha em sectores nacionais. É um perigo muito sério. Os comunistas espanhóis podem conseguir combatê-lo, mas só há uma maneira: denunciar implacavelmente as violências cometidas pela burguesia da nação suserana, ganhando assim a confiança do proletariado das nacionalidades oprimidas. Qualquer outra política equivaleria a apoiar o nacionalismo reaccionário da burguesia imperialista, dona e senhora do país, contra o nacionalismo revolucionário-democrático da pequena burguesia de uma nação oprimida.”

“A palavra de ordem do direito das nacionalidades a disporem de si mesmas adquire importância excepcional”

Em carta dirigida a Andres Nin em 28 de Maio de 1931⁽¹⁾, Trotsky insiste na importância excepcional da palavra de ordem do “direito das nacionalidades a disporem de si mesmas”

“A palavra de ordem do direito das nacionalidades a disporem de si mesmas adquire agora, em Espanha, importância excepcional. No entanto, essa palavra de ordem também é do domínio do pensamento democrático. Para nós, é claro que a questão não está em instigar os catalães e os bascos a separarem-se da Espanha; mas é nosso dever militar por lhes ser reconhecido o direito à separação, se desejarem recorrer a ele. Como saber se esse desejo existe neles? É muito simples. Organize-se um plebiscito das províncias interessadas com base no sufrágio universal, igual, directo e secreto.

Não há, actualmente, outro processo. Posteriormente, as questões de nacionalidades, como todas as outras questões, serão resolvidas pelos soviets, que serão os órgãos da ditadura do proletariado. Mas não podemos pedir aos trabalhadores que constituam soviets num momento qualquer. Só podemos apontar-lhes essa solução. Ainda menos podemos impor a um povo inteiro os soviets que o proletariado só irá formar mais tarde. Não obstante, é essencial dar uma resposta à questão actual.

Em Maio passado, os municípios da Catalunha foram convidados a eleger representantes para a elaboração de uma Constituição provisória, específica da província, ou seja, para determinar as relações que a Catalunha há-de ter com o resto da Espanha. Será possível que os trabalhadores catalães tenham podido assistir com indiferença à democracia pequeno-burguesa, como sempre sujeita ao grande capital, a tentar decidir o destino do povo catalão por meio de eleições? Só por si, separada de outras palavras de ordem que lhe dêem sentido concreto — as de democracia política —, a palavra de ordem do direito das nacionalidades a disporem de si mesmas é uma fórmula vazia, ou, pior, é poeira para os olhos.”

“A revolução espanhola e os perigos que a ameaçam”

Neste documento, datado de 13 de Julho de 1931, Trotsky elucida: *“Escrevi antes que o nacionalismo catalão pequeno-burguês é, no estágio actual, progressivo⁽¹⁾. Mas com uma condição: desenvolver as suas actividades fora das fileiras comunistas e, desse modo, estar sempre sujeito às críticas dos comunistas. Permitir, em contrapartida, que o nacionalismo pequeno-burguês se manifeste sob a máscara comunista significa já dar um golpe traiçoeiro à vanguarda proletária, já matar o significado progressista do nacionalismo pequeno-burguês.*

O que significa o programa de separatismo? O desmembramento económico e político da Espanha ou, por outras palavras, a transformação da Península Ibérica numa espécie de península balcânica, com Estados independentes, divididos por barreiras aduaneiras, com exércitos independentes e travando guerras hispânicas “independentes”. (...)

Terão os operários e camponeses das diferentes partes de Espanha interesse no desmembramento económico do país? De maneira nenhuma. Por isso, é obra nefasta traçar um sinal de igual entre a luta decisiva pelo direito à autodeterminação e a propaganda separatista. O nosso programa é a Federação Hispânica, com a indispensável manutenção da unidade económica. Não pretendemos impor esse programa às nacionalidades oprimidas da península com a ajuda das

armas da burguesia. Nesse sentido, somos sinceramente pelo direito à autodeterminação⁽²⁾. Se a Catalunha se separar do resto da Espanha, a minoria comunista da Catalunha, como a de Espanha, deverá lutar por uma Federação.”

Relatório sobre a questão nacional em Espanha

Organizacion Cuarta Internacional do Estado espanhol (OCIE), publicado em Correspondência Internacional, Novembro de 1976

Na véspera da nova crise revolucionária em Espanha, a questão nacional é uma das que voltam a requerer a maior atenção dos militantes revolucionários. Por isso, os trotskistas de Espanha, na sua primeira Conferência, têm o dever de se manifestarem sobre esta questão, afirmando a sua vontade de lutar pelo direito dos povos catalão, basco, valenciano e galego a disporem de si mesmos. Eles dão a essa noção conteúdo idêntico ao que Lenine verteu nas suas teses de 1916:

“O direito das nações à autodeterminação significa exclusivamente o seu direito à independência política, à livre separação política da nação que as oprime. Concretamente, isso implica inteira liberdade de propaganda a favor da separação e a solução do problema por meio de um referendo dentro da nação separanda. Esta reivindicação não tem, assim, em nada o mesmo significado da reivindicação de separação, fragmentação e formação de pequenos Estados. É apenas a expressão consequente da luta contra toda a opressão nacional. Quanto mais o sistema democrático de um Estado se aproximar da inteira liberdade de separação, mais raras e fracas serão, na prática, as tendências para a separação. (...)”

O direito dos povos catalão, basco, valenciano e galego a disporem de si mesmos é muito exactamente uma das reivindicações que mais imediata e incisivamente alimentam as palavras de ordem centrais de *República* e de *Constituinte*, por nós defendidas como principais palavras de ordem transitórias conducentes à destruição do Estado burguês na Espanha. Para a Catalunha (e, consequentemente, para o país valenciano), Euzkadi e a Galiza, as palavras de ordem de *República* e de *Constituinte* seriam palavras de ordem ocas se não fossem acompanhadas de palavras de ordem que concretizassem a *“inteira liberdade de propaganda a favor da separação e a solução do problema por meio de um referendo”*.

Os trotskistas de Espanha fazem seus os termos exactos empregados por Lenine:

“Nós somos pela AUTONOMIA de todas as partes, somos pelo DIREITO de separação (e não PELA SEPARAÇÃO de todos!). A autonomia é o NOSSO plano de organização de um Estado democrático (...). Mas somos pelo DIREITO à separação por causa do nacionalismo grão-russo (leia-se aqui castelhano) reaccionário que poluiu de tal maneira a causa da coabitação nacional, que, em alguns casos, haverá MAIS laços SE HOUVER uma separação livre” (todos os sublinhados são de Lenine).

A questão nacional só poderá ter solução *definitiva* com base na democracia soviética. Retomando as teses de Lenine:

“O socialismo vitorioso deve necessariamente estabelecer uma democracia integral e, portanto, instaurar não só a total igualdade de direitos entre as nações, como pôr em prática o direito das nações oprimidas a disporem de si mesmas”. Mas o proletariado e o seu partido *não se podem limitar* à perspectiva do que acontecerá *amanhã*. Devem agarrar *já hoje* nessa reivindicação democrática, conferindo-lhe o seu pleno alcance revolucionário na *via* da luta pela destruição do Estado burguês e pela instauração da ditadura do proletariado. Não se pode adiar a resposta concreta às reivindicações democráticas no terreno da questão nacional para depois da revolução vitoriosa, deve dar-se essa resposta imediatamente. Nesta área mais do que em qualquer outra, lembra Lenine:

“Seria um erro capital pensar que a luta pela democracia acarrete o risco de desviar o proletariado da revolução socialista ou de eclipsá-la, desfocá-la, etc. Pelo contrário, assim como é impossível conceber um socialismo vitorioso que não realize a democracia integral, o proletariado não se pode preparar para a vitória sobre a burguesia se não travar uma luta geral, sistemática e revolucionária pela democracia.”

O exercício efectivo do direito à separação é uma das reivindicações democráticas que hoje mais directamente se combinam com as reivindicações transitórias. Na Espanha de hoje, defender o exercício pleno e irrestrito do direito à separação é, para o proletariado, *fazer sua a luta pela democracia num terreno em que ela foi sistemática e violentamente espezinhada*. Mas também é, do mesmo passo, *atacar um dos fundamentos do Estado burguês* na forma específica em que ele historicamente se constituiu — como Estado castelhano centralizador, ultraburocrático e repressor das nacionalidades não castelhanas, estribado na Igreja, no exército, no latifúndio e na grande banca monopolizadora, tomando sucessivamente as formas de monarquia *conservadora* e clerical, de ditadura militar e de ditadura fascista

Em 1931, Trotsky defendia, ponto a ponto, a posição leninista sobre esta matéria.

(Neste ponto, o documento da OCE cita um amplo extracto da carta de Trotsky dirigida a Andreu Nin em 28 de Maio de 1931, citada mais acima. Nota da redacção d’A Internacional)

É pelo menos tão importante defender esta posição hoje como o era em 1931, pois quarenta anos de fascismo, longe de aliviarem a questão nacional, exacerbaram-na.

Examinando, em 1912, a discussão da questão nacional no contexto das nacionalidades do império czarista, Lenine lembrava que *“quando se analisa uma questão social, a teoria marxista obriga expressamente a enquadrá-la num contexto histórico determinado; estando em causa um só país (por exemplo, o programa nacional para um dado país), ela impõe tomar em consideração as particularidades concretas que distinguem esse país dos outros nos limites de uma dada e mesma época histórica”*.

Em Espanha, hoje, a questão nacional não pode ser entendida independentemente da obstinada opressão nacional a que o regime franquista submeteu as nacionalidades catalã, basca, galega e valenciana. Deve

focar-se fundamentalmente pelo ângulo do papel que esta questão pode e deve desempenhar na destruição das instituições franquistas, no desmantelamento do Estado burguês e no agrupamento das massas oprimidas pequeno-burguesas da cidade e do campo atrás do proletariado.

A questão nacional surgiu na Espanha muito antes do regime franquista, por volta de 1880 na Catalunha, nos anos vinte do séc. XX no País Basco e na Galiza. O lugar ocupado pela Espanha no centro de um imenso império colonial na era do capital mercantil; o lugar ocupado pelas classes dominantes de Espanha, desde o Tratado de Viena e a Santa Aliança até ao regime franquista, no dispositivo internacional das forças da contra-revolução na Europa; a integração da burguesia espanhola, em particular nos seus sectores basco e catalão, no capital financeiro internacional, fizeram da burguesia espanhola uma burguesia imperialista, componente da dominação imperialista mundial, posto que como burguesia imperialista de terceira ou quarta ordem. Devido às peculiaridades de sua formação histórica e da sua conformação interna, essa burguesia combinou as suas características de burguesia imperialista com a incapacidade de levar a cabo as tarefas democrático-burguesas. Foi assim que a questão nacional, tal como a questão agrária e a da separação da igreja e do Estado, se têm apresentado e voltam agora a apresentar-se como tarefas democráticas a que só a classe operária pode dar solução no movimento da sua luta pela instauração da ditadura do proletariado.

O funcionamento global das instituições fascistas exigia o esmagamento dos direitos elementares das nacionalidades não castelhanas do mesmo modo que exigia o esmagamento dos direitos e liberdades democráticos no seu conjunto, ao passo que glorificava os *“valores espirituais”* ligados a Castela. Assim sobreveio à opressão e à repressão fascistas em geral uma opressão linguística e cultural específica. Esta teve alcance e dimensão próprios, importando na acumulação de uma carga explosiva que hoje se volta contra o regime. Cabe aos militantes revolucionários conseguirem dar-lhe tradução clara no plano das palavras de ordem, defendendo da maneira mais completa o direito à autodeterminação e à separação.

Hoje, a liberdade de propaganda *pela* separação está primeira linha das reivindicações democráticas em Espanha. O seu conteúdo é revolucionário de fio a pavio, ao mesmo título das liberdades de organização, de reunião, de manifestação, de imprensa e de greve. Não foi por acaso que Santiago Carrillo *“aconselhou paciência nesta matéria”* e a excluiu dos temas a considerar com vista à *“ruptura negociada”*, nem que a plataforma da Junta Democrática (de que o PCE era a pedra angular) se limitasse, no ponto 9, *“ao reconhecimento, NO QUADRO DA UNIDADE DO ESTADO ESPANHOL, da personalidade política dos povos catalão, basco, galego e das comunidades regionais que democraticamente o decidirem”*. Assim como não é por acaso que a grande maioria dos partidos e organizações políticas pequeno-burgueses catalães, bascos e galegos se limitam, nos seus programas, a reivindicar a aplicação dos estatutos de 1932 e 1936 ou façam, quando muito, referência às plataformas de autonomia de 1931, bem se livrando de lutar pelo exercício do direito à separação.

Outra posição *“alternativa”* é a que consiste em avançar a palavra de ordem dos Estados Unidos Socialistas Ibéricos. Os

trotskistas não rejeitam esta palavra de ordem. Aceitam-na totalmente, contanto que atenda a duas condições.

A primeira é deixar claro que esta palavra de ordem só pode ser defendida no *contexto* de uma situação histórica concreta em que Portugal é uma nação independente há séculos, historicamente formada ao mesmo título que, por exemplo, a França, o que implica que a palavra de ordem de Estados Unidos Socialistas Ibéricos dependa da palavra de ordem de Estados Unidos Socialistas da Europa.

A segunda condição é não fazer dessa palavra de ordem pretexto para não defender *hoje, imediatamente, o exercício incondicional do direito à separação*.

A posição do conjunto de forças explica-se perfeitamente. Militar pelo exercício do direito à separação é defender uma das reivindicações carregadas da virtualidade de volatilizar o aparelho de Estado burguês espanhol. É por isso que os trotskistas a inscrevem, em posição central, entre as suas palavras de ordem de acção.

Do mesmo passo, os trotskistas rejeitam, em contrapartida, com todo o vigor a aplicação de qualquer princípio nacional-federativo à organização dum partido revolucionário em construção, assim como às organizações operárias em geral e aos sindicatos em particular (à UGT, por exemplo, se a questão se vier um dia a pôr).

Com Trotsky eles lembram, em conformidade, que: *“A política do bolchevismo no domínio nacional continha outro aspecto, aparentemente contraditório com o primeiro, mas, na realidade, complementar.*

Nos quadros do PARTIDO e, EM GERAL, das ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS, o bolchevismo aplicava o centralismo mais rigoroso, lutando implacavelmente contra todo o contágio nacionalista tendente a opor os operários uns aos outros ou a dividi-los. Negando claramente ao Estado burguês o direito de impor uma residência forçada ou mesmo uma língua oficial a uma minoria nacional, o bolchevismo nem por isso deixava de considerar como sua tarefa verdadeiramente sagrada a de associar o mais estreitamente possível, através de uma disciplina de classe voluntária, os trabalhadores de diferentes nacionalidades em uma só unidade.

Assim, ele rejeitava pura e simplesmente o princípio nacional-federativo da estrutura partidária. Uma organização revolucionária não é o protótipo do futuro Estado, é apenas um instrumento para criá-lo. O instrumento deve ser adequado ao fabrico do produto, mas não tem por que assimilar-se a ele. Só uma organização centralista pode assegurar o êxito da luta revolucionária — mesmo quando é para destruir a opressão centralista das nações.”

(...) Dividir o proletariado ao nível da organização do partido e criar PSUCs, PCs de Euzkadi, etc., mais não é do que um dos meios para subordinar a classe operária aos partidos burgueses e pequeno burgueses, na questão nacional como em todas as outras.

É uma prática que combina o contágio nacionalista nas fileiras operárias com a subordinação do proletariado a partidos que, acima de tudo, se esforçam por não defender o livre exercício do direito à separação.

Em conformidade com a prática do bolchevismo, os trotskistas rejeitam essa prática.

Como lidar com os direitos dos povos, partindo da unidade da classe operária?” (P. Lambert)

(Discussão com militantes do Estado espanhol, *La Vérité*, 2007)

“Vou começar pela Catalunha. Na minha opinião, nós devemos pautar a nossa intervenção pela seguinte linha: estamos contra a opressão do povo catalão; estamos contra a monarquia, que oprime todos os povos da Espanha, em primeiro lugar os catalães.

Dizemos: *“Somos o povo catalão livre e queremos que essa liberdade seja sancionada pela República Catalã soberana. Somos contra a monarquia, que oprime e explora todos os povos de Espanha. Somos a favor de apoiar o povo basco, que sofre dos mesmos males que nós sofremos, e talvez piores.*

Somos a favor do povo livre basco, do povo livre castelhano, do povo livre andaluz ... e somos pela União dos Povos Livres de Espanha, pronunciamo-nos pela república catalã, pela república basca, pela república andaluza, etc., somos pela União das Repúblicas Livres de Espanha.

Denunciamos, repetimos, a monarquia, que centraliza todos os poderes para oprimir e explorar os povos trabalhadores da Espanha.

Denunciamos a União Europeia opressora a que a monarquia adere sem reservas. Foi a Europa, a União Europeia, que destruiu a Iugoslávia, que leva a cabo a política das regiões como instrumento de opressão contra os povos. Somos pela saída da União Europeia. Somos pela União das Repúblicas de Espanha no âmbito da União Livre dos Povos Livres da Europa”.

É óbvio que é apenas um esboço para discussão, mas ele leva-nos necessariamente a pôr a questão de uma conferência europeia contra a União Europeia e contra os governos enfeudados à União Europeia.”

Declaração do Secretariado do CORQI (Comité Organizador para a Reconstituição da Quarta Internacional) 6 de Setembro de 2017

O governo catalão, com o apoio de sua maioria parlamentar — Junts pel Si (PDeCat e ERC) e CUP — decidiu convocar, para 1 de outubro de 2017, um referendo que, em caso de vitória do "sim", criaria uma “República catalã independente na Europa”. Apresentou ao Parlamento, para adopção, um novo regulamento que lhe permite adoptar com carácter de urgência leis ditas de “desconexão”. Assim que a decisão foi anunciada, o governo de Madrid opôs-se à realização do referendo, multiplicando as pressões para a sua proibição: Ainda antes da votação no parlamento catalão, Rajoy mandou a Guarda Civil convocar vários altos cargos da Generalitat, suspeitos de organizarem a “desconexão”.

Rajoy transmitiu imediatamente o novo regulamento ao Tribunal Constitucional, declarando que não haveria referendo no dia 1 de Outubro.

Assim, as instituições da monarquia, herdadas do franquismo, avançaram com medidas destinadas a proibir o povo catalão de decidir o seu futuro, proibir-lhe o legítimo direito à autodeterminação.

Esta campanha violenta contra os direitos legítimos do povo catalão é feita por um governo minoritário, numa situação agitada pelo recrudescimento de conflitos de classe, entre os quais se destacam a greve do metro em Barcelona todas as segundas-feiras, que durou quase 18 meses, e a greve dos guardas de segurança do aeroporto de Barcelona por aumentos de pessoal e salários.

Através deste referendo, a estrutura institucional pós-franquista encarnada na monarquia e no governo de Rajoy pode sofrer um revés significativo: é por isso que os trabalhadores de toda a Espanha e não só da Catalunha têm interesse na vitória do voto sim, primeiro passo para o desmantelamento das instituições da monarquia franquista. Os militantes da IVª Internacional dão o seu apoio incondicional ao direito à autodeterminação do povo catalão. Está em causa o direito do povo catalão a constituir-se como povo livre, liberto das cadeias que o acorrentam e oprimem, as da monarquia franquista e as da União Europeia.

Na situação atual, os militantes da IVª Internacional consideram que o voto “sim” à instauração de uma República Catalã é a expressão da luta contra as instituições reacionárias, representadas pela monarquia saída do franquismo. Os militantes da IVª Internacional consideram que, com a vitória do “sim” — independentemente das intenções de alguns dos que lançam ou apoiam esta palavra de ordem — todas as instituições reacionárias do Estado espanhol sofreriam um rude golpe, abrindo caminho à realização da unidade da classe operária de toda a Espanha, como elemento para a constituição da unidade fraterna de todos os povos do Estado espanhol. Para nós, IVª Internacional, isso implica:

- Romper com a Monarquia: instituindo uma República Catalã sem sujeição seja de que natureza for à monarquia de Franco.
- Romper com a União Europeia: a República não está sujeita a nenhum dos compromissos contidos nos tratados que constituem a UE, o que significa que o povo catalão não pode ficar sujeito às instituições europeias e aos planos de austeridade de que elas são garantes.
- Satisfazer as reivindicações dos trabalhadores:
 - o Revogar as reformas da legislação laboral (as de Zapatero e as de Rajoy)
 - o Revogar a reforma das pensões (as de Zapatero e de Rajoy)
 - o Revogar a reforma do ensino (LOMCE)
 - o Revogar as leis que permitem inculpar sindicalistas no exercício de seu mandato
 - o Fim dos cortes orçamentais, reconstituição dos efectivos de pessoal e dos recursos na saúde e do ensino.
- Libertar imediatamente todos os presos políticos, etc.
- Nacionalizar os bancos, as principais indústrias, ... única garantia da independência do povo trabalhador

- Sair da NATO
- A vitória do sim seria um apelo à união fraterna de todos os povos de Espanha, um apelo a liquidar as instituições reacionárias herdadas do franquismo à escala de todo o Estado espanhol, um passo para a União de todos os povos de Espanha na forma que eles soberanamente determinarem.

Carta aos militantes do Partido Operário Socialista Internacionalista (Estado espanhol) e da Corrente Comunista Internacionalista do POI (França)

Paris, 18 de Outubro de 2017

Caros camaradas,

Nada do que sucede na luta de classes no Estado espanhol é alheio ao proletariado francês, nunca o foi. Por isso, em nome da Tendência Comunista Internacional (TCI, membro do CORQI), fraternalmente a vós nos dirigimos.

Dirigimo-nos a vós menos de 48 horas depois de a monarquia franquista ter metido na prisão dois responsáveis de organizações democráticas catalãs. Acusados de “sedição” por um juiz, pesa sobre eles a ameaça de 15 anos de prisão pelo “crime” de apelarem às massas a organizarem elas próprias o referendo de 1 de Outubro — o que elas fizeram, organizando-se em Comitês de Defesa do Referendo, impondo, apesar da violência policial, a sua escolha democrática, votando em massa “sim” à pergunta: “*Quer que a Catalunha seja um Estado independente, na forma de república?*”. No dia 1 de Outubro, as massas tomaram o seu destino nas suas mãos, pronunciando-se claramente pela República Catalã, a qual representa, para nós, trotskistas, necessariamente, uma primeira brecha que traz para a ordem do dia a República Basca, a República Galega, a República Andaluza, etc., a caminho da União Livre das Repúblicas Livres da Península Ibérica.

Camaradas,

No próprio dia em que estes dois militantes eram metidos na prisão, o número 649 da Carta Semanal, boletim semanal do Comité Central do POSI, escrevia: “*É necessário começar a batalha por uma solução política. Solução que tem que ter uma premissa de base: não à ameaça de aplicação do artigo 155º (...), batalha que só as principais organizações da classe operária podem travar (...). Só nessa altura se poderá falar realmente de diálogo, isto é, de negociação política por uma saída democrática, saída que passa por um referendo realmente livre*” (sublinhado nosso).

Este mesmo texto é publicado em França, no dia 18 de Outubro, na forma de artigo das *Informations ouvrières*. Um “referendo realmente livre”? Por outras palavras, se faz falta outro, o referendo de 1 de Outubro não terá sido “*realmente*” um “*referendo*”? Que houvera então o referendo de 1 de Outubro de ter, para o redactor da *Carta Semanal* o considerar “*real*”?

A autorização de Rajoy e do rei Felipe? Será por isso que a *Carta Semanal* desencoraja os trabalhadores catalães de

proclamarem a República, escrevendo: *“Dizer ao povo da Catalunha que a única alternativa é entre a situação actual e a declaração unilateral de independência só serve para isolar o povo da Catalunha”?*

Como sabem, camaradas, antes e depois de 1 de Outubro, todas as forças da reacção — Rajoy, o rei Felipe, a Comissão Europeia, os dirigentes do PSOE, Macron e assim por diante — coligaram-se para afirmar que este referendo não era legítimo, não valia nada, não era democrático. Rajoy ousou mesmo dizer que “não tinha havido” referendo!

Sejamos claros: podem-se ter pontos de vista diferentes quanto à separação do povo catalão do Estado espanhol, se é desejável ou não. Mas seja qual for o ponto de vista, tem de se começar por reconhecer que é ao povo catalão que compete decidir. Pela nossa parte, partilhamos o ponto de vista do camarada Lambert, que, em discussão com os camaradas do Estado espanhol, em 2007, propôs a seguinte fórmula: *“Somos o povo catalão livre e queremos essa liberdade sancionada na República soberana da Catalunha. Somos contra a monarquia que oprime e explora todos os povos de Espanha. Somos por apoiar o povo basco, que sofre dos mesmos males de que nós sofremos, talvez piores. Somos pelo povo livre basco, pelo povo livre castelhano, pelo povo livre andaluz... e somos pela união livre dos povos livres de Espanha, pronunciamo-nos pela República Catalã, pela república basca, pela república andaluza, etc. Somos pela União das Repúblicas Livres de Espanha.”* (La Vérité, 60-61, Outubro de 2007).

Pode-se concordar ou discordar desta concepção; não é uma questão de princípio.

O que, no entanto, é questão de princípio é reconhecer o direito legítimo do povo catalão de ter organizado o referendo no dia 1 de Outubro e de nele ter manifestado a sua vontade.

O que é questão de princípio é não alinhar com Rajoy, com o rei, com todos aqueles que se atrevem a dizer que *“o referendo de 1 de Outubro não é legítimo”*.

O redactor da *Carta Semanal* escreve que a responsabilidade pela saída política recai nas *“principais organizações de trabalhadores”*. Devia, de facto, recair. Pode-se, porém, calar que as direcções dessas principais organizações, do PSOE a Podemos e à Izquierda Unida, passando pelos dirigentes das confederações sindicais UGT e CCOO, se recusam hoje, todos eles, a reconhecer este facto elementar: que o povo catalão se manifestou no dia 1 de Outubro e quer a República já?

Pode-se fazer de conta que o secretário-geral da UGT, Pepe Alvarez, não afirmou, no jornal Ara (de 5 de Outubro), sob o título: *“A UGT condena os protestos contra a polícia espanhola”*, que a violência policial do dia 1 de Outubro *“não foi cometida pela Guardia Civil nem pela Policía Nacional, mas por quem dá as ordens”*, nem condenou *“intimidações de qualquer tipo contra os agentes* (da polícia) *em Barcelona”*, qualificando de *“autêntica vergonha”* as concentrações de cidadãos frente às esquadras da polícia para protestar contra a violência policial?!

Quando se faz causa comum com quem, de Rajoy aos dirigentes do PSOE, passando pelo rei Felipe e pela Comissão Europeia, nega a existência do referendo de 1 de Outubro e o mandato dado pelo povo catalão;

Quando se pretende ver *“condenação da violência policial”* na vergonhosa cobertura da repressão perpetrada pelas

forças da ordem da monarquia contra a vontade das massas de votar pela República no referendo;

Quando se faz isso enquanto os aparelhos contra-revolucionários de todo o mundo e da Europa concordam, todos eles, em isolar o povo e os trabalhadores catalães, entregando-os à repressão que se está preparando...

Quando se chega a esse ponto, já não estão em causa desacordos políticos legítimos entre militantes que se reclamam da IVª Internacional; está-se a virar costas a tudo aquilo por que a IVª Internacional e os trotskistas andam há décadas a lutar no Estado espanhol.

Militantes do POSI: como sabem, o que a *Carta Semanal* de 16 de Outubro escreve é o oposto das razões que vos levaram a integrar as fileiras da IVª Internacional. É o contrário do que o próprio POSI afirmava há poucos meses! É o contrário dos princípios afirmados pela *Organizacion Cuarta Internacional* do Estado espanhol (OCIE), que há quarenta anos vincava *“o alcance revolucionário da palavra de ordem do direito dos povos catalão, basco, galego e valenciano à separação política”*.

Negar o referendo de 1 de Outubro, imposto pela auto-organização das massas, e o seu resultado é deitar para o lixo o que Trotsky escrevia a Andreu Nin em 1931: *“A palavra de ordem do direito das nacionalidades a disporem de si mesmas adquiriu em Espanha importância excepcional. Esta palavra de ordem é do foro do pensamento democrático. Embora, para nós, não se trate de instigar catalães e bascos a separarem-se da Espanha, é nosso dever militar por lhes ser reconhecido o direito à separação se dele desejarem fazer uso”*.

E Trotsky acrescentava: *“Como havemos de saber se eles têm esse desejo? É muito simples, organize-se um plebiscito das províncias interessadas, baseado no sufrágio universal, igual, directo e secreto, não há outro processo”*.

Não foi exactamente o que aconteceu no dia 1 de Outubro? Foi o que aconteceu, sim, e aconteceu porque as massas o impuseram!

Porém, o redactor da *Carta Semanal* atreve-se hoje a afirmar que a votação do referendo de 1 de Outubro não foi organizada *“com base no sufrágio universal, igual, directo e secreto”*, uma vez que é preciso outro, um *“verdadeiro referendo”*! Perguntamos outra vez: era preciso ter o aval de Rajoy e do Tribunal Constitucional da monarquia?

Militantes do POSI, é nossa convicção que não aceitareis ver abalados os fundamentos mesmos da vossa organização, constituída na luta intransigente pelo direito dos povos a disporem de si próprios, contra a monarquia franquista.

Dirigimo-nos igualmente aos militantes da CCI.

No mesmo dia em que era publicada esta edição da *Carta Semanal*, era difundida em França uma *“declaração da Mesa Nacional do Partido Operário Independente (POI)”*.

Declaração de uma página... em que a única referência, indirecta, aos acontecimentos na Catalunha se resumia a esta frase:

“Macron está nas lonas nas sondagens, presidente dos ricos, sem base política, como, de resto, vários governos de países da Europa, assim na Alemanha, em Espanha, onde o poder monárquico herdado do franquismo está em grandes dificuldades.” Frase onde brilham pela ausência as palavras *“Catalunha”*, *“povo catalão”*, *“referendo”*, *“república catalã”*, *“independência”* e *“repressão”*!

Camaradas da CCI, como sabem, o ensurdecido silêncio dos vossos dirigentes a respeito da Catalunha está à altura do silêncio que há semanas fazem sobre as vergonhosas declarações de Jean-Luc Mélenchon sobre a Catalunha.

Nem uma palavra, nem uma linha nas *Informations ouvrières*, nas declarações do POI e mesmo nas notas do Comité Político a condenar as vergonhosas declarações que Mélenchon tem feito, umas atrás das outras, nas últimas três semanas, contra o direito do povo catalão a dispor de si próprio!

No dia 1 de Outubro, enquanto o povo catalão votava pela República, Mélenchon propunha resolver o problema no âmbito de uma *“conferência permanente sobre as fronteiras na Europa”*, acrescentando: *“Existe um quadro comum do Mediterrâneo até aos Urais: a OSCE”*, a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, instituição de ingerência imperialista por excelência!

No dia 3 de Outubro, na Assembleia Nacional, Mélenchon lamentou que *“a monarquia parece incapaz de assumir a função unificadora que o franquismo lhe confiou”*! Nem uma palavra dos dirigentes da CCI contra esta declaração vergonhosa, quando todos sabem que foi com tacção de ferro, calabouços fascistas e pelotões de execução que o franquismo *“unificou”* os povos da Espanha durante quarenta anos!

No dia 10 de Outubro, na Assembleia Nacional, Mélenchon lamentou que *“as nações se tornam conchas vazias onde os mais privilegiados já não querem tomar conta dos menos privilegiados, dando num independentismo generalizado, regional, dos mais privilegiados contra os menos favorecidos. (...) É a Catalunha que temos à frente dos nossos olhos.”* Em suma, os catalães, ricos que querem deixar a Espanha para não pagar pelos outros!

As *Informations ouvrières* desse dia 18 de Outubro relatam uma reunião com a presença de um dos principais porta-vozes da França Insubmissa... sem que ninguém, em momento algum e em parte alguma o interpele sobre as declarações de Mélenchon contra o direito do povo catalão a decidir!

Camaradas da CCI, disseram-vos os vossos dirigentes, ao fazerem o POI entrar no *“espaço político da França Insubmissa”*, que essa adesão significava uma adesão política às posições — especialmente reacionárias — de Mélenchon de denegação do direito do povo catalão a decidir o seu futuro?

Camaradas da CCI, camaradas do POSI: fazemos com certeza avaliações diferentes das causas da crise e da cisão da IVª Internacional em Junho de 2015.

Porém, sejam quais forem os desacordos, a única língua que um partidário do Programa da IVª Internacional no Estado espanhol hoje pode falar não será aquela que o camarada Lambert sugeria, em 2007, em discussão com os camaradas do Estado espanhol: *“Somos o povo catalão livre e queremos essa liberdade sancionada na República soberana da Catalunha. Somos contra a monarquia que oprime e explora todos os povos de Espanha (...) e somos pela união livre dos povos livres de Espanha, pronunciamos-nos pela República Catalã, pela república basca, pela república andaluza, etc., somos pela União das Repúblicas Livres de Espanha.”*

Camaradas do POSI e da CCI,

Temos a certeza de que, como todos aqueles que desejam permanecer fiéis à bandeira sem mancha da IVª Internacional, às posições de princípio defendidas por Lenine e Trotsky, às posições defendidas contra ventos e marés com o camarada Lambert, como nós, sabereis escolher claramente o vosso campo:

Incondicionalmente ao lado do povo catalão oprimido contra a monarquia franquista e seus lacaios nas cúpulas das direcções do movimento operário.

Incondicionalmente pelo respeito do mandato expresso no referendo legítimo de 1 de Outubro: República Catalã, pela união livre das repúblicas livres de Espanha!

Incondicionalmente pela acção comum baseada nestes princípios.

Fraternalmente,

A Tendência Comunista Internacionalista